



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CAMILA MARIA CHIARI

**EDUCAÇÃO, PEDAGOGIA E PSICOLOGIA NO PENSAMENTO EDUCACIONAL  
DE CARLOS DA SILVEIRA 1916 – 1923.**

SÃO CARLOS – SP  
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CAMILA MARIA CHIARI

EDUCAÇÃO, PEDAGOGIA E PSICOLOGIA NO PENSAMENTO EDUCACIONAL DE  
CARLOS DA SILVEIRA 1916 – 1923.

Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Educação da  
Universidade Federal de São Carlos,  
como parte dos requisitos para  
obtenção de título de Mestre em  
Educação.

Orientação: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Alessandra Arce  
Hai

SÃO CARLOS – SP  
2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

C532ep

Chiari, Camila Maria.

Educação, pedagogia e psicologia no pensamento educacional de Carlos da Silveira 1916 – 1923 / Camila Maria Chiari. -- São Carlos : UFSCar, 2014.  
117 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2014.

1. Educação - história. 2. Brasil - educação. 3. Silveira, Carlos da, 1883-1964. 4. Escola nova. I. Título.

CDD: 370.9 (20ª)



Programa de Pós-Graduação em Educação  
Comissão Julgadora da Dissertação de mestrado de

Camila Maria Chiari

São Carlos 25/02/2014

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. José Carlos Rothen

Profª. Drª. Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes

Profª. Drª. Vera Teresa Valdemarin

Àqueles que tanto me apoiaram,  
meus pais

## AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Alessandra Arce Hai pela dedicação, paciência e empenho em suas orientações. Por seus conselhos que proporcionaram o enriquecimento do trabalho e também de minha formação.

Aos meus pais, Fernando e Ana Maria, presentes nos momentos difíceis e nas maiores alegrias, sempre me apoiando e incentivando durante os estudos. Obrigada por ajudar a realizar sonhos e planos!

Ao Senhor Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho, bisneto do professor Carlos da Silveira, meus sinceros agradecimentos por todo desprendimento de tempo, dedicação, preocupação e apoio à pesquisa. Todos os materiais que me enviou e as conversas que proporcionou colaboraram muito para a continuação da pesquisa. Agradeço ainda a toda a sua família que participou e se solidarizou. Meus agradecimentos especialmente à senhora Maria Clara, que muito me contou e ensinou por meio de suas conversas, obrigada por tamanha simpatia.

Aos meus irmãos. À Fernanda, por sempre colaborar com suas experiências acadêmicas e por emprestar seu endereço residencial para que eu pudesse receber livros e cartas. Ao Luiz, por contribuir com minha fundamental aquisição de estudo e trabalho. À Renata, minha confidente, por sempre estar presente e me apoiar em todas as decisões. Ao Paulo, por me emprestar seu espaço e escrivania para a minha bagunça de livros e textos. À Amanda, por manifestar seu apoio e incentivo com sua determinação. Meus agradecimentos por proporcionarem os risos, conselhos e os momentos mais valiosos.

Aos meus cunhados, Thalita e Alessandro, pela paciência e amparo nos momentos que mais precisei. E às minhas tias que sempre apoiaram e me emprestaram o computador por muitas e muitas vezes: Ângela, Silvana e Cristina.

Aos meus queridos amigos, pelas inestimáveis colaborações. Marcela B., Marcela M., Marco, Camila, Juliana, Vitor, Lívia, Natália. Obrigada pela amizade, compreensão, conselhos, risos, companheirismo e toda dedicação e ânimo que proporcionaram durante a realização do trabalho.

À Michele, pela sua confiança, força, determinação e amizade, por contribuições e preocupações e principalmente pelo seu apoio inestimável.

Aos professores que durante as disciplinas da pós-graduação propuseram discussões, atividades, encontros que ajudaram em minha formação não apenas profissional, mas cidadã.

Ao professor José Carlos Rothen, por sua colaboração no desenvolvimento final e acompanhamento da pesquisa. Minha sincera gratidão por participar de um momento tão importante para mim.

Aos funcionários da Escola Estadual Álvaro Guião por toda prestação de serviço e colaboração, em especial a diretora Dona Regina, por sempre me apoiar.

Os meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que fazem parte da minha vida e contribuem para torná-la repleta de momentos gratificantes e inesquecíveis.

Agradeço a Deus por estar sempre presente em minha vida iluminando meus caminhos.





Imagem 1: Carlos da Silveira lendo jornal na cidade de Santos-SP em 1916.  
Fonte: Arquivo pessoal da Família Silveira

*O momento que ambicionáveis chegasse, da entrega de diplomas, significa a separação, a apreensão do futuro, o início, para vós, da luta pela vida. (SILVEIRA, n.13, 1923, p.14)*



## RESUMO

A presente pesquisa realizada no âmbito da História da Educação Nacional tem seu início em meio a assuntos voltados a escola normal, mais especificamente a Escola Normal de São Carlos – SP. Valoroso espaço de ensino-aprendizado que possibilitou a formação de professores durante um extenso tempo em nosso país, coberta pelo prestígio que a destaca entre os demais institutos educacionais da região. A compreensão desse processo de formação de professores permite descrever ainda a elite intelectual do Estado de São Paulo, pois muitos dos alunos formados na capital migravam para o interior no intuito de ocupar as cadeiras de professores disponíveis nas escolas normais. Não diferente disto, a Escola Normal Secundária de São Carlos foi também muito bem representada por esses intelectuais, como exemplo o Professor Carlos da Silveira que ocupou importante cadeira na escola normal de São Carlos entre os anos de 1911 a 1921. Por isso, esta dissertação tem por objetivo analisar as ideias educacionais do educador brasileiro Carlos da Silveira procurando apreender por meio de suas concepções de educação, pedagogia e psicologia a divulgação dos seus ideais e os ideais da Escola Nova no Brasil no período de 1916 a 1923. A pesquisa surgiu em meio ao trabalho do qual participei como bolsista treinamento no projeto “As ideias Pedagógicas em movimento na Formação de Professores na Escola Estadual Dr. Álvaro (1930-1969): uma análise de seu acervo bibliográfico e documental”. O acervo documental e bibliográfico da Escola Normal de São Carlos possibilitou conhecer a história da educação brasileira, e chamou a atenção em especial para a riqueza investigativa nele encontrada. A frequente presença de Carlos da Silveira na *Revista Escola Normal de São Carlos* despertou a busca por maior compreensão sobre este grande intelectual e educador brasileiro, que apesar do seu vasto material de publicação, não possui estudos aprofundados sobre sua vida e obras. Silveira dedicou-se à educação e a promover suas ideias educacionais publicando-as em revistas e jornais. Este fato abre a pesquisa para uma investigação profícua, que envolve reunir seus artigos para compreender as ideias que defendia. A relevância desta pesquisa consiste na (re)descoberta de registros fundamentais para a reconstituição e compreensão da História da Escola Pública Brasileira e, mais ainda, para a (re)construção da História da Educação Nacional.

**Palavras-Chave:** História da Educação Brasileira, Carlos da Silveira, Movimento Escola Nova.

## **ABSTRACT**

*This research carried out in the context of the history of National Education has its beginning in middle normal school-oriented issues, more specifically the regular school of São Carlos-SP. Valuable teaching-learning space that allowed the formation of teachers during a long time in our country, covered by the prestige that stands out among the other educational institutes in the region. The understanding of this teacher training process allows you to describe the intellectual elite of São Paulo State, because many of the graduates in the capital migrated inland in order to occupy the chairs of teachers available in normal schools. Not unlike this, the Secondary Normal School of San Carlos was also very well represented by these intellectuals as an example Professor Carlos da Silveira who occupied important chair at the Escola Normal de São Carlos from 1911 to 1921. Therefore, this dissertation aims to analyze the educational ideas of Brazilian Carlos da Silveira educator looking to capture through its conceptions of education, pedagogy and psychology the disclosure of its ideals and the ideals of the new school in Brazil during the period from 1916 to 1923. The research appeared in the midst of the work which I participated as a training in the project "Pedagogical ideas in motion in the formation of teachers at Escola Estadual Dr. Álvaro (1930-1969): an analysis of his bibliographic collection and documentation". The documentary and bibliographic collection of the Normal School of San Carlos made know the history of Brazilian education, and drew attention in particular to the investigative wealth it found. The frequent presence of Carlos da Silveira in the Normal School of San Carlos sparked the search for greater understanding of this great Brazilian educator and intellectual, which despite its vast publishing material, has no in-depth studies about his life and works. Sen devoted himself to education and to promote his educational ideas by publishing them in magazines, newspapers etc. This fact opens the search for a productive research, that involves to gather their articles to understand the ideas he espoused. The relevance of this research consists in the (re) discovery of records fundamental to the reconstruction and understanding of the history of Brazilian public school and, even more, for the (re) construction of the history of National Education.*

**Keywords:** *history of Brazilian education, Carlos da Silveira, New School Movement.*

## LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Currículo e disciplinas da Escola Normal de São Paulo a partir de 1890.....	47
Quadro 2: Lentes e Cadeiras da Escola Normal de São Carlos em 1917.....	69
Quadro 3: Lentes que participaram da Revista da Escola Normal de São Carlos.....	73
Quadro 4: Artigos publicados por Carlos da Silveira na Revista Escola Normal.....	75

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Quantidade de alunos e cidades provenientes que foram matriculados na Escola Normal de São Carlos em 1912.....	64
Tabela 2: Quantidade de alunos e cidades provenientes que foram matriculados na Escola Normal de São Carlos em 1913.....	65

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Carlos da Silveira lendo jornal na cidade de Santos-SP em 1916.....	06
Imagem 02: Fachada da Escola Normal de São Paulo na década de 30.....	13
Imagem 03: Entrada principal da Escola Normal de São Carlos próximo a década de 30.....	20
Imagem 04: Diploma do curso da Escola Normal de São Paulo em 1904.....	34
Imagem 05: Sede da Escola Normal da Praça em 1894.....	37
Imagem 06: Carlos da Silveira com sua família: mãe, esposa e filhas.....	44
Imagem 07: Carlos da Silveira na década de 1930.....	46
Imagem 08: Documento oficial da nomeação de Carlos da Silveira como secretário da Escola Normal de São Carlos.....	52
Imagem 09: Documento administrativo que apresenta Carlos da Silveira como Secretário da Escola Normal de São Carlos.....	53
Imagem 10: Documento oficial da nomeação do Secretário Carlos da Silveira para Lente de Pedagogia, Psicologia e Educação Cívica.....	54
Imagem 11: Livro administrativo com nome do professor e disciplina correspondente a que leciona.....	55
Imagem 12: Documento oficial de transferência para a Escola Normal do Braz.....	56
Imagem 13: Vista aérea da Antiga Escola Normal de São Carlos.....	59
Imagem 14: Antigo Predito da Escola Normal de São Carlos (atualmente E.E. Eugênio Franco).....	62
Imagem 15: Vista da fachada da Escola Normal Secundária de São Carlos na década de 1920.....	63
Imagem 16: Lentes da Escola Normal de São Carlos nos anos iniciais da escola.....	66
Imagem 17: Capa do primeiro número da Revista da Escola Normal de São Carlos – 1916...72	
Imagem 18: Alguns números da Revista Escola Normal de São Carlos.....	80
Imagem 19: Alunos e professores da Escola Normal de São Paulo em 1908.....	101

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA: O ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO</b> .....	<b>21</b>
<b>3. A ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO E O MODELO PAULISTA DE ENSINO</b> .....	<b>35</b>
3.1. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO .....	39
<b>4. CARLOS DA SILVEIRA: A TRAJETÓRIA DE UM INTELLECTUAL</b> .....	<b>45</b>
<b>5. A ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS</b> .....	<b>60</b>
5.1. A REVISTA ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS .....	69
5.2. CARLOS DA SILVEIRA NA REVISTA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS .....	75
<b>6. EDUCAÇÃO, PEDAGOGIA E PSICOLOGIA: CONCEPÇÕES DE UM LENTE DA ESCOLA NORMAL</b> .....	<b>81</b>
6.1. EDUCAÇÃO .....	81
6.2. PEDAGOGIA.....	89
6.3. PSICOLOGIA .....	96
<b>7. CONCLUSÕES</b> .....	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>108</b>
<b>ANEXO A – PUBLICAÇÕES NA REVISTA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS</b> .....	<b>112</b>



Imagem 2: Fachada da Escola Normal de São Paulo na década de 30

*Intensifique o professorado nosso num trabalho no sentido indicado, fomentando esse credito social de que elle próprio se beneficiará; procurem os mestres tornar-se cada vez mais dignos da confiança publica, firmando a sua reputação em actos que não em promessas, pois no dia em que os brasileiros puderem descansar na segurança da obra educativa da escola, ahi então veremos realizada a apóstrophe do poeta, quando bradava aos moços estudantes, no famoso hymno:*

*Mocidade, eia avante, eia avante!  
Que o Brasil vos aguarda com fé!  
Esse immenso colosso gigante,  
Trabalhai por erguê-lo de pé!  
(SILVEIRA, n. 13, 1923, p.9).*



## 1. INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada é fruto do trabalho de mestrado que contou com a orientação da professora Dra. Alessandra Arce Hai junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE - UFSCar). O projeto, financiado pela CAPES, é produto das discussões, trabalhos e pesquisas que aconteceram ainda durante a graduação, envolvendo assuntos sobre a história da educação, a história das instituições e a história das ideias pedagógicas, mas principalmente da minha participação no projeto de restauração e organização do acervo da Escola Normal de São Carlos, em parceria com a Unidade de Educação, Informação e Memória (UEIM) do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFSCar (CECH) e com a direção da Escola Estadual Dr. Álvaro Guião de São Carlos, tombada pelo patrimônio nacional. O trabalho inserido no eixo "Historiografia, acervos e educação", teve como finalidade recuperar, conservar e organizar o acervo documental e bibliográfico do Museu Pedagógico da antiga Escola Normal de São Carlos, atual Escola Estadual Doutor Álvaro Guião, para possibilitar a utilização destes materiais como fonte de pesquisa em história e historiografia da educação e história das ideias pedagógicas. Intitulado "Ideias Pedagógicas em Movimento na Formação de Professores na Escola Estadual Dr. Álvaro Guião (1930-1969): Uma Análise de seu Acervo Bibliográfico e Documental" o trabalho foi fomentado pela FAPESP no período de 2009 a 2010. Tal atividade promoveu a possibilidade de acesso a mais de 3300 livros com obras datadas do século XVI, XVII, XVIII, XIX e XX, além de documentos, coleções referentes à formação de professores e aproximadamente 20 periódicos – alguns com mais de 40 fascículos. Esse fato possibilitou observar a relevância histórica e educacional presente em seus materiais, não somente na formação de professores como também na (re)construção da história da educação nacional. O contato com o acervo me levou a conhecer um pouco mais a respeito da história da educação brasileira.

A *Revista da Escola Normal de São Carlos* (1916 – 1923), periódico pertencente ao acervo da escola, apresentou-me ao objeto desta pesquisa. Com artigos e publicações realizados apenas por lentes<sup>1</sup> de Escola Normal, o periódico contou com a participação de 27 colaboradores, sendo todos eles professores ou diretores. Ao analisá-lo de forma mais aprofundada foi detectada a presença e grande relevância dos professores Carlos da Silveira e de João Augusto de Toledo. Ambos assinam seus artigos como lentes de Psicologia e

---

<sup>1</sup> Nomenclatura utilizada para caracterizar e destacar professores do ensino normal.

Pedagogia da Escola Normal Secundária de São Carlos e participam na *Revista* de maneira bem enfática.

A frequente presença de Carlos da Silveira no periódico, com textos que abordam assuntos importantes sobre a história da educação do país, demonstra discussões relevantes que só poderiam ser transmitidas, aparentemente, por um intelectual diferenciado e preocupado com questões educacionais, em busca de promover de fato melhorias. Portanto, analisando todas essas descobertas e impressões algumas questões surgiram em torno de tal personalidade. Quem foi Carlos da Silveira? Quais foram suas influências para a educação, em especial a educação do Estado de São Paulo? Que concepções e ideias ele divulgou? Seria ele um precursor do Movimento da Escola Nova como foi João Toledo ao trabalhar com as ideias de John Dewey<sup>2</sup>?

Com a finalidade de ampliar as informações sobre o autor e visualizar no cenário nacional sua real importância, realizou-se um breve levantamento acerca de sua trajetória de vida e atuação profissional.

Nascido em Silveiras – SP em 21 de Junho de 1883, Carlos da Silveira cresceu em Queluz – SP e mudou-se para a cidade de São Paulo. cursou e diplomou-se pela Antiga Escola Normal da Praça e participou de preparatórios no curso Anexo; formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo; foi professor de Escola Isolada, professor em missão no estado de Sergipe, lente de Escola Normal e professor interino de Psicologia e Pedagogia; diretor de Escola Reunida; Secretário de Escola Normal; inspetor de Escola Normal; Catedrático da História da Civilização. Ou seja, atuou organicamente na formação de professores nas primeiras décadas do século XX não só no Estado de São Paulo, mas colaborou também no Nordeste brasileiro divulgando suas ideias e o modelo de ensino proferido em São Paulo.

Em periódicos é possível notar uma grande colaboração e participação<sup>3</sup> em diversos materiais que tratam de assuntos educacionais, mas também cooperou em demais jornais e revistas que comportam assuntos diversificados, como por exemplo, genealogia. Dentre grande parte destes materiais é possível acompanhar seus trabalhos em: “O Início” (com pseudônimo de “Acharat”); “O País” (do Rio de Janeiro); “Revista da Escola Normal”; “Educação”; “Nevoas”; “Estado de São Paulo”, “Jornal do Comercio”, “Diário de S. Paulo”, “Diário da Noite”, “Correio Paulistano”, “Revista do Brasil”, “Revista do Ensino” etc.

---

<sup>2</sup> Como apresentado no trabalho de dissertação de mestrado de Varotto (2012), intitulado: “*As apropriações das ideias educacionais de John Dewey na antiga escola normal Secundária de São Carlos– SP*”.

<sup>3</sup> É necessário enfatizar que o Carlos da Silveira colaborou em periódicos não apenas com publicações de artigos, mas também como membro da comissão de organização, a exemplo da Revista Educação (em 1928).

Como já mencionado, as participações de Carlos da Silveira vão além de um mestre do ensino normal, visto que sua trajetória como grande estudioso permitiu que se tornasse também: historiador, cronista, genealogista, pedagogo, ensaísta, biógrafo. Suas entradas tão diversificadas no cenário educacional o tornam um personagem importante para a compreensão da história e da educação brasileira.

O Professor Silveira dedicou-se, em grande parte de suas obras, a desenvolver trabalhos e pesquisa sobre temas referentes à educação, por isso é possível encontrar a maior parte de suas ideias publicadas em revistas e jornais. Este fato abre a pesquisa para uma investigação profícua, porém difícil, pois envolve reunir seus artigos para apreender e compreender as ideias que defendia.

O material de análise escolhido foi a “Revista Escola Normal de São Carlos”. Nela Silveira realizou uma sequência de trabalhos, colaborando com o periódico em todo seu período de existência (sete anos), ou seja, publicou em todos os 13 números, abordando temáticas de grande relevância, com assuntos e discussões sobre temas referentes à História da Educação, principalmente sobre Escolas Normais em São Paulo e sobre questões de ensino como o ensino da língua pátria e o papel educativo da Escola Primária, a educação cívica, entre outros. Ao lado de autores que foram significativos para a educação brasileira, a exemplo de João Toledo, destaca-se a importância de estudá-lo como um intelectual pertencente ao conjunto de indivíduos que trabalharam pela educação brasileira por meio da divulgação de ideias pedagógicas e educacionais impressas em jornais e revistas.

Com estes sucintos exemplos da presença e influência exercida pelo professor, esta pesquisa objetivará trabalhar com a leitura e análise das publicações do autor efetuadas no período de 1916 a 1923. O trabalho está centrado na hipótese de que Carlos da Silveira, assim como João Toledo, teria sido um precursor na divulgação dos ideais escolanovistas no Brasil. Por isso, serão analisados os seus textos publicados anteriormente ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932. Os estudos dos intelectuais brasileiros têm sido cada vez mais ampliados em nosso país. Muitos desses intelectuais que colaboraram com o Manifesto têm ganhado espaço em estudos e pesquisas sobre suas vidas, pensamentos e ideias. Compreender o pensamento destes intelectuais e as redes de colaboração por eles estabelecidas contribui na (re)construção da história da educação brasileira.

O campo da História da Educação tem crescido suas preocupações com estudos por ser compreendido como uma área que reúne um conjunto rigoroso e atento de pesquisa, como descrito por Cury (2013). “Trata-se de um campo que vem se impondo pela busca permanente de objetos de pesquisa, pela qualidade e pela pluralidade de pontos de vista.” (CURY, 2013,

p.9) Além do mais, ao realizar estudos sobre a história da educação notamos que “a situação presente da educação nacional provoca, nos pesquisadores, a busca e o reconhecimento de um processo de cuja herança somos atores e autores.” (CURY, 2013, p.9).

Por isso, a pesquisa proposta não buscará a escrita de uma biografia do autor, mas procurará compreender as ideias pedagógicas presentes em sua trajetória de vida (formação acadêmica, trajetória profissional, as concepções etc.) e as interlocuções realizadas pelo educador e intelectual brasileiro Carlos da Silveira, com foco em sua importante e intensa participação na educação e concomitantemente na história da educação do país.

Para Reis Filho (1999) estudar História da Educação possibilita uma visão ampla e global ao educador, pois por meio da transmissão das “heranças culturais” é possível observar e compreender como se deu a evolução social, visto que as organizações sociais, para garantir continuidade no tempo e espaço, necessitam de um conjunto de meios educativos. Historicamente cada sociedade elabora o seu sistema educacional de forma particular. Por este motivo compreende-se que a educação é inseparável do contexto sociocultural. Assim, pode-se dizer que “a ação educativa é, pois, também política. Não há filosofia ou procedimento educativo neutro: ou promove e incorpora as forças do desenvolvimento social ou freia e sustenta as forças de estagnação e retrocesso social”. (REIS FILHO, 1999, p.8) Por isso, os pesquisadores em educação devem ter cautela para obter o sentido da síntese histórica, da evolução das instituições educacionais e do pensamento pedagógico que realizam. Desta maneira, os pesquisadores da história da educação serão “pesquisadores capazes de estudar os períodos mais significativos e as personalidades mais criadoras da evolução educacional brasileira.” (REIS FILHO, 1999, p.8).

Existe, portanto, a necessidade de conhecer a realidade educacional composta, não se tratando apenas de um conhecimento do passado, mas de um conhecimento histórico que possibilite refletir de maneira filosófica o conteúdo da realidade com vistas às diretrizes e coordenadas da ação pedagógica. “Só então, a História da Educação Brasileira poderá adquirir a função pedagógica de contribuir para a formação da consciência crítica do educador brasileiro.” (REIS FILHO, 1999, p.8). Pensando na importância de desenvolver um estudo em História da Educação, pode-se dizer que o professor Carlos da Silveira, comporta as exigências de uma personalidade nacional com participação na evolução e transformação da educação e que faz jus a uma pesquisa pautada em suas obras e pensamento educacionais.

Para Sirinelli (2003) compreender a história dos intelectuais, assim como a exemplo de Carlos da Silveira, é interpretar e estudar um campo que não se restringe a compreensão de si mesmo, pois carrega consigo a necessidade de interpretação de um espaço aberto e que se

situa em um cruzamento entre as histórias política, cultural e social. Desta forma, ao fazer a análise da história de um intelectual não se pode estudá-lo apenas de forma fechada, pois para interpretar suas ideias é preciso realizar um estudo de maneira ampla, de modo a incluir as concepções individuais abarcando as representações coletivas. Além do mais, acredita-se que a história “dos intelectuais passa obrigatoriamente pela pesquisa, longa e ingrata, e pela exegese de textos, e particularmente de textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo” (SIRINELLI, 2003, p.245).

Por isso, quando pensamos na leitura realizada do conjunto, ou partes, da obra de um autor mundo a fora nos deparamos com a ideia da partilha de códigos culturais, de acordo com Carvalho (2001), apropriados, Catani (2000), a partir de relações e práticas específicas. Constroem-se por vezes significados, atribuem-se sentidos muito diversos dos inicialmente propostos, tracejam-se rupturas, continuidades, abre-se, por vezes um “hiato entre usos prescritos e usos efetivos”, (CATANI, 2000, p. 146). Por isso pensar em um trabalho de história que envolva analisar, compreender a obra de um determinado autor, como Carlos da Silveira nos traz dificuldades e cuidados extras no trato com as fontes e, nas análises a serem realizadas. Portanto, não dá para realizar a análise a que pretendemos sem olhar as transformações sofridas pelas ideias, isto significa tentar apreender o movimento de apropriação das mesmas.

A produção de Carlos da Silveira situa-se neste contexto, ao mesmo tempo de internacionalização e também de tentativa de produção de um conhecimento escolar que se situa no âmbito das produções brasileiras. Pois nas primeiras décadas do século XX no Brasil buscava-se apreender e implementar os debates internacionais e suas proposições pedagógicas, ao mesmo tempo em que trabalhava-se pela formação do homem republicano brasileiro.

De acordo com Depaepe (2003) a pesquisa em história da educação exige do pesquisador instrumentos e conceitos que viabilizem a compreensão, mas principalmente, os pesquisadores precisam ter suporte teórico sólido para perscrutar as implicações dos paradoxos educacionais. Ademais, tais pressupostos possibilitam ao pesquisador em história da educação atentar-se em suas análises para o discurso pedagógico e o processo de apropriação e circulação das ideias pedagógicas. Tal compreensão leva o pesquisador a observar a necessidade de aprofundamento no seu objeto de estudo, como também no domínio de uma metodologia que permita uma análise e um tratamento dos dados capaz de suportar a própria dinamicidade em que o material/objeto/fonte foi produzida. Isto é, o pesquisador em história da educação e na história das ideias pedagógicas necessita ter um arcabouço teórico e uma instrumentalização no processo de análise que permita compreender o objeto dentro do seu tempo histórico e, portanto, o distanciamento necessário para apreender seus elementos, como também, não isolá-lo de uma complexidade histórica em que o mesmo foi e é constituído. Nesse caminho, Depaepe, Hermann, Surmont, VanGorp e

Simon (s.d2, p. 7) argumentam da necessidade de se utilizar um modelo teórico capaz de permitir ao pesquisador captar a estrutura que marca o fenômeno a ser estudado em conjunto com a dinamicidade de sua constituição. (BALDAN & ARCE, 2012, p. 12-13)

Concordando com a citação acima neste trabalho de pesquisa além de procurarmos aprofundar a questão metodológica, trabalharemos na tentativa de apreender, compreender e analisar as concepções de educação, pedagogia e psicologia presentes no período histórico de produção dos textos de Carlos da Silveira, bem como também de sua formação enquanto educador. Como procedimento metodológico, de acordo com Toledo (2001, p. 20), buscou-se trabalhar a análise dos dispositivos materiais (formato, título, frontispício e diagramação) e dos dispositivos do aparelho crítico dos periódicos e jornais (orelhas da capa e da contracapa, direitos autorais/ficha catalográfica, dedicatória, prefácio, sumário, índices, bibliografia, notas de rodapé, notas de tradutor, indicação de errata e edição/tiragem). Entretanto, como será realizada a análise do Periódico, Volume, data, número de páginas, Título, Autor, Imagem Frontispícia, Estrutura do artigo, Resumo geral do artigo, Categorias de Análise. Além disso, será realizada a busca por compreender como o período histórico em que o autor produziu caracterizou-se do ponto de vista de suas concepções de educação, pedagogia e psicologia.

Portanto, para melhor entender a proposta da pesquisa, o trabalho foi dividido em sete seções principais: primeiramente uma configuração da educação na fase da Primeira República, data que abrange a formação e as publicações de Carlos da Silveira; em seguida, uma breve análise da Escola Normal de São Paulo, instituição de formação do professor Silveira, no empenho de vislumbrar como se deram as ideias iniciais e sua formação; posteriormente, a escrita de sua biografia, a fim de compreender quem foi e os lugares onde atuou enquanto educador e intelectual; depois disso, a realização de uma explanação da Escola Normal de São Carlos, instituição de prestígio no interior paulista, onde Silveira atuou como secretário e lente, além de ser a instituição pertencente à Revista; conseqüentemente, é realizada a análise geral do material: a “Revista Escola Normal de São Carlos”, periódico onde estão registradas participações e ideias do professor Carlos da Silveira; e, por fim, uma breve conclusão da pesquisa.

Acredita-se que desta maneira seja possível contemplar as interpretações, a história e a importante passagem do Professor Carlos da Silveira no campo da Educação nacional.



Imagem 3: Entrada principal da Escola Normal de São Carlos próximo a década de 30.

Fonte: Página online “São Carlos Antigo”

*Ide-vos diplomar portanto, numa era nova, de rejuvenescimento geral, de salutar e nobilitante confiança nos destinos da Pátria. Forma-se, aos poucos, devido a factores vários, um povo brasileiro que, até hoje não existia senão como expressão literária. É a era de uma geração que quer influir, reformar, regenerar, “precisar as directizes da nacionalidade” (SILVEIRA, n.13, 1923, p. 13).*



## **2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA: O ENTUSIASMO PELA EDUCAÇÃO**

A Primeira República, conhecida também como República Velha, é a fase pertencente à formação acadêmica e às datas de publicações realizadas por Carlos da Silveira no periódico da Revista da Escola Normal de São Carlos (1916-1923), por isso, compreender os ideais propostos e postos nesta fase é também compreender a formação, as concepções e as sugestões que este educador e intelectual desenvolve e defende ao escrever seus artigos. Assim, será realizada uma explanação das ideias pedagógicas<sup>4</sup> e da educação no Brasil referente ao contexto da Primeira República (1889 – 1930) com vistas a descrever brevemente esse momento que caracterizou a educação frente à nova concepção e à formação do cidadão brasileiro republicano.

Esse período é caracterizado inicialmente por uma mudança de regime, ou seja, é demarcado pelo fim do Brasil Imperial para transformação em República. Novos ideais emergiam e, portanto, era preciso se desvencilhar das concepções passadas. Após a proclamação da república viu-se necessário pensar em leis que se adequassem à nova fase, criando assim a Constituição Brasileira de 1891<sup>5</sup>, que serviu como guia e foi a diretriz durante toda a Primeira República, período comandado por oligarquias latifundiárias e pela economia com bases na agricultura, principalmente na produção de café, dominada predominantemente pelos estados de São Paulo e Minas Gerais<sup>6</sup>. Visto a necessidade de mudanças nas leis de base, outro passo que precisou ser (re)pensando para que a transformação se desse de forma efetiva, foi referente à instrução no país, ou seja, a educação.

---

<sup>4</sup> Segundo Saviani (2010) existe a necessidade de distinguir as ideias pedagógicas das ideias educacionais. As *ideias educacionais* são referentes à educação quer seja decorrente de fenômenos educativos visando explicá-las, quer seja advinda de determinada concepção de homem, mundo ou sociedade interpretada a partir do fenômeno educativo. Já as *ideias pedagógicas* são concebidas a partir de ideias educacionais, mas não em si mesmas, pois são compreendidas como um movimento real da educação, como uma constituição da própria substância da prática educativa, ou seja, são compreendidas a partir da forma como se encarna o movimento real da educação por meio da prática educativa.

<sup>5</sup> Entre os principais elaboradores da Constituição de 1891 estavam Prudente de Moraes e Rui Barbosa. A Constituição de 1891 permitiu alguns avanços políticos. Uma das principais mudanças ocorridas foi a extinção do Poder Moderador, passando a ser composta a partir de então por apenas três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O antigo papel do imperador, por não ser mais adequado a este posto, foi substituído pelo de Presidente da República e, além disso, o voto, a partir da Constituição de 1891, tornou-se universal e aberto. Com a Constituição de 1891 inaugurou-se também a orientação da República no Brasil, publicada no dia 24 de fevereiro do mesmo ano e que vigorou até o ano de 1932.

<sup>6</sup> Ao término do Governo Provisório, que alcançou a duração de cinco anos e que originou a participação de dois militares: Marechal Deodoro e Floriano Peixoto. O primeiro Presidente civil a ser eleito foi Prudente de Moraes, iniciando em 1894 a alternância entre representantes das oligarquias rurais do sudeste brasileiro, por meio de indicações de líderes dos Estados, principalmente de São Paulo e Minas Gerais, que promoveram um período de alternância na presidência, fase que pode ser caracterizada como auge da ordem oligárquica.

Ao tratar de assuntos sobre a educação na República Velha, Fausto (2006a) recorda um importante dado: a fase que abrange esse período é representada por datas que caracterizam um marco cronológico e que não necessariamente encontram seu início e fim delimitados por essas ações históricas, mas que são postas para estudar e compreender o contexto histórico, ou seja, no início da educação da República encontram-se ainda resquícios da educação do Império, e em datas finais do antigo regime já despertam novas concepções. Portanto, se entende que a educação foi um processo contínuo, por despertar no antigo regime algumas novas intensões, mas que aos poucos gerou mudanças de ideias e concretas transformações.

Para Nagle (1974) a demarcação histórica destas duas datas (1889 e 1930), pouco significou para o sistema educacional brasileiro, mas o que salta em especial é a profunda e vigorosa discussão que tem início próximo ao fim do Império, com expectativas, desejos e avanços sobre os assuntos educacionais. Nomeado como *fervor ideológico* e passada essa fase de mudanças de regime, Nagle (1974) reconhece a partir de então o *entusiasmo pela educação* e o *otimismo pedagógico* que caracterizam fundamentalmente a década de 1920 em diante com discussões sobre ideais do escolanovismo.

No fim do Regime Imperial, os assuntos educacionais encontravam-se em uma situação precária frente ao sistema escolar, mas tal situação possibilitava avanços pelo desejo de formulação de uma política educacional nacional.

Schueller e Magald (1995) relembram que as escolas imperiais eram marcadas por um “signo de atraso, da precariedade, da sujeira, da escassez e do ‘mofo’.” (SCHUELLE; MAGALD, 1995, p.35) e que além das condições limitadas do espaço físico, muito maior era a precariedade das ideias e das práticas pedagógicas voltadas à memorização, à tabuada cantada, à palmatória, a castigos físicos etc. “A *má*-formação ou a ausência da formação especializada, o tradicionalismo do *velho* mestre-escola. Casas de escolas foram identificadas a *pocilgas, pardieiros, estalagens, escolas de improvisos* – impróprias, pobres, incompletas, ineficazes.” (SCHUELLER; MAGALD, 1995, p.35). Assim, era incompreensível a partir da nova visão dos intelectuais, políticos e autoridades do regime republicano seguir com essas mesmas ideias e ações. A proposta então se voltou a inaugurar uma nova educação para novos tempos.

Na fase inicial da década de 1890, duas reformas foram de grande destaque, tanto por seus provedores quanto para a educação nacional. Dentre as especificações que se encontram pode-se dizer que tinham o caráter:

Uma federal, representada pela Reforma Benjamin Constant (1890), na área da escola secundária; outra, estadual, na área das escolas primária e normal, ocorreu em São Paulo sob a direção de Caetano de Campos (1892) – esta, fundamentada em princípios de natureza democrático-liberal, não apresentou características sectárias apontadas naquela reforma “positivista”. (FAUSTO, 2006a, p. 284)

Tratando de cada uma delas, é preciso saber primeiramente que, com a implantação da República no país, as ideias positivistas e do liberalismo se fizeram presentes e exaltavam as concepções nacionalistas e a formação do novo homem frente às necessidades e à realidade do presente momento. Por isso, com o novo regime, a organização escolar recebe um modelo baseado nas ideias da filosofia positivista que se instalaram segundo as concepções de Comte. O princípio desta nova Reforma que foi realizada no âmbito federal contou com a participação de Benjamin Constant, com uma proposta diferenciada do que se tinha vivenciado até então. Para Fausto (2006a), esta reforma

Representa a substituição do modelo curricular ‘humanista’ por um outro de natureza ‘científica’. Também o aparecimento de uma escola primária especialmente alfabetizante representa outro exemplo, bem como sua substituição por uma escola primária ‘integral’. O mesmo ocorre com o esforço para combinar, na escola secundária, as ciências com as letras, para implantar o sistema universitário e secundário. Em todos esses exemplos, tentou-se ou realizou-se a substituição total ou parcial de um modelo por outro. (FAUSTO, 2006a, p. 287).

Em suma, o modelo de educação implantado na Primeira República apresentava características distintas do regime anterior, pois acreditava que, por meio da educação pública, implantaria a construção da identidade nacional, utilizando-a como uma ferramenta de poder civilizador nacional.

Voltando a questões estaduais, as transformações do ensino no período republicano têm início em São Paulo com a Escola Normal de São Paulo e a criação da Escola Modelo. Em 1890 o presidente Prudente de Moraes encarregou o médico Antônio Caetano de Campos de promover a reforma de ensino utilizando modelos de escolas primárias que deveriam ser seguidos em todo o estado.

Saviani (2010) reflete a respeito da iniciativa de Rangel Pestana, juntamente com o diretor da Escola Normal, Caetano de Campos, de implantar as Escolas Modelo de 2º e 3º graus, anexas à Escola Normal. Tal iniciativa foi tomada com base no decreto de 12 de março de 1890. A Escola Modelo era composta inicialmente por duas salas distintas, uma para meninos e outra para meninas. A instalação da escola modelo assinala uma nova proposta para a escola primária e para a formação de professores, promovendo a implantação de um “espaço de observação das práticas escolares que deveriam ser incorporadas pelos futuros mestres nas inúmeras escolas do estado” (SCHUELLE; MAGALD, 1995, p.43).

A Escola Modelo anexa à Escola Normal da Capital se estabeleceu como referência pedagógica por todo estado, por meio dela aconteceram muitas ideias e modificações que passaram a ser implementadas nas escolas públicas primárias, principalmente nos Grupos Escolares.

Em 30 de dezembro de 1892 é regulamentado o decreto n.144B, da reforma geral da instrução pública paulista. Mesmo tratando da instrução pública em sua totalidade, tinha como foco central a educação primária, com a criação dos grupos escolares<sup>7</sup>, para a substituição das escolas isoladas.

Silveira (1919) analisa o período de 1892 a 1897 e explica que nesses anos muitos educadores ressaltavam o trabalho fecundo que era desenvolvido; por isso, costumavam classificá-lo como “período áureo”. O aumento do número dos grupos escolares caracterizava o anseio pela disseminação do ensino, o sonho e o desejo de que o Brasil desse um grande salto educacional.

Saviani (2010) demonstra que cada grupo escolar<sup>8</sup> era formado por um diretor e pela quantidade de professores que o próprio grupo precisasse para se compor. Na verdade, a junção das escolas isoladas formou o grupo escolar, onde as classes correspondiam agora a séries anuais, assim, os alunos passavam gradativamente por todas as séries até a conclusão do ensino primário. Os grupos escolares se espalharam por todo o estado e em 1910 chegou a haver 101 grupos, sendo 24 na capital e 77 no interior. Assim, tendo sua origem em São Paulo e aumentando frequentemente esse número, o modelo irradiou por outros estados.

A escola primária experimental paulista afirmava-se, assim, como parâmetro para as escolas públicas republicanas, referido, num sentido amplo, à organização do universo escolar. O modelo formulado e disseminado era o do grupo escolar, em que assumiam grande relevo aspectos como a construção de prédios considerados apropriados para a finalidade educativa, o trabalho escolar apoiado no princípio da seriação e no destaque conferido aos métodos pedagógicos, entre os quais se situava, especialmente, o método intuitivo; a divisão e hierarquização da atuação dos profissionais envolvidos no cotidiano da escola; a racionalização dos tempos escolares; o controle mais efetivo das atividades escolares, entre outros (SCHUELLE; MAGALD, 1995, p.43)

---

<sup>7</sup> Criado e instalado primeiramente em São Paulo em 1893, o Grupo Escolar tinha o intuito de reunir as escolas isoladas de uma região comum. Seus criadores visavam a universalização do ensino como forma de modernização do país. O grupo escolar era conhecido pela composição dos discentes de acordo com o grau ou a série em que se situavam implicando em uma crescente forma de conhecimento. Diferentemente das Escolas Isoladas, que comportavam, em uma única classe, alunos de diferentes níveis e estágios com a utilização de apenas um professor, segundo as informações de Saviani (2010).

Suas concepções de ensino expressavam não apenas uma nova arquitetura de instituição, mas muito além disso, tinham como intuito a elevação escolar com a criação dos grupos escolares em 1893 e o emprego de métodos pedagógicos renovados; dentre eles destaque ao método intuitivo.

Conhecido também como “lições de coisas”, o método intuitivo, segundo Saviani (2010), em um âmbito mais geral, foi desenvolvido para fins de resolver a “ineficiência do ensino” diante de adequações sociais decorrentes da revolução industrial, que se dá entre o fim do século XVIII e meados do século XIX. Ao “mesmo tempo, essa mesma revolução industrial viabilizou a produção de novos materiais didáticos como suporte físico do novo método de ensino.” (SAVIANI, 2010, p.138). Esses materiais, utilizados no Brasil por volta da metade do século XIX, eram compostos por peças escolares como: quadros-negros parietais; caixas para ensino de cores e formas; quadros do reino vegetal; gravuras; objetos de madeira; cartas de cores (para uso da instrução primária); aros; mapas; linhas; diagramas; caixas com pedras e metais; madeira, louça e vidro; iluminação e aquecimento. Saviani (2010) explica ainda que o uso desses materiais dependia de objetivas diretrizes metodológicas: “a chave para desencadear a pretendida renovação é a adoção de um método de ensino: concreto, racional e ativo, denominado ensino pelo aspecto, lições de coisas, ou ensino intuitivo” (VALDEMARIN, 2004, p.139 apud SAVIANI, 2010). Resumindo, compreendia-se que o método intuitivo deveria partir de uma percepção sensível, assim, “o princípio da intuição exige o oferecimento de dados sensíveis a observação e à percepção do aluno”. (REIS FILHO, 1995, p.68). Um dos manuais mais utilizados foi “Primeiras lições de coisas”, tendo como autor o americano Norman Allison Calkins. A primeira edição de seu trabalho tem como data 1861 e sua ampliação e reformulação possui data de 1870. A tradução do trabalho foi realizada por Rui Barbosa em 1886.

Segundo Auras (2005) o método desenvolvido por Calkins<sup>9</sup>, foi publicado pela primeira vez no Brasil em 1886 e contou com a aprovação da Congregação da Escola Normal e o Conselho Superior do Ensino da Bahia, pelo Conselho de Instrução do Rio de Janeiro (capital da República) e pela Província de São Paulo, que adquiriu um número significativo de 500 exemplares, que foram distribuídos pelas escolas.

---

<sup>9</sup> Segundo os estudos de Auras (2005), Rui Barbosa cita que Calkins tentou adaptar as ideias de Pestalozzi em forma de um ensino prático para implementar em sala de aula com finalidade de ajudar seus colegas professores. Desta forma, organizou um formulário de lições, nomeando-o como *primary objectlessons for a graduated course of development*. Tendo sido realizada grande procura pelo material, Calkins em 1870 promove melhorias e ampliações e promove a segunda versão do manual, nomeada então como: *Primary Object Lessons*.

Para compor o quadro da Escola Normal de São Paulo, foram contratadas professoras que apresentavam um currículo de formação norte-americana para auxiliar e orientar os alunos do ensino normal e o desenvolvimento de práticas do magistério.

Nagle (1974) relata que outra visão que surgiu nesta ocasião estaria voltada à crença de algumas formulações doutrinárias sobre a escolarização que apontavam para o caminho de formação do novo homem brasileiro, ou seja, os ideais escolanovistas. O destaque nessa fase são alguns antecedentes que esboçam uma breve infiltração até datas de 1920 e, após essa data, uma maior discussão sobre esses pensamentos.

É nesse sentido que tem determinados elementos que se encontram na Reforma de Leôncio de Carvalho, no “Parecer” de Rui Barbosa sobre a Reforma do ensino primário, na fundação de escolas pelas diversas correntes do protestantismo, na “Exposição Pedagógica” de 1883, na criação de o “Pedagogium”, na reforma da instrução pública paulista, realizada por Caetano de Campos, na introdução do método de “intuição analítica”, ainda nas escolas paulistas, na primeira administração de Oscar Thompson; a mesma interpretação deve ser dada à criação de laboratórios de psicologia e pedagogia – especialmente o montado por Ugo Pizzoli na Escola Normal de Praça, em São Paulo, bem como a determinados aspectos do conteúdo de obras sobre a educação – por exemplo, trabalhos de Ciridônio Buarque, Sampaio Dória ou o “Anuário do Ensino do Estado de São Paulo”, de 1917. (NAGLE, 1974, p. 239).

É possível perceber, portanto, que a primeira fase se caracteriza por discussões sobre o movimento da escola nova, movimento ainda muito específico e visível em determinados espaços, como por exemplo, em determinadas reformas de ensino e especialmente na Escola Normal de São Paulo, um dos principais berços de formação de professores do estado de São Paulo, com o privilégio dos laboratórios de Pedagogia e Psicologia, recursos ainda inusitados.

Essas reformas também foram influenciadas pelas ideias de Oscar Thompson<sup>10</sup> e Sampaio Dória<sup>11</sup> que propunham a aplicação e introdução do método analítico, que correspondia, segundo relata Warde (2003), a um acúmulo de experiências escolares, pautado em descontinuidades decorrentes de disputas que foram adequando o método para o ensino dos saberes, como, por exemplo, o melhor método de ensino para leitura. “O mérito desse método residia, principalmente, na sua eficácia para desenvolver a capacidade de conhecer, pelo fecundo contato da inteligência com a natureza e pelo exercício das faculdades perceptivas” (DÓRIA, 1923 apud CARVALHO, 2010, p.100). Acreditava-se, que “o método de intuição analítica era totalmente conforme a psicologia da criança, compreendida, de modo similar a ele, como passagem de visão sincrética para sinética, mediada pelos processos analíticos” (CARVALHO, 2010, p. 119). Desta forma, para bem compreender este método

---

<sup>10</sup> Diretor da Escola Normal de São Paulo durante o período de 1901 a 1911.

<sup>11</sup> Diretor-Geral da Instrução Pública entre os anos de 1920 a 1924.

segundo alguns de seus seguidores, como a exemplo de Sampaio Dória, era preciso incorporar assuntos da psicologia, pois, como visto, esse método partia de concepções e percepções amplas e discutíveis para uma ideia mais concreta elaborada, para isso era necessário a observação e análise.

Já a segunda fase de introdução das ideias do escolanovismo, atingiu seu auge na década de 20, momento em que “a versão tradicional da pedagogia liberal foi suplantada pela versão moderna” (SAVIANI, 2010, p.177). Uma versão que possui uma vertente mais humanista e moderna da filosofia da educação e que ganha mais visibilidade com a fundação e criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), construída em 1924 por Heitor Lyra e que teve como finalidade reunir e argumentar com pessoas de várias tendências e correntes da educação. Em sua real finalidade a ABE reuniu em seu espaço indivíduos que acreditavam em novas ideias pedagógicas e as buscavam. Surgia então nessa década o início de uma discussão sobre a implantação e a absorção de uma nova pedagogia. Para confrontar o ensino posto até então, dito como tradicional, agora seriam abordados assuntos sobre um movimento que aderisse a uma nova concepção, a escola nova.

A Escola Nova, respeitando o trinômio psíquico da criança é essencialmente prática e experimental, um mundo em miniatura, a imagem da vida. Ela desenvolve energias, canaliza vontades, cria discernimentos, forma seres pensantes e coerentes. Educar não apenas ensina a ler, a escrever e a contar. É desenvolver e dirigir as aptidões individuais, adaptando-as às necessidades do tempo e às exigências do meio. (MORAES, 1922 apud MONARCHA, 2009, p.146).

De modo mais geral e universal, Nagle (1974) apresenta as ideias do escolanovismo divididas em: 1889 a 1900 como fase de criação das primeiras escolas novas e não apenas uma especulação sobre seus preceitos; 1900 a 1907, momento de formulação deste novo ideário educacional, composta por diversas correntes teórico-práticas, com destaque para as concepções de Dewey; 1907 a 1918, fase que promove a criação e a publicação dos primeiros métodos ativos e, conjuntamente, passa a ser um período de maturidade dessas realizações; finalmente, a fase que compreende a data de 1918 até anos depois é descrita como o período de difusão, consolidação e oficialização das ideias e princípios do escolanovismo.

Diferentemente do contexto mais geral, no Brasil até a década de 20, esse movimento foi utilizado como uma preparação dessas ideias pedagógicas como estímulo para a escolarização. Além do mais, os princípios da escola nova eram associados a um modelo reformista e renovador, pautados pela experimentação de novos meios e, portanto, seria necessário revisar os métodos pedagógicos.



Aqui o papel da escola normal é utilizado em prol de difundir e contribuir para as alterações curriculares.

Se a contribuição do movimento reformista da escola primária, no sentido de penetração do ideário escolanovista, se dá pela ampliação e diversificação curricular e, especialmente, por meio de transformação metodológica, aquele movimento, no caso da escola normal, vai contribuir por efeito de alterações especificamente curriculares. (NAGLE, 1974, p.246)

A escola normal era o núcleo de formação de professores que iriam atuar no ensino primário. Uma vez inculcadas as ideias nos alunos normais, conjuntamente haveria alterações no ensino primário.

Uma disciplina associada e colaborativa a esse modelo de ensino é a psicologia, visto que:

A posição da psicologia é singular nesse quadro. Os estudos psicológicos aparecem sob a forma de psicologia geral, outras vezes com determinadas especificações que revelam modificações importantes no seu conteúdo; por exemplo, neste caso englobam itens sobre o estudo da criança, do desenvolvimento humano, dos interesses e necessidades, das diferenças individuais. Além disso, aparecem determinadas denominações especiais, que denotam especializações, como é o caso da psicologia do desenvolvimento, pedologia, psicometria, psicologia educacional, psicologia das votações. (NAGLE, 1974, p. 247).

O estudo da psicologia era compreendido, principalmente nas escolas normais, como um dos componentes mais importantes a serem estudados e associados com a pedagogia. Essas ciências serviriam de complemento uma a outra e assim abrangeriam as concepções do novo método.

Com vistas à iniciação para a mudança, que se caracterizou pela ideia de um novo homem, era necessário também um espaço físico com atribuições referentes ao papel social da Instrução para esses jovens, ou seja, os prédios escolares deveriam representar o cidadão republicano. A escola republicana tinha como papel, além da instrução do ensino, a formação e o desenvolvimento moral e cívico, pensamentos que deveriam ser ensinados e agregados dentro das fases escolares, discutindo e ressaltando valores referentes ao calendário cívico e à literatura cívico-pedagógica<sup>12</sup>.

Principalmente a partir de 1915 é configurado um novo momento de realizações significativas. São ideias, planos e soluções oferecidos. De fato, pode-se notar que o

---

<sup>12</sup> Nessa fase, a questão do nacionalismo ganhava grande repercussão, principalmente no campo da educação, sendo mais fortemente visível em meados da década de vinte em meio aos livros didáticos com conteúdos de educação moral e cívica, acentuando de forma bastante clara o patriotismo. Fato esse que se fez mais presente durante e após a Primeira Guerra (1914-1918) que possibilitou desenvolver elementos para uma doutrina nacional.

surgimento de interesse para com a educação despertou, de modo mais intenso, próximo ao fim do Império e bem nos anos iniciais da República, porém não muito pouco depois e de forma geral minimizam-se os ânimos sobre tais discussões. Nagle (1974) cita que nem todas as aspirações almejadas puderam ou foram alcançadas, restando a formação de uma “República possível”, haja vista que o “espírito republicano” que formou um embate ideológico no fim do Império diminuiu gradualmente. “Daí o desânimo, mais que o desânimo, as desilusões e as frustrações que dominaram a mentalidade dos homens públicos, dos pensadores, dos intelectuais e dos educadores que viveram durante a primeira república até cerca de 1920.” (NAGLE, 1974, p.101). Apenas próximo da última década, entre os anos de 1920 e 1929, é que o país voltou a presenciar um clima mais intenso de *entusiasmo pela educação*, um *otimismo pedagógico*. Acreditava-se que por meio da difusão da educação seria possível “incorporar grandes camadas da população escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo” (NAGLE, 1974, p.99).

É possível perceber que “há aqui uma parcela que se liga ao fervor ideológico do final do Império, mas, agora, este é manifestado pelos próprios republicanos desiludidos com a República existente.” (FAUSTO, 2006a, p.284). Trata-se de um movimento voltado basicamente para a escola primária em busca de imprimir as ideias do cidadão nacional, ou seja, questões do nacionalismo, na formação do novo cidadão republicano. As conferências de Olavo Bilac e a formação da Liga da Defesa Nacional em 1916 têm o intuito de promover e disseminar essas ideias, isto é, difundir as questões do ensino cívico-patriótico que serão expostas também pelas *Ligas Nacionalistas*; pela revista *Brazílea*; pela *Propaganda Nativista* e pela *Ação Social Nacionalista*.

A campanha de “Bilac representa a fase inicial de congregação dos espíritos, que irá provocar a formação da Liga de Defesa Nacional.” (NAGLE, 1974, p. 44). O documento que deu início a essa fase foi a conferência proferida por Olavo Bilac aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. Em resumo, a partir das ideias concebidas neste documento, nota-se a preocupação em assinalar uma identidade nacional e uma crença em aspirações comuns para a construção nacional, iniciando com uma crítica à apatia social frente às questões políticas: “Com efeito, os ‘políticos profissionais’ nada mais são do que ‘pastores egoístas do rebanho tresmalhado’; as classes populares mantidas na mais bruta ignorância, mostram só inércia, apatia, superstição, absoluta privação de consciência’.” (NAGLE, 1974, p.44), mas indicando a solução para esta questão com a defesa do cidadão “cívico-patriótico”.

Qual o remédio para esse estado de coisas? São muitos, mas um deles constitui verdadeira promessa de salvação: a lei do sorteio militar (...). Que é o serviço generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e física obrigatória. Essas são as linhas-mestras do chamamento cívico-patriótico do poeta, que irão fornecer o arcabouço para a formação da Liga de Defesa Nacional, a mais ampla e influente organização nacionalista do período. (NAGLE, 1974, p. 45).

Basicamente foram estas as palavras que se disseminaram frente à organização nacionalista. A Liga de Defesa Nacional, fundada em 7 de setembro de 1916 por iniciativa de Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, tinha como grande intuito congregar os sentimentos patrióticos em todas as classes, respeitando as leis vigentes do país. Dentre o principal objetivo, alguns menores, porém não menos importantes eram visados:

Manter a ideia de coesão e integridade nacional; defender o trabalho nacional; difundir a instrução militar nas diversas instituições; desenvolver o civismo, o culto do heroísmo, fundar associação dos escoteiros, linhas de tiro e batalhões patrióticos; avivar o estudo de História do Brasil e das tradições brasileiras; promover o ensino da língua pátria nas escolas estrangeiras existentes no País; propagar a educação popular e profissional; difundir nas escolas o amor à justiça e o culto do patriotismo; combater o analfabetismo. (NAGLE, 1974, p.45).

Essa inculcação nacionalista está centralizada na formação da consciência nacional, acreditando ser necessária a disciplina e a ordem como características para que haja pátria, tornando a formação do cidadão revestida de cultura intelectual e moral. Apresenta-se assim uma vida na liberdade, porém sem excessos, a exemplo de respeitar as leis e as autoridades e ausentar-se de revoltas armadas. Nagle (1974) complementa que este programa apresentado pela Liga possuía um fundo aristocrático e com princípios voltados com um papel tutelar de determinada elite, pois os indivíduos deveriam ser “capazes de sobrepor-se aos interesses próprios, aos interesses partidários de classe ou de campanário” (p.46) com a missão de governar e dirigir o povo.

Mesmo em meio a várias críticas e acusações, como a de proteger partidos e governos “desastrados” e ainda a de ter relações com o militarismo, o ideal da Liga de Defesa Nacional tomou proporções maiores culminando em junções com instituições que tinham interesses semelhantes, formando assim, a Liga Nacionalista Brasileira e as ligas Nacionalistas estaduais. Foi um período de efervescência com questões voltadas à obrigatoriedade do ensino da língua nacional, de História e Geografia nacional, da Educação Física, do Escotismo, da propaganda sobre a obrigação legal do voto, a liberdade do eleitor, a fraude e a apuração verdadeira dos votos etc. A Liga Nacionalista, que tinha sede em São Paulo, contribuiu também para inquietações que ocorreram durante a Primeira Guerra, como a respeito de

romper relações com a Alemanha, mesmo que esta Liga, ao contrário a anterior, estivesse ligada mais a discussões políticas e menos militares, sendo esta uma das principais diferenças entre elas.

Preocupada com a alfabetização, a Liga Nacionalista Brasileira buscava impor-se no combate ao analfabetismo e, sabendo que o país era dirigido para uma minoria e por uma minoria, um dos principais desejos da Liga era de alfabetizar a maior parte da população para que pudesse gozar de seus direitos políticos, uma vez que o “Art. 70, § 2º, da Constituição Federal determina que o analfabeto não pode manifestar vontade política” (NAGLE, 1974, p. 48)

Acusando estas ligas de manter o programa da religião católica, nacionalizar o comércio e a imprensa lusitana, a revista *Brazílea* e o grupo Propaganda Nativista faziam críticas à hegemonia paulista e à defesa da civilização agrária. Intrigavam-se com os portugueses que viviam em solo brasileiro e utilizavam dos benefícios deste solo e que mesmo assim se consideravam portugueses. Além disso, criticavam o estado de São Paulo que, segundo eles, não merecia ter admiração pela hegemonia política que tinha alcançado até então. Nagle (1974) descreve que o nacionalismo neste período não foi discutido apenas por um grupo ou associação, mas, de modo geral, eram discussões que tratavam de valores de grupos ou instituições que não apresentavam interesses da realidade nacional.

É precisamente nesta fase que se procura enobrecer assuntos nacionais como a utilização e valorização da língua portuguesa, o direito e a obrigação ao voto, a importância dos estudos de História e Geografia nacionais, entre outros, além de preocupações com alfabetização nacional.

Tal fato pode ser observado na descrição de Reis Filho (1995):

Daí, os republicanos paulistas atribuírem ao Estado a função de criar e manter escolas de todos os níveis. Essas escolas estatais teriam o cargo para preparar o futuro cidadão para que ele pudesse desempenhar o papel político reservado pelo regime republicano a todos os brasileiros. Em contrapartida, o novo regime atribui à escola a tarefa primordial de educação cívica, entendida como a compreensão fundamental dos deveres do cidadão. (p.204)

A educação passa ser, a partir de então, o alicerce para difundir e afirmar as questões da nacionalidade, do patriotismo por meio da educação cívica, o que pode ser notado ao observar o quadro de disciplinas montado para a formação de um aluno de escola normal. Em um curso com duração de quatro anos se aprendiam as seguintes línguas: português, francês, inglês e latim. As demais disciplinas eram estas:

o quadro das disciplinas científicas compreendia: aritmética, álgebra, geometria e trigonometria; mecânica, astronomia, física, química, história natural, anatomia e fisiologia. Os estudos sociais incluíam: história universal, história do Brasil, geografia geral, geografia do Brasil, economia política e educação cívica. Como conhecimentos aplicados, eram contempladas a escrituração mercantil e a agrimensura. As artes faziam-se presentes no plano de estudo por meio do desenho, da música e dos trabalhos manuais. A educação física realizava-se pelos exercícios ginásticos apropriados a cada sexo e, ainda, para os rapazes, exercícios militares. O rol de disciplinas da Escola Normal completava-se com economia doméstica para as moças e, para todos, a cadeira de Pedagogia e Direção de Escolas, colocada no quarto ano do curso. É facilmente verificável a pobreza da fundamentação pedagógica do plano de ensino: uma só disciplina com esse caráter. Desse modo, o peso da formação pedagógica ficava a cargo dos Exercícios de Ensino da Escola-Modelo.” (REIS FILHO, 1995, p. 206).

Há dois pontos interessantes a serem discutidos: primeiro, há de se notar as disciplinas que caracterizam o patriotismo, a exemplo de História e Geografia do Brasil, sem mencionar o estudo de Educação cívica, que está claramente compondo a grade curricular; em segundo lugar, Reis Filho (1995) faz a crítica à formação desse aluno, que fica a desejar frente às questões da formação pedagógica e que deixa como responsabilidade à participação na Escola Modelo.

A preocupação referente à instrução social pautada em formar o novo homem, o homem cidadão, é característica desta fase. E para que fosse possível exercer a cidadania eram necessários dois elementos: ler e escrever. Carvalho (1987) explica que existiam dois tipos de cidadão: o “ativo” e o “simples”, sendo que o primeiro possuía além dos direitos civis os direitos políticos e o segundo apenas direitos civis. A educação é concedida à população como forma de esclarecer direitos e deveres. Era, portanto, um instrumento de ascensão social para aqueles que se encontravam à “margem da sociedade”, mas também utilizado como ascensão do poder da burguesia. Assim o “entusiasmo pela educação” apresenta a escola também como uma maneira de participação política, pensando-a como uma função política.

Porém, ainda nesse período, chamam a atenção o crescimento industrial de capital suficiente para desenvolver a indústria e a facilidade de importação, o que assegura o domínio oligárquico e o fortalecimento econômico de grupos cafeeiros. A valorização do café, principal produto do país, auxilia a elite agrária a permanecer no “comando” sobre o Estado. Por isso, empecilhos foram postos frente à luta pela industrialização por motivo dos ideais ruralistas. Apenas a partir da década de 1920 foi possível dar um salto de fortalecimento industrial. Nesta fase, inquietações sociais e perturbações causadas principalmente pelas campanhas eleitorais, lutas e reivindicações do operariado contra as pressões da burguesia industrial promovem um clima de efervescência ideológica que encontra como proposta a busca pelo novo.

E, no cenário em questão, tiveram lugar importantes debates, mas também, além destes, foram encaminhadas intervenções significativas no campo da política, através de diversas reformas de instrução pública implementadas em diferentes estados brasileiros, nas décadas de 1920 e 1930. Podem ser situadas, nesse quadro, as reformas conduzidas por Carneiro Leão (1922-1926), Fernando de Azevedo (1927-1930) e Anísio Teixeira (1931-1935), no Rio de Janeiro; Sampaio Dória (1920), Lourenço Filho (1930-1931), Fernando de Azevedo (1933) e Almeida Jr. (1935-1936), em São Paulo; Francisco Campos (1927-1930), em Minas Gerais; Lourenço Filho (1922-1923), no Ceará; Anísio Teixeira (1925-1927), na Bahia e Carneiro Leão (1928-1930), em Pernambuco (SCHUELLE; MAGALD, 1995, p.49)

Assim, de forma mais geral, são reformas que apontam tendências com características de uma cultura escolanovista ainda com termos amplos e imprecisos, mas com vistas a uma cientifização progressiva e práticas educativas que se pautavam na formação de professores inspirados pelos ideais renovadores.

Finalizando a fase entre 1920 a 1930, Schuelle; Magald, (1995) concluem que as reformas educacionais que ocorreram criaram uma instituição que estava longe de ser uma escola totalmente renovada, mas que tais propostas foram disseminadas pelos educadores da época que construíram e apoiavam estes ideais com mais ou menos intensidade. Um projeto renovador, que avistava o futuro na busca de romper o passado e construir um presente.

Tendo apresentado brevemente os principais níveis de ensino e as mais importantes reformas que ocorreram durante a primeira República, pode-se compreender que a educação nesta fase mostra-se bastante marcada pela formação de cidadãos republicanos. E não por menos, o estado de São Paulo ganha evidência frente aos demais estados do país; suas leis, políticas, concepções e ideias são realçadas. A Escola Normal de São Paulo, a primeira do estado, foi participante da formação de Carlos da Silveira. Por isso, entender essa instituição é compreender o contexto do berço de professores paulistas, mas, especialmente, os conceitos advindos da escolarização e preparação para o magistério como educador e para a vida como intelectual e crítico. Não apenas adepto de ideias prontas, o Professor Carlos da Silveira demonstra incentivo aos pensamentos advindos dessa fase e também tem os divulga e anuncia.

A seção a seguir busca demonstrar essa nova concepção de educação que estava sendo discutida a partir da formação de professores em Escola Normal, mas baseada em uma das principais instituições de ensino normal do país, a Escola Normal de São Paulo.



Imagem 4: Diploma do curso da Escola Normal de São Paulo em 1904

Fonte: Página online “Blog caetanistas” organizado no site: [www.iecc.com.br](http://www.iecc.com.br).

*Não há ensino primário eficaz sem boas escolas normaes, sabem-no todos quantos se preocupam com assumptos de pedagogia. Tenhamos professores bem preparados, aptos para cumprirem a importante missão que a sociedade lhes confia e a tarefa da instrucção e da educação do povo será realizada de maneira relativamente fácil. (SILVEIRA, n.1, 1916, p.1).*

### **3. A ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO E O MODELO PAULISTA DE ENSINO**

Grande responsável por formar professores no Brasil, principalmente nos séculos XIX e XX, as escolas normais tiveram uma trajetória de incertezas, glórias e destaque. Destinadas à instrução pública e ao ensino primário, seus passos contemplam iniciativas para a formação de futuros mestres da educação brasileira. A primeira escola normal foi criada no Rio de Janeiro em 1835 pela Lei nº 10, na Capital da Província, destinada ao magistério da instrução primária, os critérios para a seleção de candidatos para frequentar a escola “limitavam-se a: ser cidadão brasileiro, ter 18 anos de idade, boa morigeração e saber ler e escrever” (MOACYR, 1939 apud TANURI, 2000, p.64.).

Após a primeira criação da escola normal na capital da província, outras províncias também criaram suas instituições de ensino normal a exemplo de: Minas Gerais, em 1835 (instalada em 1840); Bahia, em 1836 (instalada em 1841); São Paulo, em 1846; Pernambuco e Piauí, em 1864 (ambas instaladas em 1865); Alagoas, em 1864 (instalada em 1869); São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1869; Pará, em 1870 (instalada em 1871); Sergipe, 1870 (instalada em 1871); Amazonas, em 1872; no Espírito Santo, em 1873; Rio Grande do Norte, em 1873 (instalada em 1874); Maranhão, em 1874 (MOACYR, 1939 apud TANURI, 2000).

Tanuri (2000) caracteriza a promulgação da criação de estabelecimento de ensino primário, normal e secundário a partir de 1870 nas províncias, fato que destaca a criação de escolas normais brasileiras como parte do sistema provincial. Ao que tudo indica, o modelo de ensino implantado assemelhava-se ao europeu, mais especificamente ao francês, por motivo de tradição colonial e do projeto nacional ser voltado à formação cultural da elite.

Uma das primeiras escolas de ensino normal a ser criada na província, como já citado anteriormente, foi em São Paulo. A criação da Escola Normal de São Paulo trilhou um caminho de mudanças, ajustes e adequações. A formação do aluno-mestre, em São Paulo segue um percurso de destaque no ensino, principalmente quando se refere ao período da Primeira República.

Não obstante a ausência de participação federal, registram-se alguns avanços no que diz respeito ao desenvolvimento qualitativo e quantitativo das escolas de formação de professores, sob a liderança dos estados mais progressistas, especialmente de São Paulo, que se convertera no principal polo econômico do país. A atuação dos reformadores paulistas nos anos iniciais do novo regime permitiu que se consolidasse uma estrutura que permaneceu quase que intacta em suas linhas essenciais nos primeiros 30 anos da República e que seria apresentada como paradigma aos demais estados, muitos dos quais reorganizaram seus sistemas a partir do modelo paulista: Mato Grosso, Espírito Santo, Santa Catarina, Sergipe, Alagoas, Ceará, Goiás e outros. (TANURI, 2000, p.68)



“Paradigma aos demais estados”, o ensino promovido por São Paulo, especialmente pela Escola Normal de São Paulo era utilizado como exemplo aos demais, além de ser disseminado por meio do conhecimento adquirido por seus alunos, a exemplo de Carlos da Silveira que frequentou a escola ainda nos primeiros anos de República.

Ao migrar de Queluz – SP, cidade em que vivia, para a Capital, São Paulo, Carlos da Silveira inicia sua trajetória no campo da educação ao se matricular no curso normal. Aluno da Escola Normal da Praça entre os anos de 1900 e 1903, Silveira diplomou-se em um curso de renome e de referência no ensino paulista e nacional. Porém, antes de se tornar uma referência nacional, a Escola Normal de São Paulo, percorreu longos caminhos e situações até culminar em seus anos de glória.

Fundada em 1846<sup>13</sup> e instalada na velha Sé da Catedral, teve de ser fechada em 1867 pela ausência de verba e pela ausência do comprometimento que merecia receber dos líderes paulistas. Com a Reforma que impunha a obrigatoriedade do ensino primário para meninos de 7 a 14 anos e de 7 a 11 anos para as meninas, a escola foi reaberta anexa à Faculdade de Direito de São Paulo, onde aconteciam as aulas para os rapazes e junto ao seminário da Glória, local em que lecionavam aulas para as moças<sup>14</sup>. Em 1878, três anos mais tarde, o novo presidente da província fechou-a novamente. Em 1880, a escola é reaberta, agora pela terceira vez, graças à dedicação do novo presidente, Laurindo Abelardo de Brito, conhecedor da importância do ensino normal e diplomado pela mesma Escola Normal, que a partir de então encontra suas instalações juntamente ao Tesouro Provincial. Em 1881 foi transferida para um sobrado colonial permanecendo lá até 1894, quando recebe instalações definitivas em um edifício construído especialmente para uma escola normal, situado na Praça da República, sendo este um dos motivos de receber a denominação de “Escola Normal da Praça”.

No período entre a Monarquia e a República, a escola normal construída em São Paulo recebeu várias denominações: Escola Normal; Escola Normal de São Paulo; Escola Normal da Capital; Escola Normal Secundária; Escola Normal Primária; Instituto Pedagógico; Instituto de Educação; Escola Caetano de Campos, entre outros, mas todas se referem à mesma instituição de ensino normal.

Silveira (1919), ao relatar a última instalação da Escola Normal de São Paulo, descreve que:

---

<sup>13</sup>Nos primeiros anos de Escola Normal, o ensino era voltado apenas para alunos do sexo masculino, como pode ser encontrado em MONARCHA. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. 1999.

<sup>14</sup> Neste período o ensino acontecia em espaços diferenciados para os alunos do sexo feminino e masculino, por isso a escola encontra-se reaberta em ambientes diferenciados.

O Decreto n.91 de 13 de outubro de 1890 mandara empregar na construção de um edifício para Escola Normal, em São Paulo, o produto da loteria, destinado a construção de uma igreja catedral (lei 54 de 1888). Tal produto, orçando por duzentos contos, foi uma parcela do custo total da grande casa da Praça da República (SILVEIRA, 1919, p.18).

Além de simbolizar a importância em custo que tal construção teve, é apresentada ainda a grandeza que se depositava na Escola Normal da Praça para a cidade de São Paulo, para a formação de professores e para a educação. “Em 2 de agosto de 1894, concluído o edifício da Escola Normal, mudou-se para ele a escola-modelo, ficando no mesmo prédio, n. 16 na rua do Carmo, uma segunda escola-modelo, sob a direção do Prof. Oscar Thompson.” (SILVEIRA, 1919, p. 18).



Imagem. 5: Sede da Escola Normal da Praça em 1894

Fonte: Poliantéia Comemorativa - 1\* Centenário do Ensino Normal de São Paulo.

Segundo Monarcha (1999), paulatinamente a Escola Normal foi conquistando relevância culturalmente e intelectualmente na província de São Paulo, adquirindo excelência e respeitabilidade por suas produções teóricas e iniciativas práticas, decorrentes da organização e formação de professores para o magistério primário.

Desempenhou, assim, a função simbólica de uma Escola Normal Superior. Nela se formou e, posteriormente, atuou parte dos intelectuais de diferentes épocas, responsáveis pela elaboração de teses sobre a realidade social, educacional e cultural brasileira. Essas vanguardas projetaram-se não apenas no âmbito da educação e da cultura como também na arena política, onde disputaram o controle do ensino paulista. (MONARCHA, 1999, p. 343)

Enorme representatividade histórica, política, cultural e educacional promoveu a Escola Normal de São Paulo, tendo visto os alunos que nela se formaram, como: Carlos da Silveira, José Scaramelli, Lourenço Filho, Antonio Firmino Proença, entre outros intelectuais. Nesse sentido, pode-se pensá-la como um “centro direto de produções teóricas e iniciativas práticas - constituições de saberes articulados a práticas educacionais - vistas a organizar a formação de professores.” (MONARCHA, 1999, p. 343).

A Escola Normal de São Paulo engrandecia e enobrecia o diploma de seus formandos, dando-lhes a honra e o prestígio de ser normalista em uma instituição de formação de professores que ganhava sempre mais destaque. Em data próxima a 1875 é descrita pelo inspetor geral da instrução pública, Francisco Aurélio de Souza Carvalho, como uma escola “capaz de garantir a formação profissional e moral de professores da instrução primária”. (MONARCHA, 1999, p.92). Assim, promovia-se como um espaço do progresso intelectual e gerador do conhecimento.

A escola normal criará bons mestres; e estes, elevando o nível das habilitações de seus discípulos, derramarão pela cidade as primeiras riquezas do espírito, sólida, estimável e luminosa instrução. Será, pois, um centro de luz da ciência, irradiando-se por toda a província e penetrando por todas as camadas populares. A infância bem esclarecida levará seu saber à família, aos companheiros futuros de profissões, de indústrias ou de serviços públicos; e esse precioso pecúlio da inteligência se estenderá pela sociedade inteira. Assim se transformam as gerações, afugentando-se das sombras da ignorância, clareiam-se os espíritos, e dominam as ciências. Todos esses grandiosos benefícios dependem do professor distinto, de sua proficiência, da escola que aprendeu. Com ele, a juventude gravará em sua memória o vocábulo de maior precisão, elegância e pompa, abandonando a vulgaridade grosseira das expressões que, do lar doméstico, transportam as escolas. O reinado conquistado pelo erro será substituído pelo império da verdade. (MATTOS, 1875 apud MONARCHA, 1999, p.93).

Entretanto, a Escola Normal trilhou um longo caminho até se tornar referência de produções teóricas. Assim, essa seção busca ilustrar brevemente a trajetória percorrida pela instituição a partir de sua reabertura permanente, ilustrando alguns aspectos de formação que ela propunha, não se restringindo apenas a sua história em si, mas apresentando as ideias e as concepções que promovia no processo de formação dos futuros professores paulistas. Desta maneira é possível compreender também um pouco das ideias advindas e adeptas de Carlos da Silveira e a importância que a Escola Normal da Praça teve em sua carreira como professor, diretor, catedrático, educador, intelectual, e também em sua formação em Direito.

### **3.1. A formação de professores na Escola Normal de São Paulo**

A Reabertura definitiva da Escola Normal de São Paulo em 2 agosto de 1880 coincide com mudanças na capital paulista, e é nesse período que os alunos se sentiram “conquistados pelas doutrinas de Comte, e a influência do professor Godofredo Furtado podia ser comparada a do famoso apóstolo positivista, Benjamin Constant.” (MONARCHA, 1999, p. 112). A cidade de São Paulo torna-se “conglomerada e cosmopolita”, visto os excedentes econômicos e a ampliação do seu centro urbano. A procura pela Escola Normal, a partir de então, aumenta e por conta deste fato há um número excessivo de matrículas. Os estudantes que buscavam a escola em sua maioria eram indivíduos pobres atraídos pela promoção social. Além do mais, “a carta de normalista possibilita aquisição de cultura e oportunidade de um emprego (ainda que menor) na administração pública - olhos e braços da Monarquia - ou no comércio local ou, ainda, o ingresso na Faculdade de Direito.” (MONARCHA, 1999, p.113). Por esse ângulo, a grande procura pela Escola Normal é determinada pela ascensão intelectual e de trabalho. Com o passar dos anos, gradualmente a instituição toma forma e se aproxima de sua relevância histórica e educacional com características excepcionais.

Proclamada a República em 1889, o desejo por transformações em uma nova sociedade se tornava cada vez mais presente. Intensificam-se as discussões no campo pedagógico sobre a renovação de programas de ensino, o que adquire centralidade em debates políticos, por se acreditar ser essencial uma renovação educacional para proporcionar a tão desejada transformação no país. Reis Filho (1995) descreve dois instrumentos para alcançar a transformação e fundar uma nova sociedade: a Constituição e Leis liberais; e a Escola Pública, universal e gratuita que permita formar cidadãos com escolhas livres e que possam se autodirigir.

De acordo com Saviani (2010), a concepção de uma reforma escolar difundida na época encontra seu início em 1890 na Escola Normal de São Paulo, abrangendo as questões sobre mestre e métodos. Silveira (1916) acrescenta que “nessa ocasião é que Rangel Pestana lembrou a Prudente de Moraes o nome do ilustre médico e eminente educador, Dr. Antonio Caetano de Campos, ‘como sendo homem capaz de realizar os intuitos da reforma de 12 de Março’.” (SILVEIRA, 1916, p.5), e relembra que o papel que coube a Caetano de Campos não era apenas de remodelar o ensino normal, mas todo o ensino paulista.

Condizente com o exemplo de países como a Suíça, a Alemanha e os Estados Unidos e adepto deles, Caetano de Campos compreende a necessidade não apenas de adotar esses métodos advindos de outras nações, mas sim, de adaptá-los à necessidade do Brasil.

A Escola Normal da Primeira República apresentava mudanças que haviam sido planejadas. Seu currículo utilizava-se do método Intuitivo ou *lição de coisas*, que segundo Saviani (2010) foi escolhido para resolver o problema de ensino ineficiente frente às exigências decorrentes da revolução Industrial, promovendo novos materiais didáticos adequados ao novo método de ensino.

O Barão de Macahubas (Abílio César Borges), no opúsculo *A lei nova do ensino infantil*, editado em 1884, afirma: “é nas lições sobre os *objetos* que se oferecem a cada passo a um mestre inteligente e capaz ocasiões de fazer com que os meninos se instruem a si mesmos, e adquiram o feliz hábito de refletir e expor suas ideias com frases apropriadas e corretas”. E na sequência enfatiza: “Não há cousa mais comum hoje que ouvir falar em *lição de coisas*; mas entrai na primeira escola que encontrardes, e indagai, se dá, e de que modo se dá tal ensino; e experimentais a mais desagradável decepção.” Conclui, então que, “a parte raríssimas exceções, tal ensino ainda não entrou nas escolas”, arrematando “o que é em verdade triste – tristíssimo. (SAVIANI, 2010, p. 139)

O método intuitivo parte da percepção sensível à observação e percepção dos alunos. Caetano de Campos tomou o método como base na organização das escolas-modelos e dos grupos escolares.

A prática das educandas é contemplada com a construção da Escola Modelo Complementar, destinada à formação de alunos de 7 a 11 anos, mas que passa por transformações em 1895 com uma ampliação que destina à Escola Modelo Complementar alunos com idade entre 11 e 14 anos. Assim, além de possibilitar a prática de ensino, encontra-se nela ainda a finalidade propedêutica substituída por uma natureza profissionalizante, pois formava professores primários – denominados “complementaristas”.

A princípio a Escola Modelo é pensada “como um órgão de demonstração metodológica composta por duas classes, uma feminina e outra masculina. Para reger a primeira foi contratada Dona Guilhermina Loureiro de Andrade e, para a segunda, Miss Márcia Browne.” (SAVIANI, 2010, p.171). Dona Guilhermina estudou nos Estados Unidos e era considerada uma das grandes conhecedoras da nova pedagogia. Miss Browne, ex-diretora de *High Schoolem* Malden, perto de Boston, considerada especialista de Pestalozzi foi contratada inicialmente pela Escola Americana de São Paulo.

Ao apresentar a carta que Caetano de Campos escreveu em 20 de março de 1890 à Rangel Pestana, Reis Filho (1995) conduz a exibição de como foram escolhidas as duas docentes:

Depois de uma luta que talvez lhe possa contar um dia, descobri por intermédio de Doutor Lane, da Escola Americana - a quem ficarei eternamente grato, pelo muito que se tem interessado pelo êxito da nossa reforma - uma mulher que mora aí no Rio [...] A mulher do Rio (D. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade) vem, pois, reger

a aula de meninas da escola-modelo. Chegará aqui antes do fim do mês. Faltava-me porém, um homem para os meninos, e isto é que é absolutamente impossível. Nova luta e peripécias inacreditáveis para mim. Achei, por fim, não um homem mas uma mulher-homem. Eis sua fé de ofício: Miss Browne, 45 anos, solteira, sem parentes nem aderentes, sem medo de homens, falando ainda mal o português, ex-diretora de uma Escola Normal de senhora em Saint Louis (Massachusetts) (...) e, finalmente trabalhando como dois homens, diz ela, quando o ensino necessita. (p.57)

A partir desta citação, nota-se que a contratação das professoras para a Escola Modelo está agregada aos pensamentos e ideais da reforma. Acreditava-se que apenas a Reforma da Instrução Pública colaboraria na criação da escola nacional que incutiria o sentimento de pátria moderna, mas isso não seria possível pelas mãos dos *velhos mestres*. “Ora, não serão os velhos mestres, formados na escola de abusos, de patronato, de cortesanismo oficial, que hão de desempenhar a nova missão... É fora de dúvida que a República precisa formar novos mestres.” (REIS FILHO, 1995, p.43).

Os alunos-mestres do 3º ano do ensino normal, ou seja, os futuros professores observavam as aulas da Escola Modelo, incorporando os mecanismos da aula, atentos ao desempenho do professor modelo. “Não se trata apenas de saber o conteúdo a ser transmitido. Há que fixar o ‘modo’ de transmitir, e de selecionar os recursos de toda ordem de que pode e deve lançar mão para ilustrar a lição.” (REIS FILHO, 1995, p.82). A Escola Modelo proporcionava aos futuros professores o acompanhamento de uma nova metodologia, uma prática de ensino diferenciada, que não se limitava apenas a conteúdos. Ao mesmo tempo em que os professores primários formavam novos cidadãos, formavam-se também novos mestres que colaborariam com uma nova instrução. Reis Filho (1995) descreve algumas ideias de Miss Brown sobre essas transformações no ensino, afirmando que seria possível distinguir os professores “hábeis” dos “inábeis” observando se colocavam em prática os ensinamentos que obtiveram cumprindo fielmente com o seu papel. “Dominando as técnicas do método intuitivo estava formado o novo professor que os ideólogos do regime republicano desejavam para encetar a reforma de toda instrução Pública Paulista.” (REIS FILHO, 1995, p.83).

O edifício imponente construído na Praça da República caracterizava a representação que o progresso e a educação proporcionariam aos cidadãos.

Fernando de Azevedo a considerou uma das fases mais brilhantes na história do ensino normal, pela considerável irradiação de sua influência nas outras unidades da federação brasileira. E, destacando esse período, como o que fundamentou as bases da organização do ensino normal e primário paulista: “Certo, em matéria de ensino normal e primário, foram os republicanos de há trinta anos que lançaram, num surto de idealismo produtivo, as bases de sua organização”. (REIS FILHO, 1995, p.11)

Referência e palco de difusão de teorias científicas e pedagógicas, considerado um dos centros de renovação escolar com mais prestígio do país, a Escola Normal de São Paulo foi ainda muitas vezes espaço de manifestações educacionais.

Foi também implantado na Escola Normal da Capital o primeiro Jardim de Infância e Educação, assim, proporcionou-se dentro do espaço físico da própria escola a oportunidade de estágio aos alunos normalistas. Reis Filhos (1995) destaca a importância do jardim infantil como forma de garantir alunos “mais aproveitados” nas escolas.

Com a inauguração em 1897 do edifício do Jardim da Infância ou *Kindergarden*:

Metáfora que assemelha o crescimento da criança ao das plantas (...) único em seu gênero no Brasil, constitui-se em uma das muitas projeções do ambiente finissecular paulista, promovendo a construção de uma imagem de criança. Fundamentado no pensamento de Fröbel, tem por finalidade a educação dos sentidos de criança com idade entre 4 e 7 anos. (MONARCHA, 1999, p.200).

Desta maneira se dava o funcionamento do Jardim da Infância na Escola Normal de São Paulo e se apresentava a construção de um sistema de escolas “de caráter demonstrativo, destinada a envolver os novos, desde a primeira infância até o início da idade adulta” (MONARCHA, 1999, p.200), além de demonstrar a utilização de métodos que eram compostos por fundamentações psicológicas para acompanhar e compreender o desenvolvimento da criança e algumas técnicas educativas, muitos deles ainda ligados a fisiologia.

Assim o quadro da Escola Normal era composto por uma sobrecarga de alunos que funcionava em três turnos, apontando como justificativa as transformações que ocorreram em 1911 e 1912 por meio do Decreto nº 2025, de 1911 e, pela Lei nº1341 de 1912.

O primeiro documento legal transformou as escolas complementares em normais primárias, dando-lhes uma organização mais consentânea com o fim que se propunha e o segundo reformou as escolas normais secundárias – denominação essa utilizada para diferenciá-las das normais primárias – alternando-lhes a composição curricular e desenvolvimento de seus estudos pedagógicos. (TANURI, 1973, p.157).

Outras duas escolas normais com mesmo padrão da Escola Normal de São Paulo foram abertas no interior do estado no ano de 1911: Escola Normal Secundária de Itapetininga e a Escola Normal Secundária de São Carlos. Visto o grande número de candidatos que procuravam o ensino normal, houve a necessidade de realizar a ampliação deste estabelecimento de ensino.

Apesar da expansão do ensino normal, A Escola Normal de São Paulo (Escola Normal Secundária de São Paulo) permanecia ainda em uma fase que Monarcha (1999) cita em ser a

*belle époque*, contudo, a instituição da capital apresentada e era citada com prestígio institucional e intelectual único.

Por isso pode-se dizer que a proposta de ensino normal em São Paulo tinha características de uma educação revolucionária que formasse as novas concepções desejadas pelo país. Utilizava como exemplo países mais adiantados em uma reforma com ideias, como por exemplo, de Pestalozzi. “É, pois, por meio de educação renovada que a civilização brasileira será promovida” (REIS FILHO, 1995, p. 75). E completa ainda sua ideia dizendo: “Não pode haver ensino produtivo sem adoção de métodos que estão transformando, em toda parte, o destino das sociedades.” (REIS FILHO, 1995, p. 75) Apenas o professor formado na arte de ensinar possuiria manejo nestes métodos e procedimentos.

Em meio a todas essas ideias e interesses políticos e educacionais em formar cidadãos livres, pensantes e políticos, a Escola Normal concebe seus alunos-mestres e, não tão distante deste período, encontra-se Carlos da Silveira como aluno desta escola normal. A Escola Normal Caetano de Campos se fez primordial para Silveira, não apenas auxiliando a formar suas ideias, mas tendo ainda grande importância em sua trajetória, visto que muitos acontecimentos e passagens no campo da educação ocorreram, sim, por sua competência, esforço e dedicação profissional, mas principalmente, por ser aluno da Escola Normal da Praça.





Imagem 6: Carlos da Silveira com sua família: mãe, esposa e filhas.

Fonte: Arquivo pessoal da família Silveira

*Qualquer individuo que sobreesae, é uma resultante de heranças favoráveis accumuladas pelo trabalho de sucessivas gerações e desenvolvidas num meio propício, com o indispensável concurso das circumtascncias. (SILVEIRA, n.9, 1920, p.7).*

#### 4. CARLOS DA SILVEIRA: A TRAJETÓRIA DE UM INTELLECTUAL

Após ter compreendido o contexto educacional em que viveu e se diplomou Carlos da Silveira e tendo conhecido ainda a escola que o instruiu, neste capítulo serão apresentados os caminhos que trilhou principalmente como professor de ensino primário e normal, entendendo, assim, como pôde agir e refletir no campo da educação.

Professor de escola normal, porém não restrito ao magistério, Carlos da Silveira merece grande destaque principalmente por abordar assuntos de cunho educacional de ampla relevância no contexto da Primeira República, como também por despertar, importar e apoiar ações que buscavam garantir melhorias no campo da educação e da formação humana. Educador que merece destaque por escrever suas obras com convicção e afirmação de seu trabalho frente ao modelo de ensino implantado e que apresenta desejos de mudança rendia-se a concordar e a propor novas ideias que se adequassem à formação do novo cidadão brasileiro. Estudioso e atento ao que proclamava, mostrava sua intenção de auxiliar ideias ainda pioneiras e de compartilhá-las, fatos que o fazem merecedor de ser apresentado como um intelectual.

Para Sirinelli (2003), a compreensão da trajetória de itinerários políticos, assim como a do professor Silveira, deveria “permitir desenhar mapas mais precisos dos grandes eixos de engajamento dos intelectuais” (p.245), não se limitando apenas a um estudo de gênero biográfico e nem tão pouco se restringindo a contar meramente trajetórias individuais, visto que a realização deste tipo de pesquisa possibilita igualmente entender a evolução de “um grupo de intelectuais oriundos de uma matriz comum” (SIRINELLI, 2003, p.246). Usando então como matriz a Escola Normal de São Paulo, pode-se dizer que muitos dos alunos-mestres trilharam caminho um tanto quanto semelhante ao de Carlos da Silveira, a exemplo de José Escaramelli, que também foi um *bandeirante paulista*, ou ainda Antonio F. Proença, que lecionou na Escola Normal de São Carlos e participou do periódico Revista da Escola Normal, juntamente com Silveira, entre outros inúmeros exemplos. Por isso, pode-se dizer que ao analisarmos o itinerário de Carlos da Silveira, em parte é permitido compreender também as trajetórias de demais alunos-mestres diplomados na Escola Normal de São Paulo, mas existem ressalvas. Embora eles se igualem pelo destaque de sua formação e por muitas semelhanças ao longo de suas carreiras, Silveira se diferencia dos demais alunos-mestres por trilhar em determinados momentos um caminho próprio.

Assim compreender sua trajetória, principalmente no âmbito da educação, facilita entender suas ideias e posições.



Imagem 7: Carlos da Silveira na década de 1930

Fonte: Arquivo pessoal da família Silveira

Nascido na cidade de Silveiras - SP em 21 de junho de 1883, Filho de Francisco Carlos da Silveira e Inez de Castro Alvares de Sene, mudou-se para Queluz – SP, onde aprendeu primeiras letras com sua mãe, matriculando-se posteriormente no Colégio Progresso Paulista. Ainda adolescente, em 1898, mudou-se novamente, passando a residir na Capital, São Paulo, dando continuidade aos estudos com o Professor Basilio de Magalhães e frequentando o curso do professor José Eduardo Macedo Soares.

Ingressou no ano de 1900 na Antiga Escola Normal da Praça e diplomou-se em 1903, tendo cursado também o curso preparatório Anexo. Por ter frequentado a escola após a Reforma Caetano de Campos de 1890, o curso de que participou teve duração de três anos e ele assistiu as seguintes disciplinas para que obtivesse sua formação no ensino normal.

## CURRÍCULO DA ESCOLA NORMAL

Quadro 1 - Currículo e disciplinas da Escola Normal de São Paulo a partir de 1890.

PRIMEIRO ANO	SEGUNDO ANO	TERCEIRO ANO
Português	Português	História do Brasil
Aritmética	Álgebra e Escrituração Mercantil (para o sexo masculino)	Biologia
Geografia e Cosmografia	Geometria	Educação Cívica e Economia Política
Exercícios Militares (para o sexo masculino)	Física e Química	Organização das Escolas e sua Direção
Prendas e Exercícios Escolares (para o sexo feminino)	Ginástica	Exercícios Práticos
Caligrafia e Desenho	Música	-
-	Desenho	-
-	Economia Doméstica e Prendas (para o sexo feminino)	-

Fonte: Almeida, J. S. “Currículos da Escola Normal Paulista (1846-1920): Revendo uma Trajetória” R. bras. Est. Pedag., Brasília, v.7 n.187, p.675, set/dez. 1995.

Segundo Almeida (1995), nesse currículo a ênfase estava pautada em um caráter mais “prático-utilitário” anexado a lastros de uma formação mais humanista, o que aconteceu provavelmente, pelos ideais burgueses e pelo capitalismo incipiente que estavam incorporando os padrões socioculturais do novo regime, a República. Outro fato que Almeida (1995) observa é a divisão do curso em três anos, que na prática correspondia à instrução primária, na tentativa de coligar as reformas do ensino normal e primário. As disciplinas acrescentadas ao currículo após a reforma no primeiro ano são: “Exercícios Militares”, para o sexo masculino e “Prendas e Exercícios Escolares”, para o sexo feminino, mas que não eram exercícios práticos de ensino, visto que este tipo de atividade só acontecia no terceiro ano e era obrigatório para ambos os sexos. No segundo ano foram acrescentadas: “Economia Doméstica e Prendas” (para o sexo feminino) e “Álgebra e Escrituração Mercantil” (para o sexo masculino), destacando assim uma formação diferenciada conforme o sexo. No terceiro ano foi incluída a disciplina de “Educação Cívica e Economia Política” e ocorreu uma mudança: “História Sagrada e Universal” cedeu lugar para “História do Brasil”. Como disciplina de caráter pedagógico, “Organização das Escolas e sua Direção” era cursada no último ano, com o desaparecimento, portanto, das disciplinas que eram denominadas como

metódica e pedagógica. Além disso, a partir da reforma de 1890 as escolas primárias passam a ser anexas à escola normal para regência dos alunos-mestres, transformando-as assim em Escola Modelo.

Os ideais liberais que se imbricavam com as importações intelectuais características do período republicano transpareciam claramente no pensamento de Caetano de Campos, ao instituir a Escola-Modelo como reduto da formação prática do professor, e na grande importância da qual esta se revestia. O método intuitivo, no qual a vida mental começa pela atividade sensorial e, portanto, o processo da educação é a observação direta, fonte de todo conhecimento, do qual fala Pestalozzi, ilustrava os postulados de Caetano de Campos. (ALMEIDA, 1995, p.676).

Com essa grade curricular e com participações em regências na Escola Modelo é que Carlos da Silveira se formou professor. Ao concluir seus estudos no magistério, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo (1905), graduando-se bacharel em Ciências Jurídicas Sociais (1909). Sua formação no curso de direito contribuiu para promover suas ideias educacionais. Os bacharéis tinham contato com o ideal liberal que buscava a reflexão sobre a autonomia e sociedade.

Procurei demonstrar que o contato dos bacharéis com o ideário liberal, resultando da introdução do jusnaturalismo nos primórdios do ensino jurídico em São Paulo, condicionou-lhes a ver as relações sociais como relações contratuais entre partes juridicamente iguais, porém individualizadas, dotadas de autonomia da vontade e integradas por vínculos de coordenação. Em outras palavras, um intelectual disciplinado para privatizar conflitos sociais e que, nessa condição, aprendeu a colocar o indivíduo em sua liberdade como motor coordenador da luta política, relegando um plano secundário a autonomia da ação coletiva, questão central na ideia da democracia. Enfim, um intelectual preparado para, enquanto futuro profissional da atividade política, perpetuar a cisão entre liberalismo e democracia (ADORNO apud MONARCHA, 1999, p. 23).

Carlos da Silveira pode não ter se aprofundando na profissão, mas sendo formado em direito tinha conhecimentos e percepções de sociedade. Essas ideias colaboraram também para sua formação pessoal e profissional na educação.

Iniciou a sua carreira no magistério como professor de ensino primário na Escola Isolada da Freguesia do Ó em 1904. As escolas isoladas, as escolas reunidas e os grupos escolares no início do século XX eram uma forma de organização dominante do ensino primário, porém eram poucos os professores que se dispunham a lecionar nesses espaços.

Com uma única sala de aula e um único professor para ensinar as crianças de idades diferentes, as escolas isoladas estão instaladas na capital, em arrabaldes, bairros operários e junto às fábricas; e no interior do estado, em núcleos de colonização, estabelecimentos agrícolas e municípios retirados. Segundo as autoridades administrativas, essas escolas vivem à margem do aparelho escolar, sendo caracterizadas como locais insalubres, desprovidos de ar, luz e higiene. Criadas anualmente pelo poder Executivo, muitas permanecem vagas, por falta de professores dispostos a lecionar em locais

longínquos e ermos, a troco de um baixo ordenado. (MONARCHA, 1999, p.229)

O Professor Silveira não apenas atuou em escola isolada, como também participou como diretor das Escolas Reunidas da Avenida Paulista no ano de 1907 e como diretor do Grupo Escolar da Avenida Paulista em 1909.

No ano de 1911 fez parte do grupo de professores primários que viajaram a outras regiões para transmitir suas experiências do ensino público paulista, ou seja, atuou nas missões de professores paulistas colaborando no estado de Sergipe. O Decreto de nº. 536, de 12 de agosto de 1911, possibilita repensar a nova organização do ensino, como apresentado no regulamento da Reforma:

O Regulamento do ensino primário de 1911 inaugura a modalidade de ensino primário em grupos escolares; detalha os procedimentos de organização e funcionamento das instituições de ensino; discorre sobre exames e disciplina escolares; prescreve sobre as atividades dos docentes do ensino primário; dá tratamento à profissionalização docente ao ater-se a concursos, provimento dos cargos, direitos e deveres bem como vantagens e penas aos profissionais da instrução; e, ocupa-se ao final com a fiscalização do ensino dispondo sobre o trabalho dos delegados do ensino e dos inspetores escolares, da Diretoria da Instrução Pública, além das atividades de estatística escolar, do fundo escolar e do ensino particular. O documento está organizado ao longo de trinta páginas onde se ordenam dezenove capítulos os quais compreendem cento e trinta e oito artigos, além de três anexos referentes a boletim mensal de frequência e certificados de habilitação e tabelas de vencimento e de despesas das instituições escolares. (AZEVEDO, 2010. p.136)

Tendo em vista a necessidade e o desejo de melhorias na educação e a aspiração em busca de qualidade no ensino primário que tal estado almejava promover, a fim de proporcionar um ensino mais prático e proveitoso, a exemplo de outros estados, Sergipe contrata alguns professores formados em escolas normais de São Paulo.

A decantada excelência da escola paulista, vista como hodierna e republicana, era atribuída à organização do serviço de instrução, aos programas e métodos de base psicogenética e fixados em lei, ao recurso a pedagogia intuitiva à Pestalozzi — observação concreta, experiência sensorial, educação dos sentidos —, às “lições das coisas”, ao jardim de infância à Fröebel, ao método analítico para ensino de leitura, oficializado por Oscar Thompson, na publicação Instruções práticas para o ensino da leitura pelo método analítico – modelos de lições, à formação de professores em institutos profissionais, à literatura didática produzida por professores experientes e renomados (MONARCHA, 1999, p. 249)

O modelo de Escola Primária implantado em São Paulo, materializado nos grupos escolares, que ocorreu no final do século XIX, foi utilizado como referência na colaboração de reformas educacionais promovida em outros estados. “Era de vantagem contractar fora do Estado pessoa competente que viesse remodelar o nosso ensino, atrasado em methodos, o que

inutiliza em grande parte os esforços dos dedicados” (SERGIPE, 1910 apud AZEVEDO, 2010, p.135). Dois eram os principais desejos do Presidente de Sergipe, José Rodrigues da Costa Dória, para solucionar as questões da educação, do analfabetismo: disseminar o ensino e formar professores, por isso buscava uma escola inovadora nos moldes dos Grupos Escolares:

A escola, apta a abrigar novos materiais didáticos, a proporcionar a coordenação e o controle dos profissionais do ensino e a atender aos novos objetivos estabelecidos pelos republicanos, foi consubstanciada nos Grupos Escolares, que consistiam em instituições públicas de ensino primário graduado que deveriam fazer uso de uma nova metodologia de ensino, incorporando exigências da pedagogia moderna tais como: a existência de bibliotecas, oficinas, pátio para o recreio, bem como o uso de novos materiais e mobiliário escolar. (AZEVEDO, p.137, 2010)

Sob a administração do então Presidente Rodrigues Dória a discussão da Reforma do ensino de 1911 foi realizada a contratação do professor Carlos da Silveira para aplicação desse novo modelo.

Valença (2006), em sua tese, descreve sobre a implantação de novos métodos escolares e a passagem do professor Carlos da Silveira no nordeste do país. “Sergipe também não esteve alheio a esses empreendimentos. Os movimentos de renovação escolar foram adotados na gestão do presidente José Rodrigues da Costa Dórea (1909-1911) como procedimentos prioritários para o setor educacional.” (p. 136). Valença (2006) continua escrevendo que o presidente teria se impressionado com as visitas que realizou em escolas americanas e que por isso,

Ao ter em vistas a necessidades de mudanças estruturais, Rodrigues Dórea convidou um professor paulista, Carlos da Silveira, que também esteve presente nas visitas ao sistema educacional dos Estados Unidos para implementar essas mudanças e capacitar o sistema educacional de regulamento e programas que estivessem de acordo com as novas diretrizes da educação paulista, conforme suas palavras, “para favorecer o ensino” sergipano. (VALENÇA, 2006, p. 136).

E por esses motivos se deu a contratação e permanência do professor Carlos da Silveira no nordeste do Brasil, realizando prestações de serviços educacionais em um período de um ano. Pois, pelo levantamento feito na documentação da Escola Normal Secundária de São Carlos, em 1912 o professor retorna ao Estado de São Paulo e ocupa o cargo de Secretário da Escola Normal de São Carlos - SP, um ano após a escola ter sido criada na cidade.

As informações encontradas nos arquivos e livros e transmitidas pelos relatos sobre os primeiros professores e diretores da Escola Normal destacam a grande cultura

geral que possuíam, sobretudo o domínio de uma língua estrangeira. (NOSELLA; BUFFA, 1996, p.50).

Em 1912 foi realizado um decreto que prescrevia que

Os professores da Escola Normal Secundária deveriam, segundo o Decreto, ser formados pelo Curso Superior da Escola Normal da Capital, com duração de dois anos. Na verdade, entre os primeiros professores nomeados pela Escola Normal Secundária de São Carlos, alguns eram formados pela Escola Normal da Capital, mas havia também bacharéis em Direito, engenheiros, médicos, o que era muito comum na época. (NOSELLA; BUFFA, 1996, p.52)

O Professor Dr. Carlos da Silveira com seu currículo relevante e sua distinção e formação intelectual exerce o ofício de Secretário da Escola Normal. Como pode ser visto no documento, em que deixa de ser diretor do Grupo Escolar da Avenida Paulista para tornar-se secretário na Escola Normal de São Carlos em fevereiro de 1912.



4.000x 47. mil.  
(7200)



# Estados Unidos do Brazil

Estado de São Paulo

O Presidente do Estado  
nomeia o Dr. Carlos <sup>da</sup> Silveira, Director  
do grupo escolar da Avenida Paulis-  
ta, para o cargo de Secretario da  
Escola Normal de São Carlos.

Palacio do Governo de S. Paulo, aos reis  
de Janeiro de mil e novecentos e doze.

*M. Augusto*

*Antonio*

Imagem 8: Documento oficial da nomeação de Carlos da Silveira como secretário da Escola Normal de São Carlos

Fonte: Arquivo pessoal da família Silveira

A imagem a seguir comprova a participação de Carlos da Silveira no corpo administrativo da Escola, na função de secretário.

CARGOS	PESSOAL ADMINISTRATIVO
Auxiliar do Director . . .	Amibal Fran. Caldas
Secretario . . . . .	Dr. Carlos da Silveira
Official . . . . .	W. Caleiro
Bibliothecario . . . . .	José de Souza

Imagem. 9: Documento administrativo que apresenta Carlos da Silveira como Secretário da Escola Normal de São Carlos.

Fonte: Arquivo bibliográfico e documental da Escola Normal de São Carlos

Nesta função permaneceu até 06 de fevereiro de 1913. No dia 10 do mesmo mês e ano, assina pela primeira vez o livro administrativo como docente da Escola Normal Secundária de São Carlos, frente à 11ª Cadeira de Pedagogia, Psicologia e Educação Cívica, como é possível observar no documento de nomeação reproduzido a seguir. Sua antiga função é então assumida por Waldomiro Caleiro”.



*Compromissos cetera -  
10 Fev. 1913.*



*Estados Unidos do Brazil*

*Estado de São Paulo*

*O Presidente do Estado  
nomeia o secretario da Escola Normal  
de São Carlos, bacharel Carlos da Silveira,  
para exercer o cargo de Lente de  
Psychologia experimental, pedagogia  
e educação civica do mesmo estabe-  
lecimento*

*Palacio do Governo de S. Paulo, aos cinco  
de Fevereiro de mil e novecentos e treze.*

*Francisco Antonio Pinheiro  
Secretario*

Imagem 10: Documento oficial da nomeação do Secretário Carlos da Silveira para Lente de Pedagogia, Psicologia e Educação Cívica.

Fonte: Arquivo pessoal da família Silveira

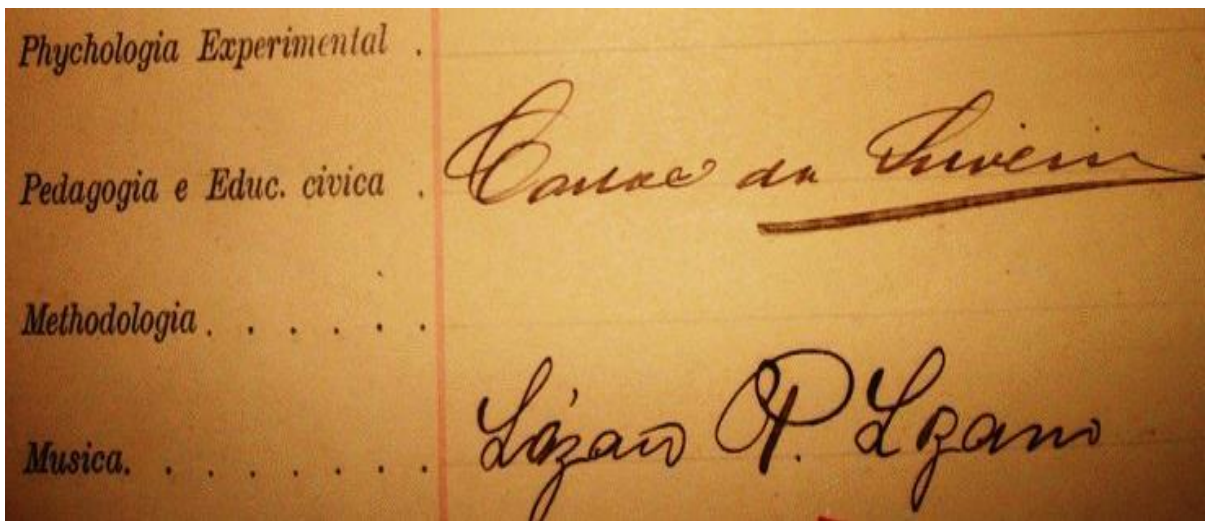


Imagem 11: Livro administrativo com nome do professor e disciplina correspondente a que leciona.  
Fonte: Arquivo bibliográfico e documental da Escola Normal de São Carlos

As imagens 10 e 11 trazem informações presentes em um livro administrativo da Escola Normal Secundária de São Carlos, do ano de 1921, e caracterizando informações da contratação de Silveira, inicialmente como secretário, e as mudanças que ocorrem em sua função.

Em trinta e um de janeiro de 1921, o professor Silveira passa então a ocupar a mesma cadeira, mas em diferente instituição de ensino, sendo agora colaborador da Escola Normal do Braz, situada na cidade de São Paulo, como pode ser vista na imagem.





Ed 22  
E M Buz

Estados Unidos do Brazil  
Estado de São Paulo

O Presidente do Estado  
de São Paulo nomeia, em comissão,  
o Sr. Carlos <sup>da</sup> Silveira, leute de Psychologia  
e Pedagogia da Escola Normal de São Paulo,  
para igual cadeira na Escola Normal  
do Braz.

Palacio do Governo de S. Paulo, aos treze e onze  
de Janeiro de mil e novecentos e 21

Washington Luis de Souza

Cláudio Silveira

Imagem 12: Documento oficial de transferência para a Escola Normal do Braz.  
Fonte: Arquivo pessoal da família Silveira

Em 4 de Fevereiro de 1921 é publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o novo cargo do Professor Silveira. “O dr. Carlos Silveira, lente de Psychologia o Pedagogia da Escola Normal de S. Carlos, para reger, em comissão, igual cadeira da Escola Normal do Braz”. Tornou-se diretor em comissão e professor da Escola Normal do Braz.

Deixando a Escola Normal do Braz, Silveira retornou à Escola Normal da Praça, instituição em que se diplomou, para atuar como professor de Didática e professor interino de Psicologia e Pedagogia em 1925. Realizou ainda trabalhos na Escola Normal de Campinas como professor de Psicologia e Pedagogia (1925). Em 1928 participou como Inspetor da Escola Normal Livre do Colégio Santa Inês.

Entre os anos de 1929-1930 assumiu importante papel tornando-se redator-chefe da revista “Educação” e lente de Psicologia e Pedagogia do Curso Normal do Instituto Pedagógico. Silveira já havia colaborado com sua experiência, ideias e pensamentos na importante e prestigiosa revista “Educação”, com efetiva participação nesse periódico em outubro de 1928, como caracterizado por Pinazza (1997).

Em OUT/28 a Comissão de Redação altera-se com a saída do Prof. Pinto e Silva e entrada do Dr. Carlos da Silveira. Interessante notar que agora é apresentada no verso da capa a distinção entre membros da Diretoria Geral da Instrução Pública (Amadeu Mendes, João Toledo e Carlos da Silveira) e os representantes da Sociedade de Educação (Roldão de Barros e Lourenço Filho) (PINAZZA, 1997, p.279).

Carlos da Silveira ao lado de consagrados autores da educação brasileira, como João Toledo e Lourenço Filho, adiciona ainda mais destaque à revista por sua importância e relevância como intelectual que trabalhou pela educação brasileira.

No Instituto de Educação, em 1933, assume o papel de catedrático de História da Civilização, ocupando novamente cargo de honra e prestígio.

Durante sua carreira no magistério participou ativamente como parte da banca examinadora para concursos de Geografia, na Escola Normal de São Carlos, onde foi secretário da Sociedade de Estudos e Conferências e também membro da comissão de redação da “Revista Escola Normal”; foi membro da comissão examinadora para candidatos às cadeiras primárias na capital (1920-1923) e para cargos de professores e inspetores de Escolas Normais Livres (1931); obteve importante participação na “III Conferência Nacional de São Paulo” (1929) como representante de São Paulo e como secretário, encarregando-se ainda, juntamente com Alduino Estrada e Euzébio de Paula Marcondes, das publicações dos Anais; foi representante paulista, no Rio de Janeiro, na Reunião da Federação das Sociedades de Educação em 1930 e no Ceará, na VI Conferência Nacional de Educação em 1934; em 1939

foi nomeado pelo Arcebispo Dom José Gaspar de Afonso e Silva, juntamente com Afonso de Escragnolle Taunay e Alvaros de Sales Oliveira, para o cargo de consultor técnico do Museu da Cúria Metropolitana. Aposentou-se “em 1936, no magistério oficial paulista, após haver trabalhado em São Paulo, em São Carlos, em São Paulo, em Campinas e, finalmente, em São Paulo (pela terceira vez).” (SILVEIRA, 1942, p. 4).

Carlos da Silveira além de educador foi também historiador, cronista, genealogista<sup>15</sup>, pedagogo, ensaísta, biógrafo, além de participar e colaborar com seus trabalhos em vários periódicos.

Como escritor, realizou inúmeros trabalhos e estudos dentre as áreas que atuou. Iniciou seus trabalhos com o pseudônimo de “Arachat” em “O Início”, órgão do Liceu de Artes e Ofício, e “Nevoas” do Centro Normalista. Posteriormente contribuiu em “O Estudo”, Revista da Escola Normal de São Carlos. No Rio de Janeiro, publicou em “O País”. Colaborou também em jornais como “O Estado de São Paulo”, “Jornal do Comércio”, “Diário de São Paulo”, “Diário da Noite”, “Correio Paulistano”; e nas revistas: “Revista do Brasil”, Revista do Ensino”, “Educação” e outras mais. Desenvolveu trabalhos para o “Estado”, traduzindo diversos trabalhos educacionais, e no o “Correio Paulistano” divulgou seus estudos sobre genealogia.

Quando comecei a publicar estudos de genealogia na Revista do Arquivo Municipal e na Revista do Instituto Histórico e Geográfico, ambas de São Paulo, algumas pessoas, entre as quais o Dr. Francisco Pires Martins, viviam a me falar sobre a convivência de vulgarização da matéria, pela imprensa desta Capital, ou do Rio de Janeiro. De sorte que, em 1938, ao receber de Honorio de Sylos, que então ocupava o cargo de Secretário da Redação do Correio Paulistano, o convite para compor alguns artigos de genealogia destinados a esse jornal, tive ideia de realizar a série hebdomadaria do SUBSIDIOS GENEALOGICOS, *já bastante conhecida hoje.* (SILVEIRA 1942, p. 3)

Carlos da Silveira foi, portanto, um grande intelectual de sua época e muito atuante na área da Educação. Com suas inúmeras participações em periódicos de Educação e em Escolas Normais, estudar e compreender as passagens e ideias deste professor é compreender também a história da educação brasileira.

---

<sup>15</sup>Como genealogista, desenvolveu atividades como membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, como segundo e primeiro secretário; como correspondente, cooperou com o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pará, e também com o Instituto Genealógico de Pernambuco, do Colégio Brasileiro de Genealogia, da Capital Federal e com o Instituto Argentino de Ciências Genealógicas; Promoveu outras importantes participações na *American Society of Heraldry, Canadá*, Califórnia, na *Sociedad Heráldicay Genealógica Boliviana*, e na *Société de Sauvegarde Historique* de Lyon na França.



Imagem 13: Vista aérea da Antiga Escola Normal de São Carlos.  
Fonte: Pagina online “São Carlos Antigo”

*A escola que não eduque, isto é, que não crie outros hábitos, melhores, falha ao seu papel; mais ainda, trahe a sua missão. (SILVEIRA, n.13, 1923, p.6)*



## 5. A ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS

A Escola Normal Secundária de São Carlos, logo depois de criada foi agraciada pela presença de egressos da Escola Normal da Capital - agora como professores - que se tornam figuras de expressão no campo educacional paulista, como João Toledo, Carlos da Silveira, João Lourenço Rodrigues, Juvenal Pentiado e João Chrysotomo Bueno dos Reis Filho.

*Ana Clara Bortoleto Nery*

A constituição de um novo país gerava mudanças sociais, econômicas, culturais, políticas e ideológicas. Como um dos primeiros estados a assumir a bandeira defendida pelos republicanos, São Paulo configurava-se como modelo por sua nova organização de ensino. Além do mais, destacava-se pelo desenvolvimento proporcionado principalmente pela cultura cafeeira. A cidade de São Carlos, situada no interior de São Paulo irradiava também suas ideias, cidade esta que é “conhecida como um dos grandes pólos intelectuais do Estado.” (VAROTTO, 2010, p. 50).

Próximo ao Ribeirão Monjolinho, ainda pertencente ao município de Araraquara, foi onde se consolidou e desenvolveu a cidade de São Carlos, que se tornou uma das mais ricas e prósperas cidades do interior paulista. Graças ao cultivo do café, seu desenvolvimento aconteceu em torno dos interesses dos cafeicultores. Um dos principais produtos de exportação do país, o café era o responsável por boa parte da economia de São Paulo e do Brasil. Desta forma, o cultivo na cidade possibilitou avanços e melhorias ocorrerem, a exemplo da construção da linha férrea, entre outros.

Com a Proclamação da República em 1889, uma nova ordem social, econômica, cultural e política ganha espaço no país, à ênfase na penetração popular em sua organização – pela via eleitoral, uma questão que propiciou grande apoio popular - que, junto com a elite cafeeira -que exercia grande papel na economia nacional a favor da derrubada da Monarquia para poder gozar de influência política e consolidação capitalista – possibilitou ao novo regime encontrar os alicerces necessários para sua implantação, o que também rendeu maior incentivo à produção cafeeira e, conseqüentemente desencadeou e consolidou o progresso são-carlense. (VAROTTO, 2010, p. 53).

O desenvolvimento econômico proporcionado pelo cultivo e possibilidade de importação do café, promovido pela elite da cidade, caracterizava o prestígio e a modernização de São Carlos. A crescente produção do café e os investimentos que ela proporcionou auxiliaram a promoção de grandes realizações como: a energia elétrica, os bondes, a linha telefônica, o comércio.

No principal estado produtor, São Paulo, a cidade de São Carlos se mantinha como um dos grandes responsáveis pelo cultivo de café, porém “seu decréscimo começa a ocorrer entre 1909-1937, o que talvez possa ser explicado pelo envelhecimento dos fazendeiros ou pela diminuição da exportação, devido ao período de Guerras Mundiais pela qual a História passara.” (VAROTTO, 2010, p. 54).

Contudo, a economia cafeeira trouxe muitos avanços e benefícios para a cidade. Havia a necessidade de profissionais hábeis para completar esse mercado, como: mão de obra para o cultivo da lavoura, e o guarda-livros e as escolas profissionalizantes e a imigração ocuparam-se dessa demanda. Por assim ser, decorreu a segmentação entre trabalho e educação. A princípio, a massa trabalhadora frequentava algumas poucas escolas de ensino básico, a classe média participava do ensino profissionalizante e à elite destinava-se uma educação no domicílio dos preceptores, voltada para a cultura clássica geral.

A elite cafeeira recebia orientação pedagógica em casa, uma educação muito refinada. Aprendiam música e línguas (francês/alemão), incluindo a cultura clássica geral, que compunham as disciplinas necessárias para realizar as viagens à Europa. As filhas mulheres dos grandes cafeicultores aprendiam também trabalhos manuais, noções de economia e medicina. Assim, tanto os meninos quanto as meninas adquiriam conhecimento que lhes permitiriam se tornar senhores e senhoras fazendeiros, mantendo a ordem social agrária do país.

Ocorre que, neste período, os filhos homens viajavam, principalmente para a Europa, para completar seus estudos e as filhas mulheres ficavam em casa. Para atender esse público, principalmente feminino cria-se em São Carlos, a Escola Normal Secundária. Serra (2011) descreve que a Escola Normal de São Carlos foi criada mediante a Lei Orçamentária de 30/12/1910 que encaminhou verbas necessárias à cidade para a construção dessa escola e que apenas em 3 de Fevereiro foram realizadas as primeiras contratações do pessoal docente e administrativo. O funcionamento inicial aconteceu de maneira provisória em um prédio da Rua José Bonifácio, próximo à estação ferroviária da cidade (onde está localizada atualmente a Escola E.E. “Eugênio Franco”).



Imagem 14: Antigo Predito da Escola Normal de São Carlos (atualmente E.E. Eugênio Franco)  
Fonte: Jornal on line: “A Folha Paulista” Centenário da Escola Álvaro Guião: 24/02/2011 - 14h53

Hayashi, Arce, Chiari e Menochelli (2011) assinalam que as instalações não estavam adequadas à grandiosidade de uma Escola Normal e, frente a esta situação, é feito um projeto do novo prédio, elaborado pelo arquiteto alemão Carlos Rosencrantz. Em 1913, a pedra fundamental é lançada e a construção da nova escola tem início sob a supervisão do engenheiro Raul Porto. Solenemente, em 18 de novembro de 1916, inaugura-se o prédio oficial, uma construção majestosa, digna de uma escola normal da época, em estilo clássico, localizado no alto da cidade.



Imagem 15: Vista da fachada da Escola Normal Secundária de São Carlos na década de 1920.  
Fonte: Pagina online “São Carlos Antigo”

A escola marcava a ideologia dominante destinada à elite cafeeira, uma educação de qualidade, com vistas à formação dos dirigentes intelectuais. A criação de uma escola normal atendia às exigências de sua clientela, que carregava consigo a prosperidade econômica e o prestígio político, pois dava àqueles que a frequentavam a cultura humanística tradicional, para formar o poder diretivo não apenas do município, mas em âmbito estadual.

Para Buffa e Nosella (1996) a Escola Normal de São Carlos preocupava-se em formar um profissional competente e imbuído de valores republicanos, por essa razão, grande parte das disciplinas do currículo voltava-se para a cultura geral, as letras e as ciências modernas. Já para a formação pedagógica existiam disciplinas como: Psicologia, Didática e o estágio na Escola Modelo Anexo.

Os alunos da Escola Normal de São Carlos eram caracterizados de maneira mais geral por “Mulheres, em sua maioria, filhas de fazendeiros... ou de ricos negociantes.” (BUFFA; NOSELLA, 1996, p.60).

Um marco na instrução da cidade de São Carlos e a grande impulsionadora do desenvolvimento cultural da mesma, a escola normal instalada em 1911 em uma posição central do município exalava o progresso e contribuiu para o desenvolvimento do local. Não só por sua estrutura arquitetônica visível e admirável, mas principalmente por concentrar jovens de diferentes localidades e

lentes ilustres do magistério que representavam a efervescência cultural da cidade. (ARCE; VAROTTO; MANIERI, 2011, p. 98)

A criação da Escola Normal de São Carlos representa para a cidade um grande marco cultural, mas principalmente um marco educacional. Os alunos-mestres vinham de inúmeras cidades e regiões e migravam para São Carlos em busca do saber. Ao final das páginas da Revista da Escola Normal de São Carlos, ano I, n. 2, de junho de 1917 estão presentes os nomes dos professores diplomados pela E. Normal da cidade e em sequência a cidade natal de cada um deles. Nem todos pertenciam à cidade de São Carlos. A origem dos alunos eram as cidades de: Anápolis, Itapetininga, Jaú, Rio Claro, *Capital Federal*, Santa Rita do Passa Quatro, Piracicaba, Campos do Jordão, Itapira, Sorocaba, Lorena, Brotas, Araras, Monte Alto, Limeira etc. Havia também alunos de outras nacionalidades, a exemplo da formanda Francisca Buzzá, nascida na Itália.

Este fato pode ser claramente observado ao analisar duas tabelas elaboradas por Varotto (2012), que apresentam a cidade natal dos alunos e o sexo de cada um deles nos anos de 1912 e 1913.

**Tabela 1:** Número de alunos por município matriculados na Escola Normal de São Carlos em 1912

<b>CIDADE DE ORIGEM</b>	<b>SEXO MASCULINO</b>	<b>SEXO FEMININO</b>	<b>TOTAL</b>
São Carlos	7	18	25
Monte Alto	1	1	2
Brotas	2	0	1
Tiete	1	0	1
Descalvado	1	0	1
São João da Bocaina	1	0	1
Barbacena	1	0	1
Araras	1	0	1
Pindamonhangaba	1	1	2
Capivary	1	0	1
Jahú	1	0	1
Jacarehy	1	2	3
Mattão	1	1	2
Ribeirão Bonito	0	2	2
Jaboticabal	0	1	1
Santa Rita do Passa Quatro	0	1	1
Rio Claro	0	4	4
Botucatu	0	1	1
Rio de Janeiro	0	1	1
São Paulo	0	2	2

Annapoles	0	1	1
Piracicaba	0	2	2
Araraquara	0	1	1
Campinas	0	1	1

Fonte: VAROTTO (2012)

**Tabela 2:** Números de alunos por município matriculados na Escola Normal de São Carlos em 1913

<b>CIDADE DE ORIGEM</b>	<b>SEXO MASCULINO</b>	<b>SEXO FEMININO</b>	<b>TOTAL</b>
São Carlos	2	23	25
Limeira	0	1	1
Ouro Preto	0	1	1
Capital Federal	0	1	1
Amparo	0	1	1
Barbacena	0	1	1
Araras	1	0	1
Casa Branca	0	1	1
Messina (Itália)	0	1	1
Jahú	0	2	2
Jacarehy	0	1	1
Ribeirão Bonito	0	1	1
Lorena	0	1	1
Santa Rita do Passa Quatro	0	1	1
Rio Claro	1	7	8
São Paulo	0	1	1
Campinas	0	1	1
Itapira	2	0	2
Mogi Mirim	1	0	1
Santo Antonio de Pádua (RJ)	1	0	1

Fonte: Varotto (2012)

A maior parte dos estudantes era da própria cidade de São Carlos, mas o prestígio de frequentar a escolar normal impulsionava moradores de cidades próximas a também desejarem se matricular, além de outros mais que vinham de outros estados ou país.

Os primeiros lentes que atuaram na instituição eram, por sua vez, docentes escolhidos dentre a elite intelectual paulista. Atuavam em duas frentes de trabalho: uma que chamavam de “áreas nobres” da educação (Ciências, Letras e Línguas), de que se encarregavam os

“lentes” e outra denominada de “disciplinas auxiliares” (Desenho, Música, Ginástica e Trabalhos manuais)<sup>16</sup>, expostas pelos professores.

Todos os educadores tinham domínio de uma língua estrangeira, geralmente o francês e tinham que ser formados no Curso Superior da Escola Normal da capital. O trabalho destes educadores estava ligado às ideologias políticas e econômicas da região, apesar da característica autônoma.



Imagem 16: Lentes da Escola Normal de São Carlos nos anos iniciais da instituição.

Fonte: BRANDÃO, M. A. L. “Almanaque de São Carlos” São Carlos: Andersen Bianchi, Março, 2011. p. 188.

Os conteúdos do programa de ensino eram distribuídos por cadeiras, as quais pertenciam aos lentes, sendo elas definidas assim:

1ª e 2ª Cadeiras – Português (1º e 2º anos), Noções de Latim (3º e 4º), Literatura (3º e 4º). 3ª Cadeira – Francês (1º e 2º). 4ª Cadeira – Inglês (3ª e 4ª). 5ª e 6ª Cadeiras – Matemática, Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria. 7ª Cadeira – Física e Química: Barologia, Sonologia, Termonologia, Fotologia, Eletrologia; Estudos dos Metalóides, Estudos dos Metais, Compostos Orgânicos (ao todo, 70 unidades). 8ª

---

<sup>16</sup> Carlos da Silveira discute em um de seus textos, publicado na Revista da Escola Normal, sobre esta divisão do ensino em dois grupos, descrevendo que ainda que tratado como uma disciplina secundária, *Trabalhos manuais*, em muitos países ter sido considerada uma importante disciplina na aprendizagem dos mestres e das crianças.

Cadeira – História Natural e Higiene: Anatomia e Fisiologia; Zoologia, Botânica, Mineralogia, Geologia, Higiene, Agricultura. 9ª Cadeira – Geografia, Corografia do Brasil e Cosmografia. 10ª Cadeira – 1. História da Civilização, 2. História do Brasil. 11ª e 12ª Cadeiras – Psicologia (1º e 2º anos), Pedagogia (3º), História Filosófica da Educação (4º), Educação Cívica (4º). 13ª Cadeira – Métodos e Processos de Ensino, Crítica Pedagógica e Exercícios de Ensino (parte teórica e parte prática – 3º e 4º anos). (BUFFA; NOSELLA, 1996, p.86)

A Escola Normal da República Velha é denominada como uma “Schola Mater”, pois representa na cidade de São Carlos a matriz pedagógica do ensino fundamental brasileiro. Por sua real importância e pelo prestígio que promoveu em seu período de Escola Normal, tornou-se um marco na memória do ensino na cidade e no país, sendo ainda referência nas discussões sobre formação de professores. Representando a típica escola da Primeira República, a Escola Normal Secundária de São Carlos desempenhou o papel de formação dos futuros professores, responsáveis por moldar a nação republicana (Buffa; Nosella, 1996).

A respeito dos saberes produzidos na escola, Arce; Varotto; Manieri (2011), ao realizarem a análise do *Livro Ouro*<sup>17</sup> da Antiga Escola Normal, reconstroem os principais assuntos e temáticas abordadas durante o curso normal. Nas páginas do livro estão contidas e transcritas algumas das avaliações (exames das disciplinas) dos alunos que alcançaram as maiores notas (referentes ao período de 1911 – 1945). Das avaliações selecionadas destacam-se as pertencentes à Psicologia; Pedagogia; História Natural; História Natural, Agricultura e Higiene; e, Didática.

Sobre *Psicologia*, os autores mencionam conteúdos do cerebelo e sua estrutura, localizações cerebrais, memória, reflexos, consciência e subconsciência, e imaginação. Como referências citam Roark, Richet, Clàparede e Pascal. “Essas provas nos desvelam a presença de estudos do desenvolvimento infantil dos autores do movimento da escola nova anterior ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.” (ARCE; VAROTTO; MANIERI, 2011, p. 114). Manifestam ainda que estes estudos caracterizam uma ligação entre a biologia, o cérebro e sua estrutura, ou seja, uma associação entre os estudos neurológicos e a psicologia que estava em processo de consolidação, na tentativa de compreensão do desenvolvimento humano.

As avaliações de *Pedagogia* possuem em seu conteúdo obras de Froebel com citações de Pestalozzi; ideias de Darwin e Lamark com conclusões para a educação e citações de Buffon e Hebert Spencer; educação dos cavaleiros no feudalismo com citações da Escolástica de São Thomaz de Aquino; tópicos sobre *como colocar o jogo na formação mental* fazendo referência a Froebel, Spencer, Karl Gross e Stanley Hall Outras tantas

---

<sup>17</sup> Livro que contém a reescrita de provas de alunos que atingiram maior pontuação. Por sendo assim, todas as principais disciplinas estão nele representadas por meio de avaliações, desta maneira é possível analisar o conteúdo promovido por seus professores e a apreensão ou compreensão concebida pelos alunos.



avaliações citam *Garganta e Pantagruel* de Rabelais, *Ensaio* de Montaigne, o *Emílio* de Rousseau, *Como Gertrudes educava seus filhos* de Pestalozzi. “É interessante a presença desses autores traduzindo o ambiente de discussão do início do século XX permeado pela hegemonia da chamada pedagogia tradicional, mas com os preceitos da chamada pedagogia nova já se faziam latente.” (ARCE; VAROTTO; MANIERI, 2011, p.115). Os autores presentes nas avaliações caracterizam de modo bastante enfático qual a ideia e as discussões que a Escola Normal de São Carlos proporcionava a seus alunos-mestres sobre Pedagogia.

Ao tratar de *História Natural*, duas provas encontradas no Livro Ouro discutem sobre os ossos do rosto e meios de saneamento do solo. “Essas provas nos trazem dados interessantes para a compreensão de como a questão da higiene na formação das normalistas era algo considerada como primordial” (ARCE; VAROTTO; MANIERI, 2011, p. 115). Os autores complementam que, ao mesmo tempo em que os assuntos do corpo humano eram tratados nesta área, eles também poderiam ser encontrados em Psicologia, como visto anteriormente.

Em *História Natural, Agricultura, Zootecnia e Higiene* os assuntos são sobre divisão celular, saneamento do solo, tecido nervoso. Os temas referiam-se a condições ideais do prédio escolar na relação entre o terreno, a arquitetura geral e as condições de higiene. “Apesar da nomenclatura da disciplina alterar-se, seu conteúdo continuou a refletir a preocupação higienista e centrada no atendimento do funcionamento biológico do corpo humano.” (ARCE; VAROTTO; MANIERI, 2011, p.116). Os assuntos sobre higiene e cuidados com o corpo buscavam promover a formação do cidadão exemplar republicano, por isso são constantemente encontrados nas avaliações que visam verificar a apreensão acerca das questões do funcionamento biológico do corpo humano.

E, finalmente, em *Didática*, outras duas provas relatam como se dá o processo de leitura e apresentam questionamentos sobre o método de alfabetização mais apropriado para crianças. Eram consideradas corretas as questões que apontavam o método analítico como o melhor para alfabetizar, pois esse era o método indicado por seus professores. Aqui há um questionamento sobre a autonomia dos alunos, mas se caracteriza também o incentivo dos professores e o reconhecimento de autoridade.

As provas encontradas materializam as produções de discentes da escola e o discurso que apropriaram por meio de seus mestres. Os exames expressam, como foi possível notar, o embate travado entre o ensino tradicional e o novo, este conciliado com a preocupação e a formação do novo cidadão brasileiro republicano.

As práticas e saberes produzidos dentro da instituição também foram disseminadas como ideias formadoras de intelectualidade no interior paulista; a Escola Normal de São Carlos produziu periódicos com o objetivo de debater com a comunidade. Entre estas publicações destacam-se: a revista *Excelsior!* (1911-1916), organizada pelo Grêmio Normalista, ou seja, pelos alunos da escola, mas com o apoio de seus professores e a *Revista Escola Normal de São Carlos* (1916-1923), pensada e organizada pela comissão de professores da escola normal. Os dois periódicos abordam diversas temáticas como higiene e civismo, exploradas por pesquisadores da área, com o intuito de divulgar o pensamento e as discussões que eram promovidas naquele espaço. No periódico *Revista Escola Normal de São Carlos*, é possível visualizar diversos artigos de Carlos da Silveira e, frente a isto, compreender sua atuação como um educador do ensino normal. Portanto, será realizada uma breve apresentação do periódico e posteriormente uma análise dos artigos do Professor Dr. Carlos da Silveira contidos no material.

### 5.1. A Revista Escola Normal de São Carlos

Após o ano de 1911 houve um período de “demarcar o campo por meio de publicações” (AZEVEDO, 2011 p.34), desta maneira as revistas de educação publicadas em instituições normais tinham como intuito, além de expressar elementos que compunham as ideias de tal escola, apresentar as concepções que influenciaram o período.

Compartilhando desta prática, a Escola Normal de São Carlos colaborou na realização do importante periódico *Revista da Escola Normal de São Carlos* (1916-1923) pensada e planejada apenas pelos lentes.

**Quadro 2:** Lentes e cadeiras da Escola Normal de São Carlos em 1917

Cadeiras	Lentes
1ª Cadeira - Português e Latim	Dr. Atugasmin Médici
2ª Cadeira - Português e Latim	Arthur Raggio Nobrega
3ª Cadeira - Francês	Juvenal Pentiado
4ª Cadeira – Inglês	Dr. Teodorico de Camargo
5ª Cadeira – Matemática	Dr. Mario Natividade
6ª Cadeira – Matemática	Dr. Franciso Z. Pentiado

7ª Cadeira - Física e Química	Sebastião Paulo de Toledo Pontes
8ª Cadeira - História Natural	Dr. Astor Dias de Andrade
9ª Cadeira – Geografia	Ezequiel de Moraes Leme
10ª Cadeira - História da Civilização	Dr. Dagoberto Salles
11ª Cadeira – Psicologia	Dr. Carlos da Silveira
12ª Cadeira – Psicologia	João Augusto de Toledo
13ª Cadeira – Metodologia	Antonio Firmino de Proença

Fonte: Revista Escola Normal de São Carlos

A Revista Escola Normal é um espaço privilegiado que nos leva a compreender a organização de um período da cultura política e pedagógica de formação de professores por meio das publicações de renomados lentes, pois seus textos refletem os ensinamentos pedagógicos e educacionais que circulavam no ambiente da escola, da cidade e consequentemente do país.

“Os professores das escolas normais, seguindo a experiência de Oscar Thompson, também tiveram o periódico como fonte de experiência de expressão e de controle sobre o campo educacional” (NERY, 2011 p.35), ou seja, nestas revistas estão impressas as apropriações e representações de educação de grandes nomes de professores que formaram outros professores.

Ao investigar as ideias que circulam neste material, compreende-se a concepção e os debates sobre a formação de professores decorrida em um período de discussões de novas ideias que surgiam. Tal concepção está presente nos textos publicados em todos os números da *Revista* e principalmente na tentativa de divulgação de nomes que ganhavam destaque no campo da educação, como exemplo: Claparrède, Dewey, Fröebel, Pestalozzi, Montessori etc. No que tange o aparecimento de grandes personalidades políticas, ganham destaque republicanos de grande representatividade do final do século XIX e início do século XX, a exemplo de Rui Barbosa, Barão do Rio Branco e autores como Euclides da Cunha.

A Revista Escola Normal teve início em 12 de novembro de 1916, por meio de um projeto pensado e realizado pelo corpo docente da instituição. O periódico disponibilizou treze números contendo publicações inéditas dos professores e diretores de Escolas Normais.

Dias (2009), em sua tese “Revista da Escola Normal de São Carlos (1916-1923): um estudo sobre as ideias e práticas educacionais”, ressalta o artigo pioneiro “Apontamentos para

uma história do ensino público em São Paulo: revistas de ensino”, de Carlos da Silveira e o modo como ele delineou o perfil da Revista.

Esta revista era publicada, como o nome o indica, em São Carlos, tendo sido organizada pelos lentes da Escola Normal Secundária da referida cidade, como “órgão de propriedade e redação do corpo docente”. Só publicava trabalhos inéditos, era gratuita e as despesas custeadas por subscrições feitas dentro da Escola, entre os docentes e administrativos. Semestral, mereceu, depois de algumas edições, o auxílio municipal de 300\$000 anuais. O primeiro fascículo saiu em Novembro de 1916 e o último em Dezembro de 1923, possuindo a coleção completa 13 fascículos. O fato de exigir trabalhos inéditos e a circunstância toda especial da gratuidade deram à “Revista da Escola Normal de São Carlos” uma feição simpática que muito contribuiu para a divulgação de bons trabalhos. (Silveira 1929 apud Dias, 2009, p.48).

Para caracterizar a importância que o presente material oferece, Dias (2009) cita ainda que “Durante seu ‘ciclo de vida’, 1916 a 1923, a Revista foi apresentada como publicação pedagógica, com caráter de inovação educacional e contou com a colaboração de autores de projeção intelectual no contexto educacional paulista” (p.49).

Com apoio do corpo docente e administrativo da escola normal era possível promover a distribuição gratuita da Revista, pois angariavam fundos para mantê-la.

Em sua primeira edição ficam explícitos os motivos de sua criação

Era sensível, pois, a falta de uma publicação que servisse por fonte informativa, relevante é orientação do ensino em tal instituto pedagógico, bem como para mais tarde lembrar os dias alegres passados na labuta de formação dos futuros mestres que, em São Carlos, recebem a investidura para a tarefa pesadíssima do magistério primário.

Esse é o motivo do aparecimento da presente publicação que registrará em suas páginas trabalhos sobre pedagogia, crítica de livros, ensaios filosóficos e outros que possam contribuir para aumentar entre os moços o amor pelos estudos.

Serão recebidos com grande deferência, e mesmo com reconhecimento as críticas que os entendidos se dignarem fazer com relação às matérias aqui tratadas.

Jamais dispensaremos o auxílio dos doutos, cujas apreciações servirão de estímulo para prosseguirmos na rota que nos impuzemos. (Revista Escola Normal de São Carlos, v. I, n. 1, 1916)

Ao ler tais dizeres, logo após abrir a revista, é possível notar a preocupação em manter um material que se comprometa em disseminar e auxiliar a educação, não apenas pensado para os futuros mestres do magistério, mas para todos que despertam interesse por assuntos educacionais.

Acerca das características que apresenta a revista, nota-se que todos os números possuem como medida 14,5 cm de largura e 20,5 cm de altura, impressos em coluna única, com exceção do primeiro ano e número de ano de 1916, e ano segundo ano e número de 1917, que possuem duas colunas. Com média de 75 páginas por número, sem gravuras, ilustrações ou fotografias. “Dessas informações podemos deprender o tipo de leitor desejado pela

Revista da Escola Normal de São Carlos, um leitor hábil acostumado a textos mais longos e iniciado nos assuntos pedagógicos.” (CORREIA, 2009 p.106).

Com publicação semestral, o periódico contempla em seus treze números a participação de 91 publicações escritas por 27 lentes. Entre os professores que mais contribuíram destacam-se o Professor Dr. Carlos da Silveira (lente da 11ª cadeira) com 13 artigos; o Professor João Augusto de Toledo (lente da 12ª cadeira) com 12 artigos; e o Professor Antonio Firmino Proença (lente da 13ª cadeira) com 10 publicações.



Imagem. 17: Capa do primeiro número da Revista da Escola Normal de São Carlos – 1916  
Fonte: Arquivo bibliográfico e documental da Escola Normal de São Carlos

A tabela demonstra a participação e colaborações de autores que estiveram presentes nos treze números da Revista.

**Quadro 3:** Lentes que participaram da Revista da Escola Normal de São Carlos

<b>LENTEs</b>	<b>QUANTIDADE DE ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS (1916-1923)</b>
Dr. Carlos da Silveira	13 artigos
João A. de Toledo	12 artigos
Antonio Firmino Proença	10 artigos
Ezequiel M. Leme	9 artigos
F. Penteado	6 artigos
Raphael Falco	6 artigos
Dr. Waldomiro Caleiro	4 artigos
Dr. Dagoberto Salles	4 artigos
Mariano de Oliveira	3 artigos
Mario Natividade	3 artigos
Sebastião P. de T. Pontes	3 artigos
Athur Raggio Nobrega	2 artigos
Domingos de Vilhena	2 artigos
Elisario Fernando DE Araujo	2 artigos
Francisco Z. de O. Penteado	2 artigos
Dr. Astor Dias de Andrade	1 artigo
Ataliba de Oliveira	1 artigo
Dr. Atugasmin Medici	1 artigo
Daulio Ramos	1 artigo
Fausto Souza	1 artigo

Francisco Azzi	1 artigo
Dr. José Ferraz Motta	1 artigo
Lázario R. Lozano	1 artigo
Manoel de Toledo Silva	1 artigo
Mello Ayres	1 artigo
Dr. Theodorico L. de A. Camargo	1 artigo
J&C.	1 artigo
Total: 27 autores	93 artigos

Fonte: Arquivo bibliográfico e documental da Escola Normal de São Carlos

Houve muitos colaboradores durante os sete anos de veiculação do periódico, porém poucos colaboraram de modo mais presente. Suas variadas abordagens apresentam assuntos que discutem sobre o ensino nas escolas normais e na escola brasileira e sobre a história da instrução no país e a história da educação; sobre métodos de ensino e estudos de caligrafia, desenho e música; sobre natureza e geometria; sobre práticas de ensino; sobre nacionalismo, nacionalidade e educação moral e cívica; discute-se ainda Binet e a medicina escolar; e também sobre personalidades como D. Pedro II, John Casper Branner, Duque de Caxias, Rui Barbosa, as ideias de Fröebel, Pestalozzi, Montessori, Dewey etc.

A revista conseguiu manter regularidade em um ciclo semestral, mas seu fim foi inevitável, pois seus maiores colaboradores assumiram outras cadeiras e acumularam a direção de outras escolas normais.

A estratégia de Sampaio Dória de enviar professores da Escola Normal Secundária de São Carlos para assumirem as cadeiras de Pedagogia e Psicologia e a Prática de Ensino, acumulando assim a direção das escolas normais - primárias antes da Reforma de 1920 - e de outros professores que participavam da revista, retirou dela seus maiores colaboradores. Segundo Silveira, 'a disposição foi fatal à revista e acarretou o desaparecimento dela' (NERY, 2011, p.39).

Sem seus principais colaboradores, o periódico não pôde se manter, pela falta de disponibilidade de artigos e também pela falta da colaboração financeira que eles forneciam, culminando em seu fim. Na Revista Educação, o Professor Silveira esclarece com suas palavras o desfecho do periódico.

Em fins de 1920 e começo de 1921 foi feita a reforma das Escolas Normaes do Estado, sendo unificado o typo. Este facto determinou o afastamento de alguns entusiastas, que foram aproveitados em outras normaes; a dispersão foi fatal à revista e acarretou o desaparecimento dela. De facto, publicada regularmente de 1916 a 1920 (9 números, 1ª phase), entrou a fenecer em 1921, deu apenas uma edição em 1922 e outra, final, em Dezembro de 1923 (4 números, 2ª phase). (SILVEIRA, 1929, p. 331).

Assim, como foi descrito por Silveira (1929) o motivo para não mais publicar o periódico, o afastamento dos principais autores de estudos e artigos foram enviados para outras escolas normais, como no caso próprio Silveira.

## 5.2. Carlos da Silveira na Revista da Escola Normal de São Carlos

O Professor Carlos da Silveira, com plena participação na revista, abordou temáticas de grande relevância com discussões referentes à História da Educação, principalmente sobre Escolas Normais em São Paulo e sobre questões de ensino como o ensino da língua pátria, o papel educativo da Escola Primária e o ensino cívico. “Pelo menos até a sua saída da Escola, na revista dos professores Carlos da Silveira é um dos agentes chaves, tanto que tem o primeiro artigo e logo trata de escrever sobre a História da Escola Normal”. (CORREIA, 2009, p.107)

A tabela 3 apresenta os textos, anos e páginas em que se encontram os trabalhos do professor Carlos da Silveira dentro do periódico.

**Quadro 4:** Tabela com artigos publicados por Carlos da Silveira na Revista Escola Normal

<b>Título</b>	<b>Data</b>	<b>Anno</b>	<b>Número</b>	<b>Número de páginas</b>
<i>As Escolas Normais no Estado de São Paulo</i>	Novembro de 1916	I	01	1 – 13
<i>História da Pedagogia</i>	Junho de 1917	I	02	10 – 13
<i>A língua pátria e a unidade nacional</i>	Dezembro de 1917	II	03	62 – 76
<i>História da Instrução e da Educação no Brasil</i>	Julho de 1918	III	04	03 – 11
<i>História da Instrução e da Educação no Brasil II</i>	Dezembro de 1918	III	05	3 – 30
<i>História da Instrução e da Educação no Brasil (conclusão)</i>	Junho de 1919	III	06	13 – 32
<i>Culto Cívico</i>	Dezembro de 1919	IV	07	3 – 21
<i>Questões de Ensino Normal</i>	Junho de 1920	IV	08	32 – 57



<i>Luiz Alves de Lima e Silva</i>	Novembro de 1920	V	09	7 – 32
<i>Assumptos Escolares (Cultura Cívica – sugestões)</i>	Junho de 1921	VI	10	34 – 46
<i>Do papel educativo da Escola Primária</i>	Dezembro de 1921	VI	11	7 – 21
<i>Do papel educativo da Escola Primária</i>	Dezembro de 1922	VII	12	34 – 52
<i>Discurso</i>	Dezembro de 1923	VIII	13	3 – 15
13 artigos	7 anos			183

Fonte: Arquivo bibliográfico e documental da Escola Normal de São Carlos

Em sete anos foram utilizadas 183 folhas da revista somente para o professor Silveira, o que mostra não apenas sua dedicação ao trabalho publicado, mas também ao periódico. São assuntos educacionais voltados para alunos de escola normal e para estudiosos que se identificam com a temática da educação. Colaborou com a revista por acreditar na sua importância para a educação e disseminação do conhecimento. Ele a considerava um material de grande significação e, por essa razão, mesmo depois de sua saída da Escola Normal de São Carlos, em fevereiro de 1921, escreveu mais três artigos para o periódico.

Suas publicações na revista discutem assuntos de internacionalização e buscam a produção de um conhecimento escolar no âmbito das produções brasileiras, o que era uma tendência nas primeiras décadas do século XX, em que o Brasil buscava implementar debates internacionais e proposições pedagógicas, ao mesmo tempo em que trabalhava pela formação do homem republicano brasileiro.

A partir da análise realizada em suas publicações, nota-se que em todos os artigos presentes no periódico, Carlos da Silveira complementa suas informações com notas de rodapé, podendo ser utilizadas como complementos de estudo e indicações de leitura, a exemplo de “Assuntos Escolares”, nota: (2) *Lêr capítulos sobre teoria psychologica da instrução e da educação, em Psychologue de l’Education*. (1921, p.36); “Do papel educativo da Escola Primária”, nota: (\*) *Art. 552 § 5º - vede pagina 10*. (1921, p.21); em “Historia da Instrucção e da Educação, no Brasil II”, nota: (\*) *Para reformas pombalinas, vêr Cesar Cantú, vol. XVII da ed. Portuguesa, pag. 301 em diante*. (1919, p.8); e também em “Culto Cívico”, nota: (5) *Vêr Joseph Boucher – Psychologie, cap. ‘Le sentimento religieux’ de onde tirámos muitas ideias*.(1919, p.20)

As notas de rodapé ainda caracterizam as referências e estudos que utilizou como citação, como no caso de “A língua pátria nacional” com as seguinte notas: (1) *Joseph*

*Boucher – Psychologie* (1917, p.63), (3) *P. Regnaud – Origine duLangage – 1ª ed. – 1888* (1917, p.67), (4)*Caldas Aulete – Selecta, prosa.* (1917, p.68), (11) *Medeiros e Albuquerque – Artº de ‘La Revue’* (1917, p.76). Em “Historia da Instrucção e da Educação, no Brasil (conclusão)” encontra-se ainda a seguinte nota:

(\*) Estas palavras foram tiradas de uma publicação feita pela E.N.S. de São Paulo e intitulada ‘O Laboratorio de Psychologia Experimental’ Tal publicação contém ‘as ‘theses’ estudadas pelos professores que seguiram o curso de *technicapsychologica*’ professada pelo Dr. Pizzoli, ‘durante o ano de 1914, no Gabinete de Psychologia e Anthropologia pedagógica anexo’ á Escola de S. Paulo. As ‘theses’ são os seguintes autores: “O futuro da pedagogia é scientifico”. – Prof. Dr. Oscar Thompson. (1919, p.25)

Escreve ainda notas de rodapé de esclarecimento, a exemplo de “Historia da Instrucção e da Educação, No Brasil II” (\*) *Deste trabalho – compilação na sua quasi totalidade – a primeira parte, referente ao SECULO XVI – (1501-1600), foi publicada no numero anterior, n.4 – de junho de 1918.* (1919, p.3). E em “Luiz Alves de Lima e Silva”:

(1) Esta conferencia, dedicada aos alunos da Escola, foi feita no cumprimento de um grato dever e teve em mira, exclusivamente, vulgarizar os factos mais importantes da vida do DUQUE DE CAXIAS: é um trabalho de compilação e não contém, por isso, novidades, nem se apresenta com pretensões históricas ou literais, não cabíveis no caso. (1920, p.7)

Na página seguinte, tratando-se ainda do mesmo texto e assunto, escreve o seguinte:

(1) Toda gente nota que a moda no nosso Paiz, é exaltar estrangeiros, a tal ponto que, não bastando a gravura ou escultura, ainda é vezo antigo baptizar crianças com cognomes (apelidos de famílias) e até com os títulos nobiliarchicos dos alienígenas que caem na sympathia: conheço Lincolns, Nelsons, Murilos, Spencers, Washintons, Wilsons, Linneus, Joffres, Bellinis, Byrons, et cetera, quando ninguém ignora que os homens que ilustraram taes nomes chamavam-se respectivamente Abrahão, Horacio, Bartholomeu, Herbert, Jorge, Thomaz, Carlos, José, Vicente; quando a Lord Byron, o seu nome era Jorge Gordon. (1920, p.8).

Outro tipo de nota que utiliza em seus textos é a que se encontra em “Do papel educativo da Escola Primária II”, que além de ser uma explicação possui seus dizeres em língua francesa: (\*) *Art. 113 – ‘Tout Belgequi aura porte les armes contrela Belgiquesera puni de la detention extraordinaire’ (15 a 20 annos) etc. 114, 115, 116, 117, - 123.* (1922, p. 43).

Ainda no mesmo artigo, algumas páginas antes, escreve o seguinte:

(\*) *Art. 538 – ‘Quiconque aura empoisonnédeschevaux ou autresbêtes e voiture ou de charge, desbestaiux à cornes, desmoutons, chèvres ou p cs, sera puni d’um emprisonnement de trois mois à deuxanset d’une amende de vingt-sixfrancs à troiscentsfrancs.’ Art. 561 – ‘Serontpums d’une amende de dixfrancs à vintfrancs et.* (1922, p.35)

Tais notas de rodapé caracterizam uma preocupação com textos bastante explicativos e com o cuidado em demonstrar quais eram as referências, caso o leitor sinta a necessidade ou o desejo de se aprofundar no assunto, ou apenas consultar e/ou verificar os autores que são citados em seus artigos. Além do mais, a exemplo das notas em francês, como as apresentadas acima, a maioria de seus trabalhos possui uma passagem em francês ou então em inglês, demonstrando que seu conhecimento sobre o assunto não se baseia apenas em traduções ou autores nacionais, mas na leitura do texto original, como forma de melhor compreender o assunto tratado.

Os sumários pertencentes aos artigos de Carlos da Silveira caracterizam o assunto a ser tratado, ou então a quem se refere ao escrever determinada publicação, a exemplo de “A língua pátria e a unidade nacional” presente anno 2, n.3, dezembro de 1917, 7ª *palestra cívica realizada no amphitheatro da Escola Normal em 9 de outubro de 1917*” (p.62). Outro exemplo ainda se encontra em “Historia da Instrução e da Educação no Brasil II”, anno 3, nº5, dezembro de 1918. Ao tratar de cada um dos séculos que descreve, realiza um pequeno “sumário” para esclarecer brevemente o assunto, contabilizando 3 sumários neste mesmo texto:

Século XVII – (1601-1700)

Summario: Deficiência pedagógica do Brasil, neste século. – Os trabalhos de instrução e de educação na Europa. – Instabilidade política e social no Brasil. – Os holandeses e a formação do espírito nacional. (p.3)

Século XVIII – (1701-1800)

Summario: Conventos, seminários, aulas de humanidades. – O Marquez de Pombal e os ensinos primário e secundário. – A Universidade de Coimbra. – Os livros franceses. – Os estudantes brasileiros na Europa e a ideia de independência. (p.8)

Século XIX – (1801-1900)

Summario: A vinda da família real: D. João VI. – As escolas de Direito em São Paulo e em Recife. – Outras escolas: superiores, secundarias, primeiras técnicas; religiosas e leigas. – A instrução e a educação das moças brasileiras. – Literatura pedagógica no Brasil. (p. 16).

Estes sumários destas duas publicações servem como exemplo de alguns textos que o professor utiliza para explicações iniciais antes de começar a descrever o assunto que irá abordar.

Sem apresentar nenhuma imagem, quadro ou figura, os artigos de Carlos da Silveira possuem uma escrita característica de um professor de escola normal, com uma linguagem mais refinada, semelhante à escrita acadêmica, com textos muitas vezes longos e direcionados a alunos da escola normal ou quaisquer outras pessoas que se dediquem a compreender e estudar assuntos educacionais.

Dentre as ideias que o professor Carlos da Silveira apresenta em seus 13 artigos, pode-se dizer que o foco de análise de suas produções está pautado em suas concepções de Educação, Pedagogia e Psicologia. Como pode ser visto em seu primeiro artigo *As Escolas Normaes no Estado de São Paulo*, nota-se a preocupação existente com a Escola Normal, a educação e a formação de professores. Desta maneira, seus escritos decorrem destes assuntos, na busca de ideias e soluções para a educação do país com estudos da Pedagogia científica com base na Psicologia.

O curso superior da Escola Normal ainda não chegou a se realizar, mas acredito que não será esse o plano a seguir no caso da criação de tal curso. As ideias tem mudado muito quanto a isso e hoje nao se admitiria uma Escola Normal Superior sem altos estudos de pedagogia scientifica cuja base mais sólida a psychologia experimental, só por si abrange materia de que muito se ocupe um futuro DOUTOR em pedagogia: de um facto não se perdoaria hoje uma Escola Normal Superior sem os ramos especiais da sciencia da educação, ao lado, esta vindo de um optimo preparo de humanidades. (SILVEIRA, 1916, p.12)

Suas discussões giram em torno destas questões; são debates que o lente propõe em seus textos por compreender ser necessário o ensino normal de alta qualidade com estudos pedagógicos fundamentados na psicologia para a promoção do cidadão republicano.

Para tanto, será realizada, a partir de então, uma análise de suas publicações na *Revista da Escola Normal de São Carlos* (1916 – 1923), um trabalho árduo, pois não se tem o intuito ou pretensão de resumir seus artigos, mas a perspectiva de apresentar e caracterizar suas ideias e pensamentos sobre as temáticas referentes à Educação, Pedagogia e Psicologia, lembrando que o professor Carlos da Silveira ocupava a 11<sup>a</sup> cadeira na Escola Normal de São Carlos, ou seja, atuou com assuntos referentes à Pedagogia e Psicologia e também à Educação Cívica.

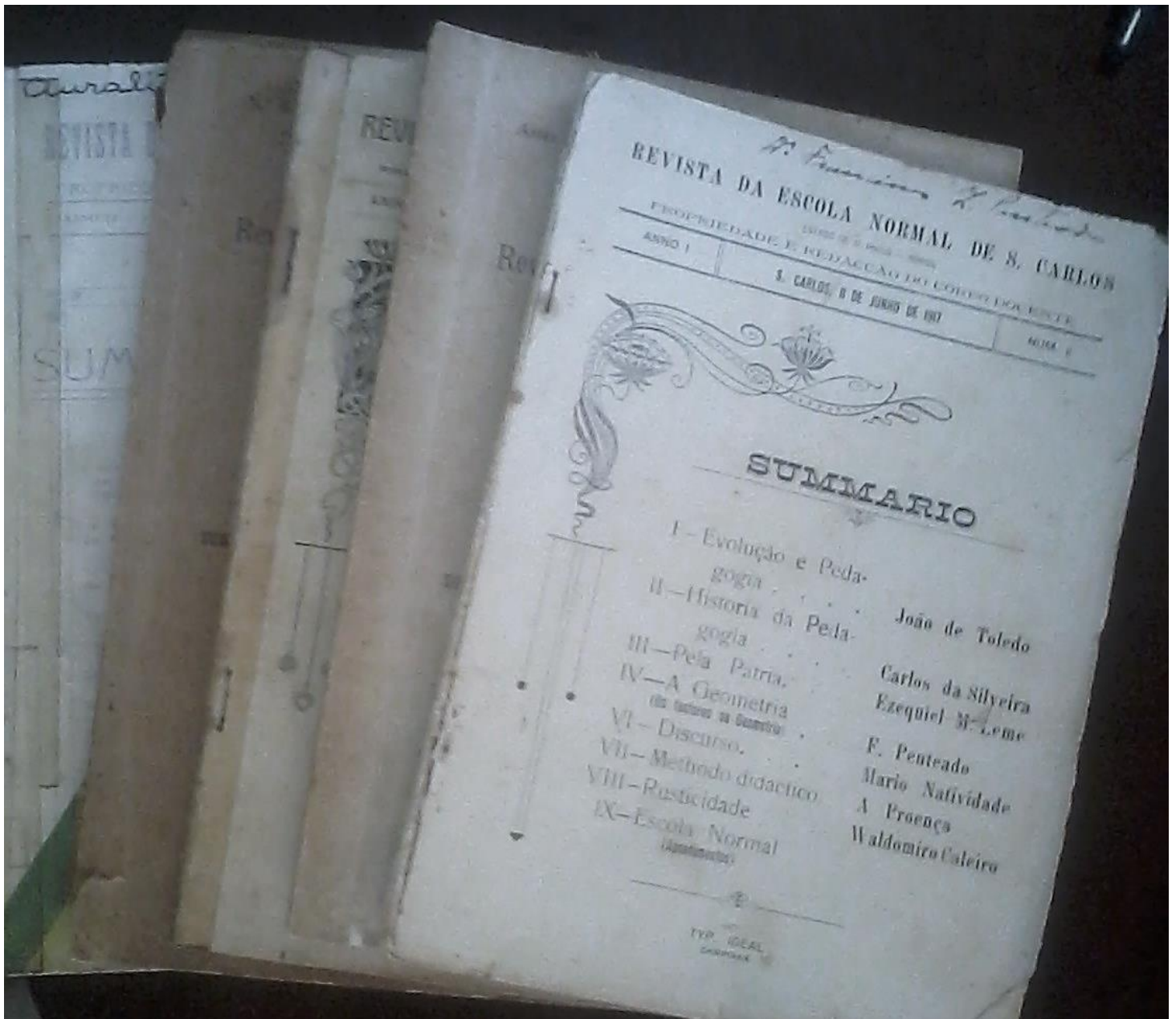


Imagem 18: Alguns números da Revista Escola Normal de São Carlos.  
Fonte: Arquivo bibliográfico e documental da Escola Normal de São Carlos

*Dar a um programma qualquer o bafejo quente de uma vida fecunda é obra que demanda carinhos como os de Praxiteles quando extraía da madeira bruta a Venus de Cnido famosa e admirável, pois a efficiencia do ensino, é mais do que sabido, depende quasi exclusivamente da boa vontade do ensinamente o qual é a propria lição animada. (SILVEIRA, n.2, 1917, p.10).*

## **6. EDUCAÇÃO, PEDAGOGIA E PSICOLOGIA: CONCEPÇÕES DE UM LENTE DA ESCOLA NORMAL.**

Segue-se neste espaço um estudo realizado sobre os textos assinados pelo Professor Carlos da Silveira encontrados na Revista Escola Normal de São Carlos. As descrições de suas ideias não estão postas em ordem cronológica de escrita e publicação, pois o que se pretende aqui é apresentar a visão do lente acerca dessas três temáticas: Educação, Pedagogia e Psicologia. Por não ter publicado textos que tratassem apenas diretamente e de forma sequenciada cada um desses assuntos, foram analisados todos os seus 13 artigos buscando compreender por meio deles, de forma bem direcionada, as concepções de Silveira acerca das temáticas em questão. Deste modo, a análise realizada nesta seção está dividida em três partes: Educação, Pedagogia e Psicologia, para facilitar a apresentação não apenas dos seus textos, mas dos assuntos e argumentos que concernem a cada um deles.

### **6.1. EDUCAÇÃO**

Iniciando com suas ideias sobre educação, nota-se que suas concepções carregam sempre a preocupação para com o ensino de qualidade das Escolas Normais e a formação dos futuros mestres. A sua dedicação para com o ensino se faz presente em todos seus artigos, ainda que não se referisse diretamente às suas ideias sobre o assunto.

Por ser um professor de escola normal caracteriza a educação como primordial. Ao escrever *As Escolas Normas no Estado de São Paulo* do anno1, n.1, nov., 1916, diz que “Não há ensino primário eficaz sem boas escolas normas [...]” (SILVEIRA, 1916, p.1) e apresenta a história das escolas normais de São Paulo (dando início com a Escola Normal da Praça) dividida em três fases. Destaca a criação da Escola Normal paulista por Lei em 1846 e desenvolve, no desenrolar do texto, as dificuldades que encontra a Escola Normal em se manter em prédios precários e em leis que determinam sua configuração e a falta de verba que desfigura a escola pensada inicialmente e que, por isso, acaba sendo fechada. Sua reabertura, como aponta Silveira, é promovida pelo então Presidente da Província Laurindo Abelardo de Brito, que se diplomou pela Escola Normal.

Outros destaques que auxiliam nas transformações do Ensino Normal são a Proclamação da República e a exaltação de Caetano de Campos “como sendo o homem capaz de realizar os intuitos da reforma de 12 de março” (SILVEIRA, 1916, p.5), um homem competentíssimo e primacial ao ensino público, que colaborou para promover a remodelação

do Curso Normal. Oscar Thompson, no cargo de diretor geral da instrução é apresentado como um diretor dedicado e enérgico. Silveira apresenta as mudanças no ensino normal com relação a cargos, à quantidade e ao nome das cadeiras e ao tempo de realização do curso. Cita, ainda, as diferenças entre a Escola Normal Primária e a Secundária tendo como destaque as Escolas Normais Secundárias de São Paulo, São Carlos e Itapetininga. E finaliza o texto aprovando os avanços educacionais da Escola Normal, mas salientando que ainda poderia e devem ser realizadas muitas melhorias e deixando seus desejos:

Se pedissem a minha opinião nestas questões de organização de ensino, eu proporia, entre outras coisas:

- a) que se ressuscitasse a escola complementar;
- b) que o ensino de pedagogia e de methodologia tivesse o mais amplo desenvolvimento;
- c) que se criasse uma cadeira especial para educação cívica e história da pedagogia, nas escolas normaes;
- d) que nas escolas normaes secundárias fosse supprimida uma das duas linguas estrangeiras que ora se lecionam;
- e) que se eliminassem do programma das normaes as noções de zootechnia e de agricultura;
- f) que se ampliasse o estudo da Historia Patria e de Geographia do Brasil;
- g) que o mesmo acontecesse quanto ao estudo de mathematica;
- h) que o trabalho manual em barro e em madeira fosse extensivo ao sexo feminino;
- i) que se criasse a congregação nas normaes primarias;
- j) que os programmas fossem organizados com o concurso de todos os lentes dos estabelecimentos interessados. (p.13)

O Professor finaliza o texto com apontamentos e melhorias propostas por ele para o ensino normal ideal. Suas opiniões revelam um lente preocupado com a educação cívica, ressaltando um viés nacionalista para atuar em prol da pátria. Apresenta seus desejos de criação da cadeira de Educação Cívica e História da Pedagogia e do aumento de estudo de História da pátria e Geografia nacional, caracterizando a necessidade dos alunos normais estarem cada vez mais em contato com questões nacionais, para que assim pudessem se sentir cidadãos brasileiros. Além do mais, expressa sua opinião sobre a eliminação do curso de zootecnia e agricultura para estender o ensino de pedagogia e metodologia. Revela ainda o desejo de que os trabalhos manuais fossem ofertados também para as mulheres. Essas características apresentam um lente que busca formar um aluno reflexivo, pensante, patriota republicano e ativo. O desejo de retirar do currículo aquelas disciplinas descreve a preocupação não voltada para a formação dos filhos de grandes fazendeiros e da elite cafeeira, mas para a formação de mestres que se envolvessem cada vez mais com assuntos pedagógicos.

Ainda tratando sobre suas perspectivas sobre a educação, *Culto Cívico*, pertencente à revista de anno4, n.7, dez., 1919, ressalta a importância da pátria e o amor a ela e relembra a Independência do Brasil. Logo abaixo do título do trabalho estão presentes os seguintes dizeres: “Conferencia realizada no Polytheama de Araraquara, no dia 7 de Setembro de 1918, por incumbência da Liga Nacionalista.” (p.3). Nele, Silveira cita Olavo Bilac como um dos importantes formadores da Liga Nacionalista, como homem que transmitia esperança ao “Brasil de amanhã.” A Liga tinha como proposta disseminar um conjunto de ideias levando a fins patrióticos.

O professor Carlos da Silveira compara em seu texto a participação em manifestações religiosas com as manifestações para com a pátria, lembrando que se todos têm admiração por destaques Norte Americanos como Jorge Washington e Abrahão Lincoln, devem ter respeito e admiração pelos personagens de destaque de nosso país como José Bonifácio, Tiradentes, Ozorio, Gonçalves Dias, Rio Branco Filho e Oswaldo Cruz.

Em seguida, apresenta dez mandamentos que devem ser seguidos em defesa da pátria: 1) *Ame a liberdade!* (p.11); 2) *Defendei a Pátria!* (p.11); 3) *Pagae impostos!* (p.13); 4) *Votae!* (p.14); 5) *Coopere na política!* (p.15); 6) *Não vos esquivéis do dever ao jury!* (p.16); 7) *Respeitae a Lei!* (p.16); 8) *Fiscalizae a execução das Leis!* (p.17); 9) *Falae bem a lingua nacional!* (p.18); 10) *Não desdenheis a civilidade, o cavalheirismo, as boas maneiras!* (p.19). Os dez mandamentos descritos acima ressaltavam ordens voltadas para uma educação cívica, pensada na pátria e em conceber novos cidadãos, ideais de uma educação republicana. E Silveira resume seu texto ao dizer que a realização destes mandamentos é a educação cívica, a educação que o professor Silveira tanto defende em suas obras. A ideia de zelar e respeitar não apenas grandes indivíduos históricos internacionais, mas principalmente os heróis nacionais enuncia o pensamento de Silveira sobre as questões nacionais e a formação humana que acredita ser a ideal. Para ele, lembrar e respeitar essas personalidades brasileiras é lembrar e respeitar o próprio país. Os mandamentos compreendem as práticas que devem ser seguidas como cidadão brasileiro. “Realizar esses dez mandamentos é ter educação cívica, pois já o referi, educação é acto, educação é pratica de preceitos; ter educação é agir no sentido da instrucção possuida” (p.20).

Por fim o professor relembra a comemoração da independência do Brasil, ainda recente aos brasileiros, visto que esta publicação foi escrita em comemoração aos cem anos de independência. O Professor Silveira demonstra o desejo pela formação do homem Republicano e a luta pela educação cívica não apenas de palavras, mas de ações.



O mesmo desejo se faz presente ao escrever *Luiz Alves de Lima e Silva (culto cívico)* no ano 5, n.9, nov., 1920, para uma conferência em 7 de abril de 1919. Silveira cita a importância de ter “as imagens dos afamados chefes-de-estado e patriotas” (p.8). Sua aspiração era que personalidades que obtiveram importante participação na história do país tivessem suas imagens expostas nos corredores da escola, para que lhes fosse prestado culto. Ao escrever, conta inicialmente que tal trabalho foi realizado, “por ocasião de ser inaugurado o retrato do Sr. Marechal Duque de Caxias, na Escola Normal de São Carlos (p.7) e descreve ainda que como político não houve quem ousasse macular sua honra: como guerreiro, não houve quem desconhecesse seus serviços . Foi um heroe.” (p.7). Procura, assim, lembrar a vida e ilustres conquistas do Marechal Duque de Caxias. Lembrar as passagens do Duque de Caxias na história do país é também lembrar a dedicação a sua nação.

Carlos da Silveira planeja por meio desta ação que os alunos além de reconhecerem fotos e imagens de indivíduos importantes para a história nacional, também se inspirem em grandes cidadãos brasileiros que almejavam melhorias ao país. Ou seja, pretendia fazer com que os alunos tivessem mais contato com a história nacional e o desejo de respeito para com a pátria, assim como as pessoas que tinham suas fotos nos corredores. Tinha o desejo de implantar esse ar nacionalista por meio de discussões em sala de aula, nos corredores, em toda a escola. A passagem pelos corredores frente a estes personagens seria também uma passagem pela história e o (re)conhecimento de heróis nacionais.

No texto *História da Instrução do Brasil II*, ano 3, n.5, dez., 1918, Silveira escreve aproximadamente trinta páginas densas sobre a instrução no Brasil no século XVII até o século XIX. E apresenta alguns importantes pensadores do período. Cita o aparecimento de figuras de destaque na Inglaterra como Francisco<sup>18</sup> Bacon, Barão de Varulâmio, os pensamentos de João<sup>19</sup> Locke e seu texto *Os pensamentos sobre educação*. Da França apresenta Renato<sup>20</sup> Descartes, autor de *Discurso do Método*; Francisco<sup>21</sup> de La Motte Fénelon, com seus estudos sobre *Educação das moças*; Jacques Benigno Boussuet, com *Carta ao Papa Inocencio XI*; Nicolau de Malebranche; João Baptista de La Salle etc. Da Alemanha revela Wolfgang Ratichius e seus estudos sobre questões relativas ao ensino e nossos métodos e João Amos Comenius, com a *Didática Magna*.

---

<sup>18</sup> Como escrito pelo autor

<sup>19</sup> Como escrito pelo autor

<sup>20</sup> Como escrito pelo autor

<sup>21</sup> Como escrito pelo autor

Discute também a educação no Brasil ainda como colônia de Portugal e a importante influência dos holandeses e do príncipe Nassau. Relembra Rocha Pombo e a criação das escolas régias, o seminário de Olinda, a expulsão dos jesuítas por decreto de Portugal.

Com o passar dos anos as ideias de novos pensadores também são lembradas, como Rousseau e sua obra *Emilio*, as influências que proporcionaram em Manoel Kant e Koenigsberg, entre outros. Em filosofia apresenta Estevão Condilac e Diniz Diderot. Menciona ainda o surgimento de Pestalozzi e como se falar a alma da criança; as concepções de Froebel e Girard.

Voltando seu foco às mudanças que aconteciam no Brasil, Silveira lembra a importante vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e todos os avanços que foram providenciados: abertura do curso de medicina; curso da academia militar; aulas de comércio; ensino de ciências e belas artes e sua aplicação na indústria, por decreto de D. João, entre outros. Carlos da Silveira apresenta a história da instrução brasileira, o ensino feminino e a abertura de escolas normais, a Exposição Pedagógica realizada no Rio de Janeiro e por fim a apresentação de trabalho escrito do Senhor Barão de Macahubas (Dr. Abilio Cesar Borges) em um congresso pedagógico em Buenos Aires.

Ainda nesse artigo, Carlos da Silveira apresenta as características do ensino público no Brasil: 1º) descentralização muito pronunciada: alerta para a falta de recurso em alguns estados e a incapacidade e pobreza das Câmaras Municipais; 2º) gratuidade: era condizente com o ensino primário gratuito, mas não para todos os graus de ensino; 3º) não obrigatoriedade: lembrando que não existia a obrigatoriedade de ensino, principalmente o ensino primário; 4º) Laicismo: compreende que quem deveria ensinar as crenças religiosas é a família e não o Estado.

Conclui seu texto com a seguinte frase de Horacio Mann: “A educação é a nossa salvaguarda política: fora dessa arca não há senão o dilúvio”, e cita ainda: não nos esqueçamos de que a última recomendação de Jorge Washington aos seus concidadãos foi esta ‘Instruí o povo!’.” (1918, p.30)

O professor Dr. Carlos da Silveira, como é possível notar neste texto, reivindica uma educação pública, gratuita, de qualidade e laica. Já nessa época faz coro a outros intelectuais que apresentam a defesa de ideias para a Educação Brasileira, ideias estas que só anos depois, em 1932, seriam defendidas na forma de um Manifesto.

Em *Do papel educativo da Escola Primária* do anno 6, n.11, dez., 1921, e *Do papel educativo da Escola Primária II* presente na revista no anno 7, n.12, dez., 1922, o autor debruça-se sobre uma publicação belga destinada a professores do próprio país, ilustrando o

papel educativo da Escola Primária e o ensino na Bélgica. No decorrer dos dois artigos, Carlos da Silveira analisa o documento, que trata de deveres da educação belga, com um estudo dividido do seguinte modo: Educação Individual, Educação Altruísta, Educação Nacional, no qual realiza uma explanação sobre cada um dos temas. Ao descrever as aplicações da Educação Nacional presente do documento belga, o Professor diz:

É quasi inútil indicar as applicações que poderão ser feitas, no decorrer da semana, do motivo central: 'Amemos nosso paiz'. O instrutor encontrará facilmente nas obras de pedagogia, phrases simples ou complicadas, que possam segundo a grande comprehensão das crianças, servir de modelo para lições de escripta ou leitura. (dez. de 1922, p.51)

O autor apresenta nestes textos como se dá a educação em outro país, utilizando como exemplo a Bélgica que, não diferente de seu modo de pensar educação, promove a seus alunos aplicações que levam à formação cívica, ao amor a pátria que deve se dar desde sempre e dentro das escolas, mesmo que nas pequenas atividades.

Outra forma que sugere é o trabalho com as lições de *Língua materna*. Para Silveira, conhecer muito bem a língua nacional é também uma forma de união nacional. Por essa razão, dedicou um artigo inteiro para tratar desta questão e revela em *A língua pátria e a unidade nacional*, encontrado no anno2, n.3, dez., 1917, um dos primeiros aprendizados da criança, a fala, por isso compreende que a comunhão da língua é fundamental ao sentimento patriótico e é essencial na consolidação das nações. Ensinar a língua nacional é fortificar a ligação entre as pessoas sociais e fortificá-las.

Um autor francês (Joseph Boucher – Psychologie) muito familiar a todos quantos labutam nas aulas desta Escola, tratando, no seu excelente compendio, dos principaes sentimentos sociais, analisa o *sentimento patriótico*. Vejamos segundo o autor, os factores desse sentimento:

- a) Comunhão de raças;
- b) A linguagem nacional;
- c) Accôrdo de interesses econômicos;
- d) Posse de um território nacional, de ideias e costume determinado;
- e) Comunhão de sentimentos, de ideias e de costumes;
- f) Consentimento deliberado e livremente querido. (1917, p. 63).

Silveira faz análise de cada um dos itens citados pelo francês em prol da valorização da língua nacional, que expressa a origem e permite a comunicação entre os seus e promove o relacionamento social necessário. No que se refere à educação, Silveira ressalta a importância da linguagem e da comunicação destacando a língua como ferramenta fundamental para a literatura e a formação de amor e respeito para com a pátria. Finaliza o texto com um apelo.

Sejamos patriotas e bons patriotas, e um dos muitos modos, ao nosso alcance, para a pratica de um patriotismo sadio e construtivo, é falar e escrever corretamente a língua nacional, mesmo porque o ‘futuro da literatura brasileira vai talvez apresentar alguma coisa original. O Brasil cada vez mais tornara a metrópole da língua portuguesa. (1917, p. 76)

Além do patriotismo que simboliza, a língua nacional é também fonte de produção de cultura e conhecimento, por isso o autor destaca como fundamental falar e escrever bem a língua para sermos notados não apenas como a antiga colônia, mas como uma nação e uma unidade de grandeza do Brasil.

Em *Assumptos Escolares (cultura cívica - sugestões)* presente no anno6, n.10, jun., 1921, Silveira relembra a necessidade de aprender a língua nacional como forma de autonomia.

É preciso intensificar, nas escolas preliminares, e nas outras, a cultura da lingua nacional. ‘Um povo, diz Bilac, só começa a perder a sua independencia, a sua dignidade, a sua existencia autonoma, quando começa a perder o amor do idioma natal. A morte de uma nação começa sempre pelo apodrecimento de sua lingua’ (1921, p.42)

Ainda nesse artigo, o professor destaca o aprendizado cívico como essencial e julga ser necessário assumir os aspectos da cultura da pátria para a formação cívica, como por exemplo, o folclore. Para que seja uma formação duradoura, acredita que as bases devem contar com: 1) a *vida da escola*: pois é pelo trabalho e pelo amor que o ambiente escolar estará composto de inteligência, para que assim, se respeite a pátria; 2) a *música*: alegre a alma e é um belo meio para a educação cívica, repleta de cantos populares; 3) o *desenho*: por meio de um mestre hábil se ensina muito patriotismo por meio da cultura cívica e mantendo a tradição de criar imagens da pátria; 4) a *ginástica*: transbordante de coreografias inspiradas em elementos folclóricos e questões nacionais; 5) os *trabalhos manuais*: apresenta o professor Dewey como um modelo a ser seguido ao se tratar de trabalhos manuais, pois, as crianças tem seus interesses incitados pela manipulação das coisas; 6) a *língua nacional*: discorre sobre a necessidade de despertar o amor pela o idioma natal; 7) a *geografia pátria* e 8) a *história do Brasil*: se trata do esqueleto e da musculatura da pátria, pois é preciso conhecê-la para amá-la; 9) a *República-Escolar*: ensinamentos do civismo pelo ato e pela prática diária; propõe despertar o interesse pelos problemas de organização política e social; 10) as *festas propriamente escolares*: são festas de abertura e de encerramento das aulas, por exibições de música, ginástica e dança, instrui os alunos e leva a eles alegria; 11) as *festas cívicas*: é por meio delas que é depositada nas crianças a consciência para seu futuro; 12) o *escotismo*: é

uma escola de virtudes morais e cívicas com a prática diária desses preceitos, levando como grande regra da educação *aprender a fazer*.

Assim, após analisar esses artigos do professor Carlos da Silveira sobre educação, é possível concluir que, em se tratando desse assunto, fica clara a sua insistência na formação de um cidadão que se interesse pela história de seu país e que busque melhorias. O amor à pátria, a dedicação, os direitos e deveres de cidadão brasileiro colocam em evidência sua ideia de formação do novo cidadão brasileiro republicano. O professor Silveira expressa essas ideias fazendo exaltação ao civismo por pertencer a um grupo de intelectuais que defende e acredita na educação como base principal da transformação social.

Sentimento que pode ser retratado por Fernando de Azevedo ao escrever no Manifesto dos Pioneiros de 1932: “Certo, um educador pode bem ser um filósofo e deve ter sua filosofia de educação; mas, trabalhando cientificamente nesse terreno, ele deve estar tão interessado na determinação dos fins de educação quanto também dos meios de realizá-los.” (Azevedo et al., 2010, p.34). Tais ideias demonstram, segundo as crenças do manifesto, a postura que os educadores precisariam tomar com relação às suas ideias e métodos para chegar até o fim esperado.

Carlos da Silveira claramente se interessava pelo rumo que a educação iria seguir e, por acreditar que o ensino cívico e o culto à pátria possibilitariam melhorias não apenas nas questões educacionais, mas que abrangeriam também a questão social, apresenta em seus artigos sua filosofia de educação para que os fins fossem alcançados de maneira vitoriosa. Esse fato pode ser notado ao apoiar ações como: Ame a liberdade!; Defendei a Pátria!; Paguei impostos!; Votai!; Cooperai na política etc.

Boa parte destes quesitos que foram divulgados nos textos é apresentada também pela *Liga de Defesa Nacional*, de Bilac, que foi ganhando ênfase com o final da Grande Guerra e o surgimento de demais *Ligas* que voltavam suas preocupações para a alfabetização da população. Essa é uma das causas pelas quais o Professor escreve em seu texto: “Instrui o povo!”.

Nagle (1974) relembra: “a Constituição Federal no seu art. 70, §2.º impede que o analfabeto tenha vontade política” (p.103). Assim, defendia-se a disseminação do ensino, principalmente o ensino primário, no intuito de combater uma “minoridade insignificante que fala, vota e determina” (p.102). Utilizando como exemplo um dos relatórios, Nagle (1974) ainda argumenta: “é sabido que a causa primordial de todos os nossos males é o analfabetismo, que traz como consequência inevitável a ausência de cultura cívica e política, a ignorância dos preceitos higiênicos, a incapacidade para grande número de profissões”

(NAGLE, 1974, p.103). Vislumbra-se, assim, a educação como forma de melhor desenvolvimento nacional, uma educação voltada para a vida social.

Carlos da Silveira emprega e apoia estas ideias e, ainda mais, utiliza da educação cívica por acreditar nesta transformação, neste entusiasmo pela educação como promessa de modificação.

Realizadas as discussões em torno da concepção de educação é preciso agora compreender os embates sobre a Pedagogia, isto é, as concepções que Silveira defendeu em suas discussões sobre como realizar essa educação, por quais métodos e meios. Assim será possível interpretar suas ideias de uma maneira mais completa

## 6.2. PEDAGOGIA

No que tange suas ideias sobre Pedagogia, Carlos da Silveira apresenta a necessidade de mudança, de novidades, de uma formação nova. A mudança nas escolas preliminares deve, segundo ele, acontecer inicialmente nas Escolas Normais, que têm como função estimular seus alunos com pensamentos de Comenius, Pestalozzi, Girard e Montessori, Dewey. Nos artigos que escreveu deixa transparecer suas ideias sobre Pedagogia e as influências que recebeu dos estudiosos acima citados.

Em *Assumptos Escolares (cultura cívica - sugestões)* anno6, n.10, jun., 1921, faz a crítica ao modelo de escola e educação que está longe do ideal

Em que pese aos que acham a escola brasileira de hoje bastante perfeita, parece a um observador mais attento, que ella está ainda longe do ponto a que deve chegar. Escola que se limite apenas a instuir, nos programmas em vigor, sem procurar a formação de habitos novos, não é escola de que o Brasil precisa. (1921, p.34)

Silveira apresenta neste artigo uma discussão sobre o fazer e os trabalhos manuais. As discussões pedagógicas surgem com referencial caracterizando as ideias da escola nova.

A formação da infância, trabalho ainda não devidamente considerado entre nós, é uma obra de alegria vivificadora, de fé intensa. Onde se não aninharem taes qualidades, ahi não existirá um educador. Os COMENIUS, os PESTALOZZI, os GIRARD, as MONTESSORI são typos essencialmente vibráteis, crentes, possuídos de uma enorme bondade. Quem ler com cuidado as páginas da 'Antropologia Pedagógica' da criadora das 'Casas dei Bambini' perceberá logo em que consiste o segredo dos grandes educadores. (1921, p. 35).

Para Carlos da Silveira a instrução é de fato muito importante, mas não apenas a instrução em si, mas a formação de grandes educadores com ideias novas e concepções diferenciadas das que vinham sendo promovidas até então.

Palavras cheias de emoção como aquelas de MARIA MONTESSORI jamais foram ditas pelos frios e indiferentes pesquisadores das fraquezas humanas; nunca os lábios da descrença pronunciaram na regeneração humana pela obra da escola, como afirmava o grande HORACIO MANN<sup>22</sup>. (p.35)

Silveira posiciona-se a respeito da disciplina de *Trabalhos Manuaes* e a aplicação desta atividade entre os homens e as mulheres. Os primeiros trabalhavam com barro e madeira e as mulheres com prendas domésticas, bordados e rendas, o que era prejudicial ao desenvolvimento “desta admirável disciplina educativa no Brasil” (p.40). Cita Dewey como exemplo de promover o trabalho manual. “A evolução da criança sob a influência da educação, passa pelas phases de formação que teem caracterizado a evolução da humanidade e especialmente a raça aryana através das idades.” (p.40). Apresenta Dewey como uma sugestão de métodos para esta nova proposta de educação.

Em *Questões do Ensino Normal*, anno6, n.10, jun., 1921, analisa o ensino normal dividido em dois grupos: o primeiro composto de língua e ciências e o segundo por algumas artes. A proposta era uma reforma em relação ao Ensino Normal, compreendendo que havia um desinteresse dos alunos normais em relação ao segundo grupo. Para o professor Carlos era fundamental que *alunos-mestres* valorizassem quatro disciplinas de modo educativo: a música, o desenho, a ginástica e o trabalho manual. Apresenta então sua concepção pedagógica e psicológica sobre tais disciplinas.

A *Música*, segundo ele, é essencial à criança, pois há a necessidade de cantar para renovar o ar, para acalmar na realização de uma atividade. O professor deve vigiar não como uma aula no conservatório, mas para que possam ter liberdade e se divirtam livremente, entregues a sua própria iniciativa. “Deixem-se de lado os preconceitos, para que as escolas preliminares sejam o que devem ser: verdadeiros centros de alegria e trabalho fecundo” (p.41). Esclarece ainda mais sua opinião sobre a importância dessa disciplina ao dizer:

*Jardim de crianças* chamou Froebel às escolas infantis, porque alli o ensino devia conservar e augmentar os estimulantes psychicos que o genio de Montessori tão bem condensou nas suas *Case dei Bambini*. Conservamos a santa alegria das nossas crianças, para que dellas se forme uma mocidade sadia e bem disposta [...] (1921, p.43)

---

<sup>22</sup> Educador norte americano e abolicionista, teve um papel na criação de escolas para surdos e mudos.

*Esriptura Mercantil*, para Silveira não é pedagógica, mas é válida de modo que ajude o mestre a argumentar e lutar por seu salário;

Sobre a disciplina de *Caligraphia e Desenho*, Silveira faz uso das palavras de Pestalozzi para iniciar seu texto e esclarecer a relevância de tais atividades como disciplina: *Dizia o bom Pestalozzi: a actividade é uma lei da meninice: ensinai os meninos a fazer; educai a mão* (1921, p.44). O desenho está associado à caligrafia, pois ele, por si só, já a estimula. O esperado é que o *aluno-mestre* aprenda o desenho como uma orientação patriótica, pois se entende que o desenho possibilitava melhorias na grafia, ou seja, escrita. *Gymnastica Educativa* ressalta a estética, a harmonia do movimento, a fim de desenvolver perfeito equilíbrio à musculatura. Deve-se considerar também “a formação do habitus de iniciativa, destreza, coragem, tenacidade, e tantas belas qualidades de caráter que nunca são demasiadas a quaesquer povos” (1921, p.47). O professor lembra, ainda, que essa disciplina tem por finalidade desenvolver outras qualidades como atenção, reflexão, juízo, iniciativa, espírito de solidariedade etc.

Na disciplina de *Trabalhos Manuaes*, Carlos da Silveira faz uma crítica aos brasileiros que pouco tem se interessado sobre tal atividade e utilizam-se posteriormente de pesquisas de outros, como por exemplos dos norte americanos.

Os trabalhos manuais promovem uma forma de educação pela ação e para explicar a disciplina cita nomes como Froebel e Dewey. A expressão utilizada para essa educação pela ação é “*slojd*”. “É de observação corrente no nosso professorado, que a criança brasileira é viva, esperta, irrequieta. É também de observação vulgar que ‘a actividade sem juizo é mais ruinosa que a preguiça’.” (1921, p.56).

Silveira discute de maneira clara suas concepções de uma Pedagogia ativa, de professores que estimulem seus alunos e os observem. Além disso, retoma os benefícios oriundos de cada disciplina: as qualidades do corpo físico pela ginástica, a alegria pela música e a ação pelos trabalhos manuais. *História da Pedagogia*, anno1, n.2, jun., 1917, é uma publicação que apresenta alguns dos principais autores e obras que tratam sobre assuntos pedagógicos, dividida por tópicos e por períodos como forma de lembrar os fatos mais importantes na história da pedagogia. Sua divisão foi realizada da seguinte maneira: 2- *A pedagogia na Idade Média (até 476 da era christã)*: A) *Povos orientais*: dentre eles cita China, Índia, Pérsia, Assyria, Egypto, Palestina. B) *Pedagogia humanista*: com destaque para Sparta e Athenas; Grécia com educadores como Pitágoras; Roma e educadores como Cícero, Plutarco etc;



3- *A Pedagogia na Idade Média (de 476 até 1453)*: educação cristã; Carlos Magno; segunda renascença; estudos e universidades; humanistas do século XV; e a cavalaria, árabe;

4- *A pedagogia na Idade Moderna (de 1453 até 1789)*: cita a Reforma Religiosa; Martinho Lutero; a restauração católica e os jesuítas; o Movimento Renascentista filosófico; e os filósofos Rabelais e Montaigne. Como principais filósofos e pedagogos do século XVII, apresenta: Bacon; Descartes; Raticius; Comenius; Fénelon; João Locke; Bossuet. Como *congregações religiosas de ensinamento*: A escola primária católica La Salle; e educação para mulheres. No século XVIII encontram-se: Rousseau; a escola filantrópica de Basedow; Guts-Muths; Salzaman; Rochow; Kant; Felbiger; Rollin. Entre os filósofos franceses destacam-se: Condillac; Diderot. A respeito do ensino nacional na França revelam-se: Helvécio, La Cho e Roland. Nomeados como pedagogistas da Revolução Francesa: Mirabeau, Talleyrand, Condorcet e Lankanal.

5- *A pedagogia na Idade Contemporânea (de 1789 em diante)*. Dos pedagogos, ganham destaque: Pestalozzi, Girard, Hebart, Froebel (e o jardim de infância). Refere-se também a: pedagogia dos anormais; o Movimento Pedagógico na França, pós Revolução Francesa; pedagogia inglesa no século XX.

6- *Esboço histórico da Instrução no Brasil* com divisão entre datas: século XVI (de 1501- 1600); século XVII (de 1601-1700); século XVIII (de 1801-1900); século XIX (de 1801-1900); e por fim, a Instrução no Estado de São Paulo a partir do Decreto de 12 de Março de 1890.

Sem muitos detalhes, Carlos da Silveira apresenta, apenas como modo de lembrar a História da Pedagogia, um “programa” separado por períodos, destacando nomes de importantes pedagogos que o lente cita ao longo de outros artigos que publicou.

Em *História da Instrução e da Educação no Brasil* (anno3, n.4, jun., 1918.), *História da Instrução e da Educação no Brasil II* (anno 3, n.5, dez., 1918.) e *História da Instrução e da Educação no Brasil - conclusão* (anno 3, n.6, jun., 1919), o autor escreve três textos para lembrar a relevância da História da Educação, que acreditava não estar sendo valorizada. Assim, apresenta estes trabalhos para que os jovens alunos conheçam a história da civilização e da educação do país. Para tanto, realiza uma explanação da educação no Brasil desde o trabalho dos padres da Companhia de Jesus, passando pelas Reformas Pombalinas, a Independência do Brasil, até meados de 1900 e destaca a tendência de *fortes surtos pedagógicos, principalmente em alguns Estados e na última década (hist da instl. p.5)*. Discute, ainda, a importância de jovens que estudavam na Europa e consigo traziam novas ideias.

Um dos grandes nomes que ganham destaque na Europa na questão escolar, nesse período, é o de Rousseau (1712-1778), sendo a obra “Emílio” a principal influência no mundo europeu. Na filosofia citava-se Estevão Candillac (1715-1780) e Diniz Diderot (1713-1784); La Cholotais (1701-1785) ganha destaque com “Tratado da Educação Nacional”. Pestalozzi (1746-1827) mostrava a intuição sensível, intelectual e moral, apontando o verdadeiro caminho para “falar” a alma da criança. Na Alemanha, Girard (1765-1850); Herbert (1776-1841); e também Froebel (1782-1841) são apresentados como destaque e glória do país sobre o assunto da instrução pública.

Em seus estudos no exterior traziam consigo conhecimentos, o que promoveu a nação todo o movimento de teorias diante do processo educacional, colaborando no “ensino primario publico e leigo, gratuito e obrigatorio, aceitando já as consciencias, de boa mente, estas inovações consideradas perigosas em outras era” (nº 5, 1918, p.17).

Esses fatos influenciaram a concepção de educação, porém Silveira recomenda duas medidas pedagógicas em favor do patriotismo, sendo a primeira a fiscalização de escolas estrangeiras que não valorizam a história nem a geografia do Brasil; a segunda referente à criação da *Escola Nacional Primária* para formar o civismo dos futuros cidadãos.

Como sua última participação no periódico no ano 8, n.13, dez., 1923, Silveira apresenta seu texto *Discurso*, proferido solenemente para a turma de formandos da Escola Normal do Braz em 1922. Nele, exalta a Escola Normal como um espaço que contribuía para a melhoria da cultura brasileira e para o exercício da função educativa como proveito social. Descreve os formandos como brasileiros que descobriram um novo Brasil. “Compete aos nossos estudiosos, á nata intelectual do Brasil, enorme tarefa no sondar os locuminoris resistentice da nacionalidade e aponta-los a nós outros, obreiros, cuja acção, seja ella efficientissima, não comporta as indagações determinates.” (1923, p.5). Deixa ainda o desejo de que se aponte aos demais o civismo, de que se mostrem às crianças os heróis da nação e de que a escola se torne cada vez mais proveitosa, que forme hábitos de amor à pátria e ao próximo. Incentiva os formandos a confiar na escola e no seu trabalho de instruir o povo. Cita Montessori e o sucesso de seu método, que provou que é possível ensinar as crianças pobres. Pede à turma de formandos otimismo e finaliza sua participação apresentando o magistério como um posto de sacrifícios que coincide com a verdadeira Renascença brasileira, com trabalhos exemplares daqueles que promovem a perpetuação da pátria.

Lembra aos formandos concepções e ideias que não devem ser esquecidas após a formação como educadores

Esta sentença do verso daquele agudo engenho poético latino parece ter sido inspiradora de João Jacques Rousseau, o genial autor do “Emílio”, incontestavelmente um dos factores do renome pedagógico do século XX, visto como, nas paginas roussonianas do livro revolucionário, encontra-se, a cada passo a ideia fundamental do respeito que deve ser tido pela pureza das crianças, as quaes não é lícito perverter com ensino maldoso, pessimista, arremedo de escola, contrafacção das ideias-mães pregadas e seguidas pelos delicados espíritos dos Gerson, Montaigne, Comenius, Fénelon, Froebel e tantos mais, ideias que são alicerce da pedagogia clássica (1923, p. 10).

Ao analisar todos os artigos de Carlos da Silveira presente, no periódico, nota-se sua preocupação em sempre transmitir um ensino pautado em uma pedagogia nova, com ideias “revolucionárias”, como as de Rousseau, dedicando-se a um ensino que promova nas crianças o desejo de aprender.

Expressa ainda o desejo de que os novos mestres não se esqueçam de suas missões, de serem grandes educadores.

Compenetrai-vos da importância da vossa missão. Lêde a vida dos grandes educadores, porque, se há leitura própria para os mestres de qualquer grau, é essa, cheia dos mais ricos ensinamentos. A biografia de João Henrique Pestalozzi, a de João Baptista Girard, a de Horacio Mann são maravilhosas pelo que deixam de conforto a energia de nós. Convivei, em espírito, com os grandes educadores e com os philosophos da educação. Nenhuma companhia ser-vos-á mais propicia do que essa. Se ao lerdes a vida daqueles três vultos que acabei de citar, não sentirdes um frémito de entusiasmo, aliado a uma sympathia imensa pela causa que defenderam, então abandonai o magistério, porque não nascestes para essa empresa, ele será um clima inadequado para as vossas tendências. (1923, p.15)

Não apresenta apenas indicações de leituras para professores, apresenta aos formandos ensinamentos e biografias de grandes educadores como exemplo e como termômetro para a aptidão a estarem no campo da educação.

Ao tratar sobre pedagogia, cita sempre como referencial as ideias de grandes educadores internacionais, mesmo que de modo não tão aprofundado. Em quase todos seus trabalhos cita grandes nomes como os de: *Froebel, Pestalozzi, Montessori, Dewey, Claparède, Montaigne, Kant, Girard, Rousseau etc.* Todos transmitem novas ideias, uma educação ativa, levando os alunos a refletirem sobre suas ações, ou seja, “fazer para aprender”. Silveira, entretanto, promove toda essa discussão sem deixar a sua gênese, ou seja, sem se esquecer de ser um brasileiro.

“A Escola Normal criará bons mestres; estes, elevando o nível das habilitações de seus discípulos, derramarão pela sociedade as primeiras riquezas do espírito, sólida, estimável e luminosa instrução elementar” (MONARCHA 1999 p.92). Tais palavras são também de grande estima do Professor Silveira, pois, sendo ele aluno e professor de Escola Normal, acreditava que seria por meio da educação e principalmente da educação primária que seriam

promovidas melhorias. Silveira confirma ser fundamental promover boas escolas de educação de ensino primário, mas mais do que isto, fornecer um ensino normal de qualidade, pois é dela que sairão os futuros professores. A educação atrelada a novos métodos que inspiram o professor Carlos da Silveira a pensar em uma educação nova, e conseqüentemente em uma pedagogia nova, decorrente de métodos de ensino diferenciados do ensino tradicional.

Assim como descrito no Manifesto dos Pioneiros de 1932: “À luz dessas verdades e sob a inspiração de novos ideais de educação, foi que se gerou, no Brasil, o movimento de reconstrução educacional.” (p.34). Carlos da Silveira, simpatizante e adepto dos ideários escolanovistas, acredita também que a educação promovida de maneira completa em cada um dos indivíduos possibilita o desenvolvimento do país concomitantemente. As crianças, desde a mais tenra idade devem ser auxiliadas e acompanhadas nesse processo, por isso zela tanto pela qualidade profissional da formação dos professores.

Para um Brasil novo, uma escola nova. Nova, antes de tudo, pela reforma de sua finalidade. A escola pública não pode continuar a ser um aparelho formal de alfabetização, ou simples máquina que prepara alunos para certificados de exames e de conclusão de curso, segundo programas elaborados em abstrato, para uma criança ideal, que não existe, programas que tem sido os mesmos, para a praia e para o sertão, para o planalto do café, e as barrancas do Paraná. Tem que ser o organismo vivo, capaz de refletir o meio, e de cooperar para a melhoria dos costumes. Tem que ser um órgão de adaptação e de coordenação. (MONARCHA, 2009, p.167 apud LOURENÇO FILHO, 1930<sup>a</sup>, p.4-5).

Aqui Monarcha (2009) expressa a visão de um dos signatários do Manifesto de 32, uma proposta de “melhoria dos costumes”, a escola nova. Para essa finalidade era preciso a utilização de novos métodos não pensados com base em um aluno ideal inexistente. Completando essas ideias utiliza-se de Vivacqua (1930) para dizer que “a escola deve ser, como preconiza John Dewey, o ambiente natural em que a criança aprende vivendo.” (MONARCHA, 2009, p.163).

Essas concepções, também referidas anteriormente por Carlos da Silveira, apresentam uma pedagogia com base na experiência, na prática, no fazer, em atividades e trabalhos manuais. Assim a formação estaria relacionada com o desenvolvimento para a vida

Professor e aluno trabalham em comum. E para entrar na vida real que o aluno deve viver, extirpa-se o artificialismo, substituindo-o pelas instituições sociais, em que são praticados deveres e obrigações de sociedade tornando assim a educação não a teoria de vida, mas a própria vida. (MONARCHA, 2009, p.176).

Para o professor Silveira, o funcionamento desta proposta de Pedagogia estava coligado à compreensão de mecanismos e à utilização da psicologia, por isso prezava tanto os estudos psicológicos, discussão que será apresentada no próximo subitem.

### 6.3. PSICOLOGIA

Analisando novamente *Assumptos Escolares (cultura cívica – sugestões)*, anno6, n.10, jun., 1921, nota-se que Carlos da Silveira descreve caminhos para a melhoria dos docentes, contando com novos caminhos da pedagogia, mas, sobretudo com o apoio da psicologia. “A formação psychicaconsciente e subconsciente do professorado (esta, sobretudo) há de merecer, nas Normas, os melhores carinhos”. (1921, p. 35). O autor revela a importância da psicologia principalmente para os professores da escola normal. Discute ainda a importância das festas nacionais, citando como exemplo o folclore, apontando a necessidade de festejá-lo, principalmente no ambiente escolar e esclarecendo que não existe um modelo certo para que elas aconteçam:

Nem venha dizer, como já li há tempos, que essas festas não devem ser feitas deste ou daquele modo porque podem levar a criança ao fetichismo, ao sabeismo, a idolatria... aopolytheismo, afinal, e quem sabe se até ao pantheismo?! Vãos temores esses. Há, na apreciação, ignorância da evolução dos interesses infantis, e muito preconceito de adulto (*preconceitos TELEIOMORFICAS*, de Ed. Claparède) (p. 44)

Neste trecho Carlos da Silveira descreve algumas questões do desenvolvimento infantil e algumas crenças que geram ações não desejadas nas crianças, a preocupação com a educação infantil e o desenvolvimento que as festas podem promover. Para descrever sua opinião sobre tais pensamentos, utiliza como material de referência Claparède.

Para esclarecer um pouco mais sua posição perante as festas e a interferência que promovem no desenvolvimento infantil escreve o seguinte:

É preciso que ellas, as festas cívicas, sejam feitas, porque só assim depositarão no fundo da consciência da criança um conjunto de imagens e ideias que mais tarde guiarão todos os actos da vida do indivíduo: é, em resumo, a formação da criança e o prestígio da escola. (p.44)

O professor Silveira apresenta neste parágrafo a importância das festas cívicas como forma de inculcar os ideais nacionais, mas utiliza aqui, um meio de ressaltar a importância de tal atividade, para comprovar sua ideia utilização do desenvolvimento infantil, ou seja, ideias da psicologia e, a sua insatisfação com aqueles que não compreendem de fato a psicologia, mas que a expressam em seus saberes o modo que acredita ser o correto, gerando uma legião de seguidores que caminham pelo erro.

No Brazil qualquer espirito leviano mette a ridículo coisas que não entende ainda o critico destruidor acha admiradores, igualmente levianos e ignorantes. Então, em coisas da escola e de psychologia infantil os sabichões contam-se ás dúzias... para destruir, para derrocar, para ridicularizar... Onde, entretanto, qualquer voz desses autorizados censores já levantou para a cooperação, coisa que não existe entre nós e

de que temos tanta urgente necessidade?... Assim o praticam, no entanto, todos os verdadeiros amigos da escola, procurando AUXILIAR e CONSTRUIR. Demais, a escola prepara para a vida e não para a escola. (p.44)

Tal citação expressa de maneira bem atraente e convincente as ideias do professor sobre a psicologia neste período. O trecho acima nos apresenta duas discussões principais: primeiramente a ignorância de muitas pessoas sobre tal assunto e a utilização da psicologia infantil, de maneira errônea, apontando ainda para a não consolidação e compreensão sobre o assunto. O segundo fato que chama atenção são as palavras que escreve de maneira destacadas, “auxiliar” e “construir”. Escreve essas duas ações como funções que devem ser realizadas pelos verdadeiros amigos da escola. Como a escola prepara para a vida, cabe ao professor dar este auxílio aos seus alunos, desta maneira pode-se compreender a psicologia (auxiliar) a partir da pedagogia (construir), dois conceitos que para ele deveriam estar unidos para promover uma nova educação.

As *Questões do Ensino Normal*, anno6, n.10, jun., 1921, também já discutidas, desvelam a concepção de psicologia do psicólogo e neurologista Edouard Claparède, que realizou estudos na área da psicologia infantil.

Ao ressaltar a importância da criança de aprender *Música*, Silveira discute sobre os benefícios que proporciona o cantar como modo de renovar o ar e também de ajudar o físico e o psicológico frente a uma atividade ou tarefa. Ele cita Claparède para explicar que não há a necessidade da criança cantar como um adulto.

A criança deve por em acção os seus pulmões: se não conseguir cantar, não faz mal que grite um pouco; pior é que se cale. O que não for isso é estar fora do terreno infantil e querer para a infância um regime de severidade e de modos graves de adultos, o que é, de certo, ridículo. São preconceitos de adultos aplicados á criança, são os taes *preconceitos teleiomorphicos*, de CLAPARÈDE, infelizmente ainda tão comuns no nosso meio escolar infantil. (1921, p.41)

O professor se mostra contrário ao preconceito para com as crianças e incentiva que todos participem, ainda que da maneira não mais apropriada.

As dicas para a *Gymnastica Educativa* é que seja compreendida como educativa, como modo de preparar o aluno-mestre a praticar de forma eficiente a disciplina na escola para que possa também passar essa missão aos seus alunos. É importante entender que as crianças são alunos e não acrobatas, ou seja, são limitadas fisicamente, mas que a prática de atividade física seja estimulada por meio de programas que ressaltem a estética, a harmonia do movimento e que o atleta alcance o perfeito equilíbrio da musculatura sólida e rígida, assim, as atividades acontecerão “pelo habito de obedecer, pelo de mandar, pelo esforço em executar do melhor modo a resolução tomada e, no exercício livre, pela formação de hábitos de

iniciativa, destreza, coragem tenacidade” (1921, p.47). Carlos da Silveira cita Gustavo Le Bon<sup>23</sup> para manifestar suas ideias de psicologia sobre a ginástica.

‘O que eu peço á instrução e á educação, diz GUSTAVO LE BOM, é que desenvolvam o espírito de observação e de reflexão, a vontade, o juízo, a iniciativa. Com essas qualidades o homem sempre vence naquilo que empreende, e aprende o que quiser quando isso necessário lhe for. (1921, p. 47)

Nos artigos em que aborda a questão da psicologia, Carlos da Silveira descreve estudos e estudiosos do desenvolvimento infantil e também autores do movimento da escola nova, anterior ao Manifesto dos Pioneiros. Os estudos sobre o corpo humano caracterizam a formação humana juntamente com a psicologia.

Em *A língua pátria e a unidade nacional*, do anno2, n.3, dez., 1917, Silveira caracteriza a língua falada como modo de interação. Recebe o nome de *língua* o conjunto de sinais escritos, falados, ouvidos e lidos e, portanto, entender a língua é entender os sinais de um povo e expressar pensamentos e impressões, “recebendo de outrem imagens auditivas ou visuais” (p.66). A função da língua é provada, desta maneira, como fundamental no meio social.

A função da palavra *falada* ou *escrita* é, como vêdes, importantíssima e tem um *aspecto social*, conectivo que é, permitido, facilitando e intensificando o comercio de ideias e de emoções entre seres humanos, e um *aspectos psicologico* como fator potente de desenvolvimento cerebral, já pelo que crescem os neurônios quando da fixação de 4 espécies de imagens (duas apenas para analfabetos) já pelas relações numerosas condicionadas pelos centros de associação que o cérebro contém; e mais ainda a desenvolução do nosso principal centro nervoso é tão ligada a imagem que é possível aferir a potencia mental do individuo pelo modo como exprima seus juízos em simples conversa. (1917, p. 66).

Ele expressa, assim, as ideias que a linguagem promove no cérebro e na formação como ser humano. Silveira apresenta neste texto a linguagem como função psicológica e de desenvolvimento.

Relacionando a psicologia com questões do higienismo, o artigo publicado no anno 6, n.11, dez., 1921, o artigo *Do papel educativo da Escola Primaria*, traz um folheto destinado à orientação dos professores primários da Bélgica que o professor Carlos da Silveira apresenta e descreve como ações importantes a serem pensadas e realizadas. O folheto expõe lições importantes sobre a questão da higiene geral do corpo. Isso caracteriza a preocupação com a saúde conciliada ao desenvolvimento humano e, também com a prevenção de doenças nervosas e mentais, em especial a preocupação com o sistema nervoso.

---

<sup>23</sup> Psicólogo e sociólogo francês que apresentou obras como superioridade racial e psicologia das massas.

*Sejamos asseitados* – A limpeza do corpo. – A pele, sua função fisiológica, poeira, irritação cutânea, banhos e banhos-duchas. – As mãos; lavemos as mãos antes de nos assentarmos á mesa: o typho tem sido chamado a moléstia das mãos sujas. – Os dentes: a limpeza evita a cárie. – A cabeleira (o cabelo) e seus parasitos: meios de evita-los e de combatê-los. – Os olhos devem ser lavados todas as manhãs em agua límpida. – Os ouvidos: limpeza quotidiana por meio de uma toalha; perigo de se servir de objetos duros ou pontudos. – O nariz: como e porque é preciso assoar-se regularmente; obstrução possível da trompa d’ Eustachio. – A limpeza das roupas: a criança deve zelar disso, ela própria, desde cedo, afim de poupar o trabalho da manhã e de tornar-se independente. – A limpeza dos cadernos e dos livros: conselhos práticos. – A agua: usemo-la abundantemente para cuidados de limpeza. – Os alimentos: limpeza dos recipientes; guardar os alimentos ao abrigo das poeiras e das moscas; guerra ás moscas; limpeza da mamadeira: gastro-enterite. – Limpeza da habitação, da escola: o aluno deve contribuir praticamente para isso. – Limpeza da rua e dos logares públicos; não os sujar. Código penal, art. 552, §5, art. 551, §3. – Instauração, nas escolas guardiãs e nas classes primarias do grau inferior, da vista diária da limpeza. – Asseio da saúde! (1921, p. 10)

Carlos da Silveira apresenta nesta passagem do folheto regras básicas de higiene para o bom desenvolvimento humano e regras de higiene para a melhor conservação do ambiente e, conseqüentemente, melhor desenvolvimento no espaço escolar.

Para a psicologia da época, a higiene do corpo era considerada uma forma de auxiliar no melhor desenvolvimento da mente. “O sistema educacional deveria aplicar os conhecimentos da Psicologia no tocante à mensuração e à verificação da capacidade mental do aluno, para que este pudesse ser mais bem atendido e melhorasse o seu rendimento escolar.” (MANSANERA; SILVA, 2000, p.124).

Como breve conclusão sobre as discussões da doutrina de psicologia, pode-se dizer que o professor abordava principalmente questões de higiene, apresentadas aos normalistas como algo primordial, ao mesmo tempo em que discutia questões sobre o corpo humano e seu desenvolvimento. Em seus artigos da Revista Escola Normal de São Carlos, Silveira relembra o quanto os estudos de psicologia são essenciais a qualquer aluno de pedagogia, principalmente no que refere à psicologia experimental, expressa por meio de ações, do agir e interagir no ambiente, aprender, decidir e agir durante a aprendizagem. Assim, Carlos da Silveira compreende que a psicologia caminha juntamente com as ideias pedagógicas, por isso, ao tratar de psicologia, destaca como principal referência de estudo, Claparède.

No Manifesto dos Pioneiros de 1932, podemos citar que “os progressos da psicologia aplicada à criança começaram a dar à educação bases científicas, os estudos sociológicos, definindo a posição da escola em face da vida, nos trouxeram uma consciência mais nítida da sua função social e da estreiteza relativa de seu círculo de ação.” (Azevedo et al, 2010, p.61). Portanto, subentende-se que é função da escola, ou seja, da educação, educar para a vida e para o desenvolvimento completo do indivíduo, cabendo assim também auxiliar no desenvolvimento social. Por isso Silveira aborda questões referentes a essa temática,



incentivando o desenvolvimento do corpo, com cuidados e higienização, e também da mente, argumentando de forma enfática sobre a necessidade de desenvolvimento completo do ser humano, a necessidade de desenvolvimento completo do ser humano, sendo a infância a fase essencial para proporcionar um impulso a esse desenvolvimento.

Ainda utilizando do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932, Azevedo et al (2010), mencionam que

O que distingue da escola tradicional a escola nova não é, de fato, a predominância dos trabalhos de base manual e corporal, mas a presença, em todas suas atividades, do fator psicobiológico do interesse, que é a primeira condição de uma atividade espontânea e o estímulo constante ao educando (criança, adolescente ou jovem) a buscar todos os recursos ao seu alcance, “graças à força de atração das necessidades profundamente sentidas” (p.49).

A utilização dos trabalhos manuais e corporais tem sua importância para o desenvolvimento, mas não é o único fator importante segundo a concepção da escola nova. Esta leva em consideração principalmente o fator psicobiológico, por representar a utilização da psicologia como recurso de estímulo principal para promover a melhoria pretendida a partir da educação.

Monarcha (2009) ao argumentar sobre a formação do homem novo e moderno descreve a celebração pela *vita activa*, pela postura ativa frente ao mundo e a confiança na educação como utilização do ser humano e liberto, para que assim possa se tornar mais produtivo.

Por tanto, compreende-se que a psicologia, atrelada à pedagogia, tinha como proposta uma nova educação, uma educação que era disseminada pelo professor Carlos da Silveira intensamente por acreditar que desta forma a educação nacional levaria ao desenvolvimento do novo cidadão.



Imagem. 19: Alunos e professores em frente à Escola Normal de São Paulo em 1908.  
Fonte: [https://ieccmemorias.files.wordpress.com/2013/06/03\\_ico\\_ena.jpg](https://ieccmemorias.files.wordpress.com/2013/06/03_ico_ena.jpg)

*A não ser para um pequeno grupo de curiosos e investigadores, todas as questões que se relacionam com o desenvolvimento da instrução e da educação, no Brasil, são ignoradas e talvez mesmo desleixadas. (SILVEIRA, 1918, n.4, p.3).*

## 7. CONCLUSÕES

Ao examinar a História da Educação com base em um grande intelectual e educador nacional, foi possível compreender que a Primeira República, conhecida também como República Velha é demarcada por uma fase de transição, de novas concepções que influenciaram as ideias de um grupo de estudiosos e educadores que tinham o intuito de moldar o novo cidadão republicano, por isso, buscavam alguns novos métodos utilizados as concepções da escola nova, que tinha como uma de suas características a utilização da psicologia como recurso principal para promover melhorias pretendidas na educação e no desenvolvimento do ser humano. Além do mais, permeava neste meio o anseio em formar cidadãos brasileiros que cumprissem com seu papel na sociedade por completo, ou seja, incluindo seus direitos políticos.

Porém, esses pensamentos e inovações não aconteceram repentinamente ou de modo imediato. Acompanhando a transição do Império para a República, nota-se a propagação de um discurso que apontava como alvo o desejo de mudança de um país que há alguns anos antes de ser República tinha como seu chefe maior um imperador, ou seja, pouco ou nenhum espaço político, por isso almejavam em tornar de fato este país em uma nação. Em vista a todas essas transformações, tais intelectuais e educadores acreditavam que era preciso irradiar a educação, pois tinham a convicção de ser este o único caminho a seguir. Porém, para que acontecesse a instrução do povo, lembrando que a grande maioria era analfabeta, depositou uma grande confiança na formação de professores e juntamente com ela, no ensino primário. Sendo esse o principal motivo para tanto se discutir reformas como foco voltado a Escola Normal e a Escola Primária. A instrução do povo só poderia acontecer e ser de qualidade se a formação de professores também a fosse.

Muitas dessas questões se tornaram presentes na vida do professor Carlos da Silveira. Vivenciou a busca pela República e a euforia pela educação. Mudando-se para São Paulo pôde presenciar uma das principais capitais e suas questões econômicas, com a crescente produção agrária de café. Quanto às questões educacionais participou do prestígio de ser aluno-mestre de uma grande escola normal. Vivenciou a Primeira Grande Guerra e o nacionalismo cada vez mais intenso nas matérias escolares, nas discussões educacionais como, por exemplo, na própria disciplina de educação cívica. Acontecimentos com características marcantes não só no seu currículo como professor e formador de professores, mas em sua própria formação ainda como aluno.

Muitas dessas ideias contribuíram e muito para expressar, dentro de um período em que o nacionalismo já estava bastante presente, principalmente no âmbito da educação, a concepção da formação do homem republicano, fato esse é que visivelmente uma questão apresentada na grande maioria, se não em todas as publicações de que participou no periódico da Revista da Escola Normal de São Carlos.

O professor Carlos da Silveira foi adepto de muitas das ideias da Liga de Defesa Nacional, visto que, além de quase sempre abordar esse assunto, cita Bilac e a Liga em um de seus artigos. O que direciona a olhar suas ideias frente a um desejo de reconstrução do cidadão brasileiro de modo que passasse a amar sua pátria. Por isso descreve a importância dos “heróis nacionais” e a relevância da língua nacional não apenas como forma de comunicação, mas sim de identidade com a história do país. Além disso, por este motivo é possível ver em seus trabalhos uma frequente ênfase na educação cívica.

Outra Liga que é possível encontrar nas ideias do professor Silveira é a Liga Nacionalista Brasileira, com sede em São Paulo, o professor defende em seus textos objetivos pertencentes a ela, como por exemplo: o intuito de erradicar o analfabetismo e incentivar a participação nas questões políticas nacionais, a importância do voto como ferramenta de dever do cidadão patriota-nacional, além da identificação com a pátria por meio da utilização e preservação da língua materna.

Por ter se formado e lecionado no estado de São Paulo e em alguns anos de sua vida na própria Capital, Carlos da Silveira presenciou com mais intensidade alguns momentos e reflexões que foram promovidas no meio educacional. Palco de movimentos revolucionários e educacionais, a Escola Normal de São Paulo ganhou destaque no país por seus ideais e pela reforma de Caetano Campos. Uma nova educação estava sendo repensada em São Paulo com a criação de novas cadeiras graças à Reforma e a criação da Escola Modelo anexa.

Neste ambiente de escola normal em que se refletia sobre a nova educação houve ainda a contratação de professores com conhecimento em estudos norte-americanos sobre o método intuitivo e sobre demais concepções que estavam se disseminando pela Europa e pelos Estados Unidos.

O Método intuitivo teve grande divulgação dentro da educação nova sendo, assim, utilizado durante a fase da Primeira República, devido ao surgimento de novos ideais de educação. As ideias que só seriam reivindicadas de fato, em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, já começavam a ganhar seu espaço a partir da Proclamação da República e da reforma assumida por Caetano de Campos. Ainda que muito minimamente, eram concepções que estavam sendo gestadas entre os futuros mestres e seus formadores

presentes na Escola Normal de São Paulo, principalmente. Assim como muitos alunos que frequentaram a Escola Normal da Praça, Carlos da Silveira nutriu-se destas concepções.

Em sua trajetória como educador trilhou um caminho de divulgação e disseminação de suas ideias por colaborar em escolas isoladas onde poucos desejavam trabalhar. Tornou-se diretor e em um ato de crença na educação e principalmente no ensino proferido no estado de São Paulo colaborou com o *bandeirismo paulista*, isto é, levou a outros estados, neste caso mais precisamente a Sergipe, os moldes do ensino paulista. Percorreu o interior de São Paulo, lecionou importantes disciplinas em instituto de formação de professores e tanto se destacou que retornou à cidade de São Paulo, à escola que o formou, para difundir novamente entre os futuros professores o conhecimento que recebera.

Silveira teve uma carreira de divulgação dos seus ideais, por isso tanto colaborou com importantes jornais e revista. Na revista de Educação foi membro da comissão organizadora. Demonstrando tamanho papel que representava na Revista da Escola Normal de São Carlos, foi o único lente a publicar em todo os números deste tão significativo material, textos de próprio cunho em que divulgava sua crença e desejo, revelando-se claramente sua intensão para com os rumos da educação nacional.

Carlos da Silveira argumentou em seus dizeres sobre questões de psicologia, com estudos ligados ao cérebro e a biologia, ao corpo e à higiene e apresentou a psicologia em processo de consolidação. Suas abordagens demonstram as concepções de psicologia expressas no período e a relevância de tal assunto, relacionado às questões de ensino-aprendizagem, principalmente na formação e nos estudos dos alunos normalistas, sendo eles futuros professores de escolas primárias. Ao tratar da psicologia, baseou-se em estudiosos do desenvolvimento infantil como os de Claparède e Gustavo Le Bon, e até mesmo nos métodos de Pestalozzi, autores ligados ao movimento da escola nova, visto que compreendia ser fundamental o caminhar da pedagogia com bases na psicologia, pois acreditava que, desta forma, o processo de ensino e aprendizagem se daria por um método mais ativo, promovendo nos alunos atenção, interação, tomada de decisões e estímulos durante a aprendizagem.

Seus pensamentos sobre a pedagogia, que estão expressos claramente pela concordância com grandes pedagogos como Froebel, Pestalozzi, Montessori, Dewey, Montaigne, Kant, Girard, Rousseau, entre outros, traduzem um ambiente de discussão de ideais novas, com uma proposta diferenciada de ensino que acreditava ser necessário ir além de apenas instruir: era necessário promover o desejo de aprender.

Carlos da Silveira, divulgando estas ideias, promoveu a proclamação de novos métodos, que superavam o ensino tradicional, uma proposta de mudanças nos rumos da

educação tradicional. Os aspectos que estavam presentes nesta nova pedagogia proporcionavam uma era de evolução dos métodos, caminhando para um aspecto mais social e pensado por atividades e trabalhos, por isso ressalta a importância dada à disciplina de *Trabalhos Manuais*, ainda que muitos professores da mesma época não a interpretasse com o valor merecido. Essa proposta buscava a autonomia do aluno, o pensamento crítico e reflexivo, compreendendo que, desta maneira, os alunos caminhariam sim com seus passos próprios, incentivados por seu mestre. As teorias por ele compreendidas eram defendidas como um processo de evolução da civilização e da nacionalização. Acreditava que a educação promoveria estas transformações e que era de responsabilidade dos alunos de escola normal apreender, compreender e exercer estes métodos de ensino.

É possível concluir a partir de então que o professor Carlos da Silveira promovia ideias de remodelações pensadas em ordens políticas, sociais e educacionais, por acreditar na igualdade entre os homens, no direito à educação de qualidade e na função cultural e social que a nova educação proporcionaria. Vale ressaltar e lembrar que tais ideias foram divulgadas por este professor anteriormente à divulgação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, que só foi lançado em 1932, também por grandes representantes dos ideais da educação brasileira, a exemplo de: Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e muitos outros.

Sobre as concepções de educação, pelo que foi possível observar por meio das representações e ideias que compunham os textos de Carlos da Silveira, nota-se a dedicação que dispunha para tratar de assuntos como o aprendizado cívico, de modo que o aluno assumisse aspectos da cultura da pátria e o respeito para com ela, como um cidadão brasileiro que ama o seu país e cumpre seus deveres e direitos. Por isso, ressalta em seus textos, ao abordar assuntos educacionais, a importância e a necessidade de compreender a história e a geografia do Brasil como modo de se identificar e se relacionar com a nação. A evidência disso é que muitos de seus artigos trazem consigo a história da educação, da pedagogia e da instrução do país.

Como cidadão de um país que adquirira sua independência recentemente, em 1822, e que se tornou República em 1889, aproximadamente trinta anos depois das publicações de Carlos da Silveira na *Revista da Escola Normal de São Carlos*, o professor Silveira compreende ser fundamental intensificar essas discussões como forma de proporcionar essa reflexão social para a promoção da nova sociedade. Por isso persiste, em quase todas as suas produções, a importância da nacionalidade, do amor à língua e à pátria, e a lembrança de que, assim como em outros países, o Brasil também possui seus heróis nacionais e personalidades

que merecem ser destacadas. Promover essas ideias é transformar e reformar o país por meio de novas leis e de uma nova educação, transformação esta, que deveria começar com a escola normal, com o centro de formação de novos educadores que também disseminaram o ensino cívico.

Em suma, o que o Professor Dr. Carlos da Silveira buscava promover a formação completa do novo cidadão brasileiro e republicano, por isso é possível encontrar em suas teorias defesas de métodos apoiadas no novo, como forma de dar passos em direção à evolução, enquanto civilização, e alcançar a ciência desejada. Seu desejo por esta nova educação só foi possível por ter recebido também esses ideais republicanos e da nova educação pautados em métodos ativos e de interação. Tal motivo fez com que ele proferisse os valores da reconstrução da escola pública e das Ideias do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, antes mesmo de eles serem escritos em 1932.

Suas concepções, como pode ser visto, não são fruto do acaso. Elas foram, sim, acarretadas pela sua formação, pelas suas passagens no campo da educação, por ser um intelectual que estava atento às concepções e pretensões de uma época. Muito inteligente, estudava e ensinava o caminho que acreditava ser o melhor para o país: a instrução completa e nova de novos cidadãos era o caminho para alcançar realmente o crescimento e desenvolvimento total do Brasil. Silveira fazia parte de um grupo que demonstrava um forte otimismo pela educação, por isso proferia com tanta convicção suas ideias, que de fato tiveram valor muito significativo. Tanto real é este dado que muito dos seus dizeres podem ser vistos, de certa forma, em concepções e ideias de intelectuais e educadores futuros ao expressarem seus desejos e opinião sobre a educação em um sonho chamado *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932*, que vislumbrava uma reflexão sobre a organização e valores sociais frente ao campo da educação.

Analisando a dissertação de modo mais completo é importante ressaltar que para fins de esclarecimento, pude concluir juntamente com os professores que participaram da banca avaliadora final de defesa, que as ideias do professor estudado, Carlos da Silveira, apesar de divulgarem e concordar com ideias e ideais de uma proposta de educação nova, não permite nomeá-lo como um intelectual escolanovista. Homem que viveu e lecionou em um período que iniciaram discussões e propostas sobre uma educação nova, mas que tem caracterizado concretamente tais fatos em 1932, por isso ele pode ser representado como um intermediário destes acontecimentos. Interessava-se por discussões que permitia utilizar e observar de novas propostas educacionais, e, neste sentido, seus estudos colaboraram de forma ainda inicial

sobre o movimento de transição de um ensino tradicional para uma educação nova, ou seja, para o início do movimento escolanovista.

Assim, acredita-se que a partir desta dissertação não foram concluídos estudos sobre vida e obras do professor Silveira, mas sim, que foi possível realizar uma colaboração na divulgação desta personalidade que participou seu papel de maneira importantíssima na educação e na história nacional brasileira. Estudo que abre espaço para descrever e compreender tão grande personalidade e colabora ainda que de maneira inicial para realização de demais estudos.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. Currículos da Escola Normal Paulista (1846-1920): Revendo uma Trajetória. *Revista Brasileira Est. Pedag.* Brasília, v.76, p.665-689, set./dez. 1995.

AURAS, G. M. T. “Uma Vez Normalista, Sempre Normalista” a Presença do Método de Ensino Intuitivo ou Lições de Coisas na Construção de um Habitus Pedagógico (Escola Normal Catarinense 1911-1935). Universidade Federal do Paraná. 2005.

AZEVEDO, C. B. de. Rodrigues Dória, Carlos da Silveira e a Reforma de implantação dos grupos escolares em Sergipe. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.37, p. 134-150, mar. 2010 - ISSN: 1676- 2584.

AZEVEDO, F. et al. *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) E dos Educadores (1959)*. Coleção Educadores. Ministério da Educação (ME). Recife: Massangana, 2010.

BALDAN, M & ARCE, A. *Ideias Pedagógicas em disputa no século XX: aspectos da tradição e da modernidade*. São Carlos, Projeto de Pesquisa (não publicado), 2012.

BRANDÃO, M. A. L. *Almanaque de São Carlos – SP: Vicente Camargo e o teatro estudantil*. São Carlos: Andersen Bianchi, 2011.

CARVALHO, J. M. *Os Bestializados: Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras e Artes, 1987.

CARVALHO, M. C. de C. *Sampaio Dória*. Coleção Educadores MEC. Recife: Editora Massangana, 2010.

CARVALHO, M. M. C. *A Escola e a República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CARVALHO, M. M. C. A caixa de utensílios e a Biblioteca: Pedagogia e Práticas de Leitura – in Hilsdorf, L. S. & Vidal, D. (orgs.) . *Brazil 500 anos: Tópicos em História da Educação*. Editora da USP: São Paulo, páginas 137-168. 2001

CATANI, D. B. Distâncias, vizinhanças, relações : comentários sobre os estudos sócio-histórico-comparados em Educação . in Nóvoa, A. & Jurgens, S (orgs.) . *A Difusão Mundial da Escola* . Educa: Lisboa/Portugal. 2000

CHARTIER, A. M. Um dispositivo sem autor: cadernos e fichários na escola primária. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. N. 03. São Paulo: Autores Associados, 2002.

CHAVES, M. Um estudo sobre a cultura escolar no Rio de Janeiro de 1930 pelas lições de história. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. N. 11. São Paulo: Autores Associados, 2006.

CORDEIRO, J. F. P. *Falas do Novo, Figuras da Tradição: o Novo e o Tradicional na Educação Brasileira (Anos 70 e 80)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CURY, C. R. J. Um Campo vivo da produção científica: a história da educação brasileira. In: *Trajetórias na formação do campo da história da educação brasileira*. Uberlândia: EDUFU, 2013

DIAS, E. B. *Revista da escola normal de São Carlos (1916-1923): um estudo sobre ideias e práticas educacionais*. Araraquara: UNESP, 2009.

DUSSEL, I; CARUSO, M. *A Invenção da Sala de Aula: Uma Genealogia das Formas de Ensinar*. São Paulo: Moderna, 2003.

FAUSTO, B. (org.) *História Geral da civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano, Vol. 8. Estrutura de Poder e Economia (1889 – 1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FAUSTO, B. (org.) *História Geral da civilização brasileira*. Tomo III: Sociedade e instituições (1889 – 1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

HOLANDA, B. (org.) *História Geral da civilização brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico, Vol. 7 Do Império a República. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

KOERNER, A. *Judiciário e cidadania da República brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

LE GOFF, J. A História do Cotidiano. In ARIÈS, P.; DUBY, G. & LE GOFF, J. (orgs). *História e Nova História*. Lisboa: Editorial Teorema, 1994.

PINAZZA; M. A. *A Pré-Escola Paulista à luz das ideias de Pestalozzi e Froebel: memória reconstituída a partir de periódicos oficiais*. São Paulo, 1997

MANSANERA, A. R; SILVA, L. C. *A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil*. *Psicol. estud.* [online]. 2000, vol.5, n.1, p. 115-137. ISSN 1413-7372.

MELO, L. C. *Dicionário de Autores Paulistas*. São Paulo: Ed. Gráfica Irmãos Andrioli, 1954

MONARCHA, C. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. *Notícia documental e bibliográfica sobre as “missões paulistas”*. In: *Fontes e Métodos da História da Educação*. Dourados: Editora UFGD, 2010.

\_\_\_\_\_. *Brasil Arcaico, Escola Nova: Ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930*. São Paulo: UNESP, 2009.

NAGLE, J. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: E.P.U, 1974.

NERY, A. C. B. *Escola Normal Secundária de São Carlos: espaços de produção e circulação de saberes*. In: *Ideias Pedagógicas em Movimento*. Edufscar. São Carlos, 2011.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. *Scholla Matter: a Antiga Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Editora UFSCar, 1996.

S/A. *Quem é Quem no Brasil*, 3ª edição. São Paulo: Sociedade Brasileira de Expansão Comercial Ltda., 1953, p. 560-561.

Silva, E. C. *A Configuração do Habitus Professoral para o Aluno-Mestre: A Escola Normal Secundária de São Carlos (1911-1923)*. Marília: UNESP, 2009.

SILVA; N. S. *Ecos do Modelo paulista de ensino da leitura em Sergipe (1911-1931)*. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação Escolar. disponível em: <http://www.sbhe.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/150.pdf>

SAVIANI, D. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campina: Autores Associados. 2010.

SAVIANI, D. Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In *Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores associados: HISTEDBR: Sorocaba: UNISO- p. 03-32. 2007.

SILVEIRA, C. As Escolas Normais no Estado de São Paulo. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 1, n. 1, p. 1–13, nov. 1916.

\_\_\_\_\_. História da Pedagogia. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 1, n. 2, p. 10-13, jun. 1917.

\_\_\_\_\_. A língua pátria e a unidade nacional. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 2, n. 3, p. 62 – 76, dez. 1917.

\_\_\_\_\_. História da Instrução e da Educação no Brasil. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 3, n. 4, p. 3-11, jun.1918.

\_\_\_\_\_. História da Instrução e da Educação no Brasil II. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 3, n. 5, p. 3-30, dez 1918.

\_\_\_\_\_. História da Instrução e da Educação no Brasil III: conclusão. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 3, n. 6, p. 13–32, jun. 1919.

\_\_\_\_\_. Culto Cívico. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 4, n. 7, p. 3–21, dez. 1920.

\_\_\_\_\_. Questões do Ensino Normal. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 4, n. 8, p.32-57, jun. 1920.

\_\_\_\_\_.Luiz Alves de Lima e Silva. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 4, n. 9, p. 7–32, nov. 1920.

\_\_\_\_\_. Assumptos Escolares (cultura cívica-sugestões). *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 6, n. 10, p. 34-46, jun. 1921

\_\_\_\_\_. Do papel educativo da Escola Primária. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 6, n. 11, p. 7–21, dez. 1921

\_\_\_\_\_. Do papel educativo da Escola Primária. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 7, n. 12, p. 34–52, dez. 1922

\_\_\_\_\_. Discurso. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 8, n. 13, p. 3 – 15, dez. 1922

\_\_\_\_\_. *Subsídios Genealógicos*. Instituto Genealógico Brasileiro. São Paulo, 1942.

SCHUELER, A. F. M.; MAGALDI, A. M. B. de M. *Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa*. SCIELO, 2008. p.32-55. Online em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>

SIRINELLI, J-R. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

TANURI, L. M. *A Escola Normal No Estado de São Paulo No Período da Primeira República: Contribuição para o estudo de sua estrutura didática*. UNESP: Marília, 2010.

\_\_\_\_\_. História da formação de professores. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: USP, 2000, p. 61- 193.

TOLEDO, M. R. De A. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político pedagógico ao projeto editorial (1931-1981)*. São Paulo: PUC, tese de doutorado, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. *Micro-História: Os Protagonistas anônimos da História*. Rio de Janeiro: Campus. 2002.

VALDEMARIN, V. T. Lições de coisas: Concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. In: *Caderno CEDES/Cultura escolar: histórias, práticas e representações*. Ano XIX, N. 52, novembro, 2000.

VALENÇA, C. D. *Civilizar, regenerar e higienizar: A difusão dos ideais da Pedagogia Moderna por Helvécio de Andrade 1911 – 1935*. São Cristóvão – SE: Universidade Federal de Sergipe, 2006.

WARDE, M. J. O Itinerário de Formação de Lourenço Filho por Descomparação. *Revista Brasileira de História da Educação*. N. 5 jan./jun. 2003

## ANEXO

### Publicações na Revista da Escola Normal de São Carlos

#### Revista da Escola Normal de São Carlos. Estado de São Paulo – Brasil

Propriedade e redacção do Corpo Docente.

Expediente:

- A revista será publicada 2 vezes por anno.
- Distribuição gratuita.
- Só se publicam trabalhos inéditos.
- Será respeitada a graphia dos snrs. collaboradores, únicos responsáveis pelas ideais que emittirem.

Toda correspondência deve ser dirigida á COMMISSÃO DE REDACÇÃO DA REVISTA, Escola Normal de São Carlos, Estado de São Paulo, Linha Paulista.

#### Revista da Escola Normal de São Carlos. Anno 1, n.1, nov., 1916. 33p

Typographia Aldina, São Carlos.

AUTOR	TÍTULO	PÁGINAS
Carlos da Silveira	As Escolas Normaes no Estado de São Paulo	1-13
Raphael Falco	Como deve ser a sala de Desenho	13-17
Lazaro R. Lozano	Orientação do ensino da musica	17-20
A. Raggio Nóbrega	Filologia Portuguesa (Colossal abismo)	21-24
A. Firmino Proença	O estudo da natureza nas classes primarias	24-26
F. Penteado	A Geometria – Sua origem – Seu progresso – Seu ensino	26-27
João de Toledo	Linguagem (apontamentos para meus alumnos)	28-30
Waldomiro Caleiro	Henry Bergson	31-33

#### Revista da Escola Normal. Anno 1, n.2, jun., 1917. 33p.

Typ. Ideal, Campinas.

AUTOR	TÍTULO	PÁGINAS
João Toledo	Evolução e Pedagogia	1-10
Carlos da Silveira	Historia da Pedagogia	10-13
Ezequiel M. Leme	Pela Pátria	13-17
F.Penteado	A Geometria (Os factores da Geometria)	17-20
Mario Natividade	Discurso	20-24
A. Proença	Methodo didactico	25-26

Waldomiro Caleiro	Rusticidade	27-28
-----	Escola Normal (apontamentos)	28-33

**Revista da Escola Normal. Anno 2, n.3, dez., 1917. 158p.**

Typ. Artística, São Carlos.

AUTOR	TÍTULO	PÁGINAS
Ezequiel de Moraes Leme	Bellezas naturaes do Brasil	1-11
Francisco Penteado	Desertos e Climias – Devastação das Mattas	12-21
Waldomiro Caleiro	Typos brasileiros; a alma nacional	22-29
Theodorico de Camargo	O problema do urbanismo no Brasil e a volta aos campos	30-40
Astor Dias de Andrade	A medicina escolar e o futuro da nossa nacionalidade	41-49
Dagoberto Salles	Vida de um brasileiro, que é uma lição de civismo (Campos Salles)	50-61
Carlos da Silveira	A lingua patria e a unidade nacional	62-76
João Augusto de Toledo	A escola brasileira	77-83
Atugasmin Medici	Mestres e soldados	84-92
Elisario Fernandes de Araújo	Instituições Patrioticas	93-107
Sebastião Paulo de Toledo Pontes	Pela Patria	108-122
Mario Natividade	Professorandos de 1917 (Escola Normal de São Carlos)	123-133
Mariano de Oliveira	Culto á Bandeira	134-148
Manoel de Toledo Silva	Quadro do Gabinete de Psychologia Experimental	149
Waldomiro Caleiro	Pessoal docente, administrativo e relação dos alumnos diplomados em 1914, 1915, 1916 e 1917	150-158

**Revista da Escola Normal de São Carlos. Anno 3, n.4, jun., 1918. 56p.**

AUTOR	TÍTULO	PÁGINAS
Carlos da Silveira	Historia da Instrucção e da Educação, no Brasil	3-11
João Toledo	Hereditariedade e Educação	12-24
F. Penteado	A Geometria	25-30

Raphael Falco	Arte e seu objeto	31-38
Waldomiro Caleiro	Transmutação de valores	39-43
A. Proença	Estudo primário	47-56

**Revista da Escola Normal. Anno 3, n.5, dez., 1918. 90p.**

<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>PÁGINAS</b>
Carlos da Silveira	Historia da Instrucção e da Educação, no Brasil	3-30
João Toledo	Nossa gente	31-42
F. Penteadado	A Geometria	43-46
Arthur Raggio Nobrega	Ruy Barbosa	47-68
Dagoberto Salles	A Moral Civica	69-79
Ezequiel de Moraes Leme	Campos Salles e o civismo	80-88
Manoel de Toledo da Silva	Tabela de médias e medidas anthropometricas dos alumnos das escolas Modelo, Isolada e Grupo Escolar – 1918	89
	Professores formados pela Escola Normal de São Carlos. Turma de 1918	90

**Revista da Escola Normal de São Carlos. Anno 3, n.6, jun., 1919. 54p.**

<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>PÁGINAS</b>
A. Proença	Juvenal Penteadado	3-12
Carlos da Silveira	Historia da Instrucção e da Educação, no Brasil	13-32
Ezequiel de Moraes Leme	Povoamento e Educação	33-36
João Toledo	Aprendizado activo	37-54

**Revista da Escola Normal de São Carlos. Anno 4, n.7, dez., 1919. 69p.**

<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>PÁGINAS</b>
Carlos da Silveira	Culto cívico	3-21
Ezequiel de Moraes Leme	A Geographia e o seu ensino	22-25
Domingos de Vilhena	O ensino da língua francesa em nossas Escolas Normaes	26-29
João Toledo	Aprendizado activo	30-48
Dagoberto Salles	A Republica no Brasil	49-60
A. Proença	Ensino primário	63-67
	Professores formados pela Escola Normal de São Carlos. Turma de 1919	68-69

**Revista da Escola Normal de São Carlos. Anno 4, n.8, jun., 1920. 112p.**

<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>PÁGINAS</b>
João Toledo	Os ideaes nacionaes e as escolas elementares	3-20
Mariano de Oliveira	Escolas Normais	21-31
Carlos da Silveira	Questões de Ensino Normal	32-57
Ezequiel de Moraes Leme	Questões do ensino	58-62
A. Proença	A escola e a caserna	63-70
J. & C.	Pedagogia	71
Sebastião Paulo de Toledo Pontes	21 de abril	72-81
Mario Natividade	Um problema de annuidades	82-85
Raphael Falco	Fim do desenho nas escolas primarias e normaes	86-94
A. Proença	Ensino Primario	97-107

**Revista da Escola Normal de São Carlos. Anno 5, n.9, nov., 1920. 55p.**

(não contém editora)

<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>PÁGINAS</b>
Ezequiel de Moraes Leme	Questões do Ensino	3-6
Carlos da Silveira	Luiz Alves de Lima e Silva	7-32
João Toledo	Bases para a elaboração e execução de um programma de História em nossas escolas primárias e normaes	33-49
A. Proença	Desperdicio de energia nas escolas	50-54
	Professores formados pela Escola Normal de São Carlos. Turma de 1920	55

**Revista da Escola Normal de São Carlos. Anno 6, n.10, jun., 1921. 65p.**

<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>PÁGINAS</b>
João Toledo	D. Pedro II através do sentimento	3-12
Ezequiel de Moraes Leme	Questões do Ensino	13-17
Domingos de Vilhena	O escotismo como meio educativo	18-24
Elisario de Araujo	A letra do Hymno Nacional	25-27
Fausto de Sousa	Morphologia historica do artigo	28-33
Carlos da Silveira	Assumptos escolares	34-46



F. Penteado	Quantidades algebricas reaes	47-55
A. Proença	Sugestões para o estudo da natureza no 1º ano preliminar	59-65

**Revista da Escola Normal de São Carlos. Anno 6, n.11, dez., 1921. 70p.**

<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>PÁGINAS</b>
Mariano de Oliveira	Escolas Complementares	3-6
Carlos da Silveira	Do papel educativo da escola primaria	7-21
Sebastião P. T. Pontes	Aprendizado de Physica nas escolas normaes	22-25
F. Azzi	O Imperador	26-41
Dagoberto Salles	A Questão Social	42-54
Raphael Falco	O desenho nas Escolas Normaes	55-63
João Toledo	Introdução aos programmas de Psychologia, Pedagogia e Methodologia das Escolas Normaes Paulistas	64-70
	Professores diplomados pela Escola Normal de São Carlos. Turma de 1921	71

**Revista da Escola Normal de São Carlos. Anno 7, n.12, dez., 1922. 73p.**

<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>PÁGINAS</b>
Francisco Z. Penteado	John Casper Branner	3-22
João Toledo	Sugestões e programma para o ensino de Francez nas escolas complementares e normaes	23-33
Carlos da Silveira	Do papel educativo da escola primaria	34-52
Duilio Ramos	Como realisar a pratica de ensino?	53-60
Ataliba de Oliveira	O lente de Physica	61-64
A. Proença	A mosca	65-71
A. Proença	Methodos de ensino elementar	72-73
	Professorandos de 1922 - Escola Normal de São Carlos	74

**Revista da Escola Normal de São Carlos. Anno 8, n.13, dez., 1923. 79p**

<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>PÁGINAS</b>
Carlos da Silveira	Discurso	3-15

Raphael Falco	O desenho nas classes infantis	16-32
Mello Ayres	O sonho	33-42
Ataliba de Oliveira	Desenho e Linguagem	43-53
Antonio F. Proença	Lições de Arithmetica	54-59
José Ferraz Motta	Discurso pronunciado na collação de grao das professorandas de 1923	60-78